



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Projeto Político Pedagógico



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".
Educação Infantil 2024 Ensino Fundamental.





SUMÁRIO

1.1-Localização (endereço da instituição).....	7
1.2- Histórico da Instituição (ano de criação, relação de diretores e período de atuação, quadro de atos normativos)	7
1.2.1- Mudanças na Estrutura Física e/ou mudança de endereço.....	10
1.3- Relação dos Profissionais da Instituição.....	11
1.3.1-Nível de Escolaridade.....	11
1.3.2-Cargos, Funções e Vínculo Empregatício.....	11
1.4-Contextualização Socioeconômica, Cultural e Educacional da Comunidade escolar (Dados coletados pelo Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE e por meio de questionário elaborado pela instituição, contemplando questões culturais e educacionais da comunidade escolar)	18
1.5-Contextualização das Condições Físicas e Materiais.....	20
1.5.1- Descrição do Espaço Físico, Instalações e Equipamentos Resguardadas as Especificidades Etárias das Crianças e/ou Estudantes.....	21
1.6- Regime e Horário de Funcionamento de Acordo Com o Calendário Escola.....	23
1.6.1-Quantitativo de Turmas Atendidas, Etapas e Modalidades com suas Respectivas Nomenclaturas.....	24
1.6.2-Critérios de Distribuição de Turmas Anualmente.....	25
1.6.3-Quantitativo de Crianças e/ou Estudantes por Turma.....	37
1.6.4- Projetos Próprios das Instituições e Oferecidos pela Mantenedora.....	38
1.6.5- Quadro de Horários da Equipe Docente e Hora-Atividade.....	39
1.6.6- Plano de Atividades a serem Desenvolvidas nos Espaços Pedagógicos; em Áreas Verdes e Recreio Dirigido.....	42
1.6.7-Organização dos Professores Quanto a Disciplina a ser Ministrada.....	43
1.6.8- Plano de Atendimento Emergencial.....	44



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



1.7-Calendarário Escolar.....	47
1.8- Calendarário das Reuniões da APMF e Conselho Escolar.....	48
1.9- Calendarário de Prestação de Contas.....	49
2.CONCEPÇÕES.....	50
2.1- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE.....	50
2.1.1- Fundamentação Teórica.....	51
2.1.2- Direitos Humanos.....	53
2.1.3- Políticas de Inclusão.....	54
2.2- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO.....	57
2.2.1- Fundamentação Teórica.....	58
2.2.2-Concepção de Infância e Criança (CMEIs e Escolas).....	60
2.2.3- Articulação entre as Ações de Cuidar E Educar.....	61
2.2.4- Concepção de Jovem, Adultos e Idoso (EJA).....	63
2.2.5- Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.....	64
2.2.6- Transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental.....	65
2.2.7- Educação Inclusiva (Educação Especial Enquanto Modalidade de Ensino Transversal, Atendimento Educacional Especializado e Atendimento Domiciliar).....	66
2.2.8- Educação para as Relações Étnico-Raciais.....	77
2.2.9- Concepção do Ensino Integral.....	78
2.2.10- Ações de Monitoramento para a Busca Ativa das Crianças e/ou Estudantes Infrequentes.....	81
2.2.11- Instrumentos de Registros de Prevenção ao Abandono Escolar e Evasão Escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar).....	81



2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO.....	83
2.3.1- Fundamentação Teórica.....	86
2.3.2- Instrumentos De Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários APMF, Representatividade de Profissionais: Conselhos, Fóruns, Reuniões, Comissões, Audiências Públicas e Consulta Pública para Diretores.....	87
2.3.3- Eixo de Gestão de Resolução de Conflitos, dos Recursos Humanos, Físicos, Materiais e Financeiros.....	93
2.3.4- Articulação entre a Instituição, a Família e a Comunidade.....	95
2.3.5- Articulação entre Diretor, os Pedagogos e os Demais Profissionais.....	96
2.3.6- Registros Oficiais de Ocorrências Pedagógicas e Interpessoais No Ambiente Educacional.....	97
2.3.7- Articulação entre a Unidade Educacional e a Mantenedora.....	98
2.3.8- Articulação entre os Profissionais da Educação e Crianças e/ou Estudantes.....	99
2.3.9- Plano de Conscientização e Prevenção a Qualquer Tipo de Violência a Criança e ao Adolescente, ao Bullying e Cyberbullying, de acordo com a Lei 14.811/2024 Que Altera Alguns Artigos do ECA.....	100
2.4- CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO.....	102
2.4.1- Fundamentação Teórica.....	103
2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano).....	104
2.4.3- Plano de Ação do Diretor.....	108
2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador.....	111
2.4.5- Plano de Ação do Pedagogo Orientador.....	115
2.4.6- Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa.....	117



2.4.7- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional.....	121
2.4.8- Plano de Ação do Conselho Escolar.....	122
2.4.9- Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP).....	123
2.4.10- Plano de Atendimento Educacional Especializado.....	126
2.4.11- Plano de Atendimento Pedagógico Domiciliar.....	127
2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO.....	128
2.5.1- Fundamentação Teórica.....	128
2.5.2- Direitos e objetivos de Aprendizagem.....	130
2.5.3- Concepção de Ensino e Aprendizagem.....	131
2.5.4- Organização do Tempo, do Espaço e Gestão em Sala de Aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do recreio dirigido)	132
2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO.....	134
2.6.1- Fundamentação Teórica.....	137
2.6.2- O Processo Avaliativo Coerente com as Concepções de Infância, Educação Infantil e Aprendizagem/Desenvolvimento.....	138
2.6.3- Análise de Avanços e Dificuldades Pedagógicas.....	140
2.6.4- Instrumentos para os Registros do Processo Avaliativo na Educação Infantil: Parecer Descritivo, Portfólios e outros.....	150
2.6.5- Avaliação Institucional.....	151
2.6.6- Recuperação Paralela de Estudos.....	154
2.6.7- Avaliação Externa.....	155
2.6.8- Organização e Efetivação dos Conselhos de Classe, Pré e pós Conselhos.....	155
2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA.....	156



2.7.1-Fundamentação Teórica.....	156
2.7.2- Formação Continuada Presencial Ofertada pela Mantenedora.....	158
2.7.3- Formação Continuada na Instituição Conforme a Instrução da Hora Atividade.....	159
2.7.4- Formação Continuada em Espaços Pedagógicos Externos à Instituição.....	160
2.7.5- Formação Continuada em Plataformas Virtuais, Institucionais e Externas.....	161
3-MATRIZ CURRICULAR (Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, a luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN).....	163
4-PROPOSTA CURRICULAR.....	173
6- REFERÊNCIAS.....	174



1-IDENTIFICAÇÃO

Escola Municipal Em Tempo Integral Professora Francisca Pessoa Mendes—
Educação Infantil e Ensino Fundamental. Código INEP: 41357019/ SAE.

1.1- Localização (endereço da instituição)

Rua das Araras, s/nº. Bairro: Jardim Esperança. CEP:83.218-310.

1.1.1 Equipe Diretiva:

Direção	Markiely Batista	<markiely.sobral@paranagua.pr.gov.br
Secretaria Geral:	Ellen Caroline Pereira da Cruz	ellen.carvalho@paranagua.pr.gov.br
Pedagoga Orientadora :	Eliane Wrobel	eliane.wrobel@paranagua.pr.gov.br
Pedagoga Coordenadora	Marysol de Fátima Soares da Silva	marysol.silva@paranagua.pr.gov.br
Pedagoga Coordenadora	Rafaela Cristine De Carvalho Costa	rafaela.costa@paranagua.pr.gov.br

1.1.2 Dependência Administrativa:

Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral. Entidade Mantenedora:
Prefeitura Paranaguá.

1.2 - Histórico da Instituição (ano de criação, relação de diretores e período de atuação, quadro de atos normativos).



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



A Escola Municipal "Professora Francisca Pessoa Mendes", que atende à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, está localizada na Rua das Araras, s/nº, no Bairro Jardim Esperança, em Paranaguá – PR. Foi criada pelo Decreto Municipal nº 2005, recebendo autorização de funcionamento pelo mesmo documento, durante a gestão do então prefeito Carlos Antonio Tortato.

O bairro Jardim Esperança situa-se na franja urbana de Paranaguá, município considerado o mais antigo do Paraná, fundado em 1648, com forte importância histórica, cultural e econômica, sendo o maior porto graneleiro da América Latina. Paranaguá abriga uma rica diversidade cultural, marcada pela presença de comunidades tradicionais, como os caiçaras, e também por processos intensos de urbanização, expansão populacional e ocupação desordenada.

Nesse contexto, o Jardim Esperança surgiu inicialmente como uma ocupação espontânea, fruto do crescimento urbano acelerado aliado à falta de políticas públicas habitacionais. Com o passar dos anos, consolidou-se como bairro, porém mantém características marcadas por vulnerabilidades sociais, sendo habitado majoritariamente por famílias de baixa renda, muitas delas oriundas de ocupações irregulares que, até hoje, se estendem às suas margens, como as áreas próximas ao Rio da Vaca. Essa realidade evidencia a necessidade constante de investimentos em infraestrutura, saneamento básico, regularização fundiária, educação, saúde e assistência social, a fim de garantir melhores condições de vida para seus moradores.

A escola, nesse contexto, torna-se um importante espaço de acolhimento, proteção social e promoção de direitos, atendendo crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. Mais do que um lugar de ensino, é um ambiente que promove dignidade, cidadania, oportunidades de aprendizagem e esperança para a comunidade, cumprindo papel essencial no enfrentamento das desigualdades presentes no território.

A instituição recebeu este nome em homenagem à Professora Francisca Pessoa Mendes, mulher de trajetória marcada por esforço, amor à educação e superação de desafios. Nascida em 19 de janeiro de 1947, filha de João Batista Pessoa e Ester Pereira, oriunda de família humilde, estudou com



muitas dificuldades, mas, determinada, concluiu a Escola Normal (atual Magistério), profissão que sempre sonhou em exercer.

Casou-se com o senhor Roberto Mendes e continuou sua luta com perseverança. Em 1968, nasceu seu primeiro filho, Edson Roberto Mendes. Para ajudar no sustento do filho, trabalhou como diarista, pois ainda não havia conseguido ingressar no magistério. Somente em 1º de julho de 1976, aos 29 anos, realizou seu grande sonho: ingressar no Magistério Municipal, onde atuou com dedicação e amor, sempre colocando as necessidades das crianças como prioridade. Em sala de aula, deixava de lado seus problemas pessoais para oferecer o melhor de si em prol da educação e do futuro dos alunos.

Movida pelo desejo constante de aprimoramento, prestou vestibular, foi aprovada e concluiu o curso de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar, possibilitando sua atuação no segundo padrão, ministrando a disciplina de Ciências para alunos da segunda fase do Ensino Fundamental (antiga 5ª à 8ª série).

Em 1980, nasceu seu segundo filho, Everson Roberto Pessoa Mendes. Mesmo sendo arrimo de família, nunca abandonou sua profissão; levava o filho pequeno consigo ao trabalho, demonstrando que, apesar das adversidades, jamais desistiria de lutar por dias melhores. Foi mãe dedicada, esposa caridosa e profissional exemplar, que cumpriu sua missão com dignidade e amor. Faleceu em 21 de novembro de 1996, aos 49 anos, deixando um legado de inspiração para a comunidade escolar e para todos que a conheceram.

Atualmente, a escola atende as seguintes etapas e modalidades de ensino:

- Educação Especial
- Educação Infantil
- Ensino Fundamental
- Atendimento Educacional Especializado (AEE)



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".

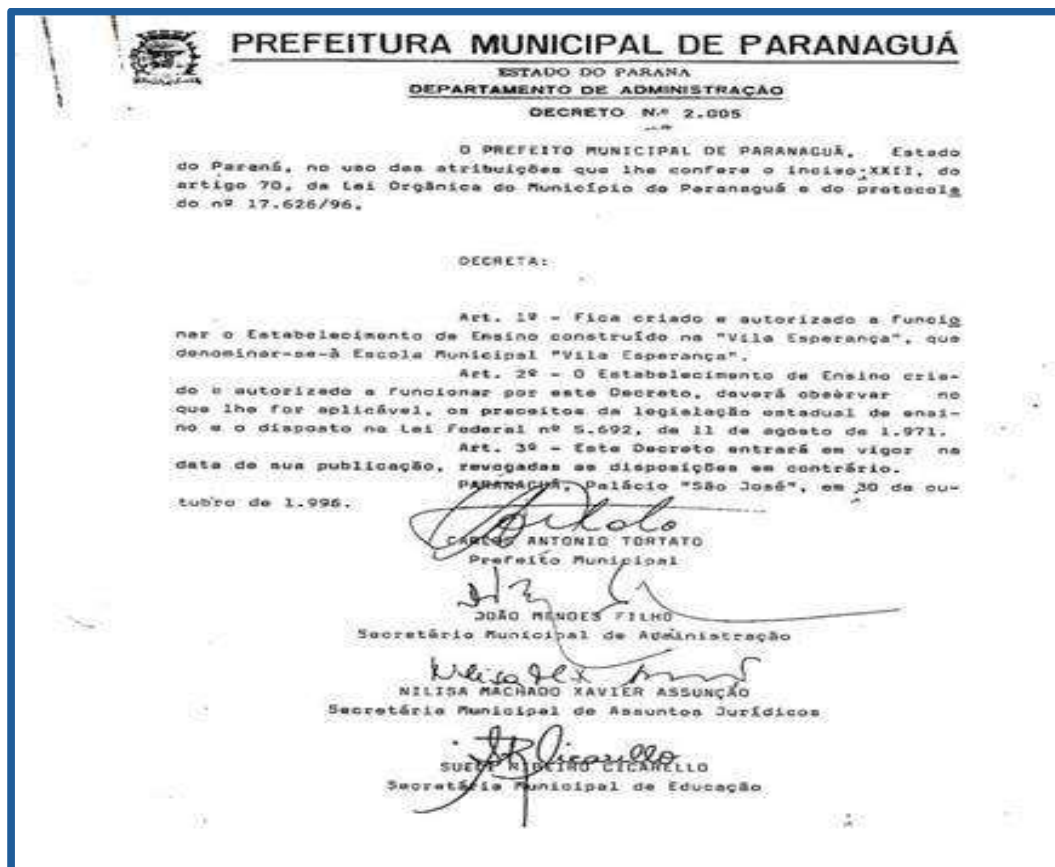
Quadro de Atos normativos

Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Nº da Resolução de Criação da Instituição de Ensino Decreto nº 2005.

Nº da Resolução de Autorização da Instituição de Ensino Nº Parecer
COMED 81/11 e Resolução SEMEDI Nº86/11.



1.2.1 Mudança na Estrutura Física e/ou Mudança de Endereço

Infelizmente, não foram localizados documentos com registros oficiais referentes à gestão da equipe diretiva anterior ao ano de 2013. Esse fato evidencia lacunas no acervo histórico da escola, tornando ainda mais necessário o fortalecimento de práticas de documentação e memória institucional.



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"

Educação Infantil e Ensino Fundamental



Contudo, a história desta instituição de ensino continua sendo construída diariamente por cada profissional, estudante e membro da comunidade escolar que nela atuam e convivem. O legado de dedicação, compromisso e amor à educação permanece vivo, especialmente pela memória da professora que dá nome à escola, cuja trajetória inspira ações educativas pautadas na ética, no acolhimento e na busca constante pela aprendizagem significativa.

Assim, a cada dia, novos capítulos são escritos na história da escola, reafirmando sua missão de formar cidadãos críticos, participativos e conscientes de seu papel na sociedade, sempre guiados pelo exemplo de educadores e educadoras que deixaram marcas de afeto, compromisso e responsabilidade social.

1.3-Relação dos profissionais da instituição (ver quadro abaixo)

1.3.1 Nível de escolaridade (ver quadro abaixo)

1.3.2 Cargos, funções,e vínculo empregatício (ver quadro abaixo)



NOME	CPF	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ESCOLARIDA DE
Equipe Diretiva				
Markyele			Diretora	PÓS- GRADUAÇÃO
Eliane Wrobel		10.961-01	Orientadora Educacional	PÓS GRADUAÇÃO
Marysol de Fátima Soares da Silva	872971169 04	97.595-01	Coordenadora Educacional	PÓS- GRADUAÇÃO
Rafaela Cristine de Carvalho Costa		97.742-1	Coordenadora Educacional	GRADUAÇÃO
Equipe Administrativa				
NOME	CPF	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ESCOLARIDA DE
Ellen Caroline Pereira da Cruz		9813-01	Secretária Geral	Graduação
Operacional				
NOME	CPF	MATRÍCULA	FUNÇÃO	
Aparecida		6864-01	Aux. Serv. Gerais	



Regina de Pinho				
Antonia Sonaira da Silva		95.388-01	Aux. Serv. Gerais	
Luciene da Silva Alves		9457-1	Aux. Serv. Gerais	
Luciene Batista Félix		57.54-01	Aux. Serv. Gerais	
Suzana Torres Cordeiro		96.226-1	Aux. Serv. Gerais	
Estagiários				
NOME	CPF	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE
Agatha Vitória Carneiro da Costa	079.685.11 9-09		ESTÁGIO	CURSANDO PEDAGOGIA
Alanys Cordeiro Machdo	124.914.29 9-77		ESTÁGIO	CURSANDO PEDAGOGIA
Alex Gomes de Souza	107.969.76 9-10		ESTÁGIO	CURSANDO PEDAGOGIA - FÍSICA
Alanna Isabelle Rosa Fonseca	104.740.86 9-41		ESTÁGIO	CURSANDO PEDAGOGIA
Rayane de Souza Perschin	111.788.48 9-90		ESTÁGIO	CURSANDO PEDAGOGIA
Cozinheiras				
NOME	CPF	FUNÇÃO		
Ana Paula Silva Poleti	100.603.71 9-51	MERENDEIRA		



Jucelia gomes cardoso	037175.879 -35	MERENDEIRA		
Luana Nascimento Russi	071.943.63 9-76	MERENDEIRA		
Zuleica Siqueira da Cruz	299.767.99 8-29	MERENDEIRA		
PROFESSORES MANHÃ				
NOME	TURMA	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ESCOLARIDA DE
Cristiane Vieira Piantek	Pré II A	12430-1	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Cibele Grazielle Gonçalves Nunes	Pré II B	10636-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Larissa Grani Matozo	2º ano A	12413-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Cibelle Gonçalves de Azevedo	3º ano A	10588-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Maribel do Rocio Lino	3º Ano B	7111-01	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Eveline Tenório Mendes Silva	3º ano C'	9862-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Suzane Bastos dos Santos Perin	4º ano A	97707-01	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Zaniele dos Santos Lee	4º ano B	08917-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Vanessa Oliveira Cuch Hermenegil	4º ano C	09260-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO



do				
Luciana Martins Araujo Gomes	5º ano B	08893-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Vanessa Cristina Marinho	5º ano C	09851-1	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Diane Nunes de Fássio	Classe Especial	12443-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Vania Lemos Matozo dos Santos	AEE	12470-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Franciele Maria de Oliveira	Todas as turmas	95059-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Janaina Aparecida Aristides	Correg dos Prés 2º ano HGC	07229-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Raiane Marques Nunes	Correg Ciências 4ºe 5º anos	08987-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Jaqueline Thamires Veiga Rosina	Correg HGC 4º e 5º anos	10953-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Sandra da Silva Claro	Correg Ciências 3º anos e Classe	06689-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Franciele Cordeiro de Souza Martins	Correg HGC 3º anos		PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Francislina Falavine do Rosário Flor	Correg Artes Todas as turmas	95343-1	PROFESSOR/HO RA AULA	PÓS-GRADUAÇÃO
Eliane Gomes	Licença Médica	11936-1	PROFESSOR/	PÓS-



Meira			PADRÃO	GRADUAÇÃO
Indianara da Silva Leandro	Licença Médica	09863-3	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Adriane cristina tizoni dos santos	Apoio do Yago	99188-01	PROFESSOR/HORA AULA	PÓS-GRADUAÇÃO
Daniella Gonçalves Pinheiro	Apoio Arthur Jaden		PROFESSOR HORA AULA	PÓS-GRADUAÇÃO
Simone Vidal dos santos	Apoio		PROFESSOR HORA AULA	PÓS-GRADUAÇÃO
PROFESSORES TARDE				
NOME	TURMA	MATRÍCULA	FUNÇÃO	ESCOLARIDADE
Ivanise do Nasc. da Silva Araujo	Pré II C	97251-01	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Daniele Maria Malquevicz	Pré II D	97252-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Claudete Elena de Melo	1º ano A		PROFESSOR HORA AULA	GRADUAÇÃO
Maria Isabel Padovani Martins	1º ano B	94289-1	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Isabel Lais Nascimento	1º ano C	3283-1	PROFESSOR/ PADRÃO	MAGISTÉRIO
Tatiana Martins do Nascimento	1º ano D		PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS-GRADUAÇÃO



Santos				
Cibelle Gonçalves de Azevedo	2º ano B	10588-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Vanessa Oliveira Cuch Hermenegildo	2º ano C	09260-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Sandra da Silva Claro	Classe Especial B	06689-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Pérola Aloha Brittes Lino	Todas as turmas	10594-1	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Vania Lemos Matozzo dos Santos	AEE	12470-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Maribel do Rocio Lino	Integral A	7111-02	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Luciana Martins Araujo Gomes	Integral B	08893-2	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Diane Nunes de Fássio	Integral C	94289-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Donaide Pontes Teodoro dos Santos	Integral D	5489-01	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Indianara da Silva Leandro	Licença Médica	09863-3	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Camilla Cristina do R. S Fortunato	Licença Maternidade e	95340-1	PROFESSOR/ PADRÃO	PÓS- GRADUAÇÃO
Rosiane Lachowski	Corregente Artes 1º e	97254-1	PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO



Graça	3º Anos			
Jaqueline Thamires Veiga Rosina	Apoio de Livia Bonet	10953-1	PROFESSOR/ PADRÃO/HORA AULA	PÓS- GRADUAÇÃO
Roberto Ferreira da Silva	E. R 2º B e C e CE B Cor. Int A e B Cult e Arte		PROFESSOR/ PADRÃO	GRADUAÇÃO
Vanessa Cristina Marinho Cantuária	Apoio	09851-1	PROFESSOR HORA AULA	GRADUAÇÃO
Cristiane Vieira Piantek	Apoio do Noah	12430-1	PROFESSOR HORA AULA	PÓS- GRADUAÇÃO
Ana Paula Tavares Pereira			PROFESSOR HORA AULA	PÓS- GRADUAÇÃO
Tatiane	APOIO ANTONY		PROFESSOR HORA AULA	PÓS- GRADUAÇÃO
Derly Neide Leichsenring			PROFESSOR HORA AULA	PÓS- GRADUAÇÃO
Juliane de Abreu Junqueira			PROFESSOR HORA AULA	MAGISTERIO

1.4- Contextualização Socioeconômica, Cultural e Educacional da Comunidade Escolar (Dados coletados pelo Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE e por meio de questionário elaborado pela instituição, contemplando questões culturais e educacionais da comunidade escolar).

Para a elaboração do PPP 2024 foi enviado às famílias um link por meio do WhatsApp, aos pais que não tivessem acesso a internet foi enviado bilhetes a estes foi disponibilizado o formulário impresso na escola para que todos



contribuíssem com suas informações. Junto com o formulário foi disponibilizada uma breve explicação sobre o que é o Projeto Político Pedagógico e sua importância para a Comunidade Escolar.

As questões visavam esclarecer sobre o grau de escolaridade, a profissão, número de filhos nesta escola, se possui internet em casa e tempo disponibilizado às crianças para o uso da internet durante a semana, quantos participantes do Programa Bolsa Família, se conhecem o Projeto Político Pedagógica da Escola, se já participou das discussões do PPP desta escola em outros anos, se a escola possui Conselho Escolar, se participa das reuniões quando convocado e quais os motivos que os levam a não participar, se procura a escola por vontade própria, se participa das decisões financeiras e pedagógicas da escola e, por fim, foi colocada uma questão aberta para sugestões e ideias para a construção do PPP, obtivemos o retorno de 197 questionários respondidos.

A partir disso foi possível transformar cada questão em dados e fazer gráficos, tendo noção das condições de vida da comunidade atendida nesta escola, suas necessidades e possibilidades, destacando as questões sociais, econômicas e culturais. A realidade das famílias atendidas nesta instituição. Caracteriza-se em diferentes formatos, pai, mãe e filhos, avós filhos e netos, mães e filhos, pais e filhos, tios e sobrinhos, entre outras configurações possíveis. Com o questionário pudemos observar que não há um perfil socioeconômico específico econômico ou cultural, pois muitas famílias exercem atividades autônomas de comércio e prestação de serviço, além de familiares que atuam no comércio da cidade como funcionários, ou funcionários da área portuária.

Embora a maioria dos responsáveis pensem em observar o tempo de uso da internet dos filhos com jogos no celular e computador, um grupo expressivo de famílias revela não limitar as crianças para uso destes aparelhos, o que se reflete no dia a dia escolar da criança e é causa de preocupação para equipe pedagógica da escola. A maioria das famílias demonstram preocupação com a vida escolar dos filhos. Participam das atividades e reuniões propostas pela escola, embora existam situações pontuais os responsáveis estão atentos a frequência e desempenho escolar da criança.

Abaixo os gráficos elucidam cada uma dessas questões:

17 - Quem é a pessoa responsável em auxiliar seu filho nas atividades de casa?

197 respostas

Pai



1.5-Contextualização das Condições Físicas e Materiais.

Infelizmente, não foram localizados documentos com registros oficiais referentes à gestão da equipe diretiva anterior ao ano de 2013. Atualmente, a estrutura física da instituição apresenta condições que, embora atendam minimamente às necessidades básicas do processo educativo, demandam

constantes adequações, manutenções e investimentos para garantir a qualidade do ambiente escolar. A escola dispõe de salas de aula ventiladas e iluminadas,



porém algumas apresentam necessidade de manutenção em pisos, pintura e esquadrias, visando à segurança e ao bem-estar dos estudantes e profissionais.

O prédio conta com ambientes destinados à secretaria, sala da direção, sala dos professores, cozinha, refeitório e banheiros adequados, além de uma quadra poliesportiva não coberta, que não possibilita a realização de atividades físicas e recreativas nos dias chuvosos. Portanto, ressalta-se a necessidade de ampliação e readequação de espaços pedagógicos, como salas de apoio e ambientes multiuso, que possam atender de forma mais efetiva às demandas educacionais e os projetos que compõem a rotina escolar.

Em relação aos materiais, a instituição dispõe de mobiliário escolar adequado em quantidade suficiente para atender às turmas atuais, incluindo carteiras, cadeiras, mesas e armários, embora parte desse mobiliário apresente desgaste pelo tempo de uso. Conta também com equipamentos de tecnologia, como computadores e projetores, que auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, porém a quantidade ainda é insuficiente frente às demandas pedagógicas contemporâneas, sobretudo considerando as propostas de inovação educacional e uso de tecnologias digitais.

Apesar dos desafios estruturais e materiais enfrentados, a história desta instituição de ensino continua sendo construída diariamente por cada profissional, estudante e membro da comunidade escolar que nela atuam e convivem.

1.5.1- Descrição do Espaço Físico, Instalações e Equipamentos Resguardadas as Especificidades Etárias das Crianças e/ou Estudantes.

A estrutura física desta instituição de ensino dispõe atualmente de

Quatorze salas de aula, organizadas de modo a atender adequadamente às diferentes faixas etárias, respeitando as especificidades e necessidades de cada grupo de estudantes. Além das salas de aula, a escola conta com uma biblioteca, configurada como espaço de leitura, pesquisa e atividades pedagógicas diversificadas, promovendo o acesso ao conhecimento e à



formação leitora dos alunos.

Há, ainda, uma sala dos professores com banheiro, garantindo condições de organização e acolhimento aos docentes em seus momentos de planejamento, estudos e descanso. Os educandos dispõem de quatro banheiros, sendo dois masculinos e dois femininos, adaptados às faixas etárias atendidas, garantindo segurança e acessibilidade. A instituição possui também um refeitório amplo, despensa, lavanderia, banheiro para uso exclusivo das cozinheiras, duas cozinhas – uma destinada à preparação dos alimentos e outra para uso das auxiliares de serviços gerais –, pátio coberto, almoxarifado, secretaria, sala da direção, sala da orientação, sala da coordenação e uma quadra poliesportiva descoberta, espaço que favorece a realização de atividades físicas, recreativas e projetos interdisciplinares.

No que se refere aos equipamentos disponíveis, a escola possui dois computadores para uso dos docentes e um aparelho de TV, que, no momento, encontram-se inoperantes, demandando manutenção ou substituição para melhor atendimento às práticas pedagógicas planejadas.

A organização e utilização dos espaços estão diretamente articuladas aos objetivos e metas explicitados no Projeto Político-Pedagógico (PPP), sendo pensadas para garantir a autonomia e o protagonismo das crianças e estudantes em suas rotinas escolares. Exemplo disso é a organização dos horários de recreio, que são adaptados anualmente, considerando a quantidade de turmas, as especificidades das crianças com laudos e necessidades educacionais específicas, bem como as turmas do período integral. Essa adaptação visa garantir segurança, conforto e qualidade nas interações e experiências vivenciadas pelos estudantes.

Os espaços da escola também possibilitam a realização de experiências diferentes com elementos da natureza e materiais não estruturados. Destaca-se a horta escolar, que oportuniza aos alunos o contato

direto com a terra, plantas, sementes e alimentos cultivados, integrando práticas de educação ambiental, alimentação saudável e cuidado com o meio ambiente. Além disso, o jardim sensorial, estruturado com caminhos e materiais diversos, promove experiências multissensoriais que estimulam a percepção, a criatividade, a imaginação e o desenvolvimento integral das crianças.



A organização dos tempos e espaços da instituição busca, portanto, contemplar as especificidades etárias dos estudantes, respeitando seus ritmos, interesses e necessidades, assegurando condições físicas que possibilitem a exploração, a descoberta, o brincar, o aprender e a convivência de forma segura, inclusiva e acolhedora. Dessa forma, a escola reafirma seu compromisso com uma educação de qualidade, que valoriza o protagonismo infantil e a formação integral de cada criança e estudante atendido.

1.6 Regime e Horário de Funcionamento de Acordo com o Calendário Escolar

A instituição de ensino organiza seu regime e horário de funcionamento em conformidade com o calendário escolar estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação e com as diretrizes legais vigentes, garantindo o cumprimento da carga horária mínima anual e a efetivação do direito à educação de qualidade para todos os estudantes.

O atendimento escolar é realizado em diferentes períodos, conforme descrito a seguir:

- **Período matutino:** das **7h20min às 11h30min**, atendendo aos estudantes do ensino fundamental nesse turno (Inf 5, 2º, 3º, 4º e 5º ano, AEE e Classe), com organização das atividades pedagógicas de acordo com as especificidades de cada turma e as áreas de conhecimento previstas no currículo.
- **Período vespertino:** das **13h20min às 17h30min**, contemplando o atendimento de turmas do ensino fundamental (Inf 5, 2º, 1º Intergral, AE e Classe), com planejamento que assegura a articulação entre as áreas do conhecimento, o desenvolvimento das competências e habilidades
- previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Referencial Curricular Municipal, além de momentos destinados às práticas lúdicas, culturais e esportivas.
- **Período integral:** das **13h30min às 16h30min**, destinado às turmas
- contempladas pela modalidade de educação em tempo integral. Nesse



- Nesse período, os estudantes participam de atividades diversificadas, interdisciplinares e complementares, que visam à formação integral, incluindo oficinas de leitura, arte, música, cultura corporal, meio ambiente, projetos de vida e práticas voltadas ao desenvolvimento socioemocional.

O regime de funcionamento é planejado de forma a garantir a organização do tempo pedagógico, respeitando os horários de entrada, saída, intervalos, recreios, alimentação e desenvolvimento das atividades curriculares e complementares, considerando as necessidades e especificidades de cada faixa etária atendida.

Assim, a escola reafirma seu compromisso em oferecer um atendimento educativo que contemple os princípios da qualidade, equidade e inclusão, assegurando aos estudantes condições adequadas para seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, emocional, social e cultural, em consonância com os objetivos e metas delineados em seu Projeto Político-Pedagógico.

1.6.1- Quantitativo de Turmas Atendidas, Etapas e Modalidades com suas Respectivas Nomenclaturas.

MANHÃ	TARDE
07:30 / 11:30 Pré II A	13:30 /17:30 Pré II C
07:30 / 11:30 Pré II B	13:30 /17:30 Pré II D
07:30 / 11:30 2º ano A	13:30 /17:30 1º ano A
07:30 / 11:30 3º anoA	13:30 /17:30 1º ano B
07:30 / 11:30 3º anoB	13:30 /17:30 1º ano C
07:30 / 11:30 3º anoC	13:30 /17:30 1º ano D
07:30 / 11:30 4º ano A	13:30 /17:30 2º ano B
07:30 / 11:30 4º ano B	13:30 /17:30 2º ano C

1.6.2- A Distribuição de Turmas aos Docentes é Realizada Anualmente pela Equipe Gestora, (segundo critérios claros, objetivos e transparentes, que



consideram as necessidades institucionais e os princípios de gestão democrática e participativa, em conformidade com as normativas da Secretaria Municipal de Educação).

Com o objetivo de organizar esse processo de maneira sistemática, a equipe gestora disponibiliza aos docentes um questionário eletrônico, via Google Forms, no qual cada professor indica suas intenções de turmas para o ano letivo subsequente. No formulário, cada docente pode selecionar até três opções de preferência de turmas, respeitando a seguinte ordem de critérios estabelecida pela escola:

1. Interesse e necessidade dos alunos – considerando aspectos pedagógicos, emocionais e relacionais já consolidados entre docente e turma, a fim de garantir a continuidade, quando necessário, e a aprendizagem significativa dos estudantes.
2. Necessidade da escola – envolvendo a organização pedagógica, o cumprimento da carga horária, a composição das turmas e o atendimento aos projetos institucionais.
3. Interesse do docente – levando em consideração suas experiências, habilidades, conhecimentos específicos, afinidades pedagógicas e preferências por determinada etapa ou turma.

Em caso de empate no número de docentes interessados por uma mesma turma, caberá à equipe gestora a decisão final, observando prioritariamente os itens 1 e 2, ou seja, o interesse e necessidade dos alunos e a necessidade organizacional da escola.

Quando um docente apresenta apenas uma opção no questionário e

não é possível atendê-lo por motivos institucionais ou pedagógicos, a escolha da turma será feita pela equipe gestora, também considerando os itens 1 e 2 como critérios norteadores do processo decisório.

Esse procedimento visa garantir uma distribuição justa, coerente e eficiente das turmas, assegurando o melhor atendimento aos estudantes, a organização pedagógica da escola e a valorização dos profissionais docentes, em consonância com os princípios que orientam o Projeto Político-Pedagógico e a missão educativa da instituição.



As respostas obtidas no questionário de intenção de turmas podem ser visualizadas nos quadros apresentados abaixo, evidenciando a transparência e o compromisso com a participação de todos os envolvidos neste processo.

Pesquisa para divisão de turmas 2024 conforme forms matutino

NOME COMPLETO	QUAL A SUA MATRICULA	SELECIONE SUA 1ª OPÇÃO (aquela que melhor se identifica)	SELECIONE SUA 2ª OPÇÃO (aquela que melhor se identifica)	SELECIONE SUA 3ª OPÇÃO (aquela que melhor se identifica)	JUSTIFIQUE A SUA ESCOLHA"
Cibelle Gonçalves de Azevedo	10588	2ºANO	3ºANO	3ºANO	Quero acompanhar minha turma (1ano A)
Cristiane ScholzeStadler Albuquerque	12432-1	CORREGÊNCIA	3º ANO	4º ANO	Trabalho com alfabetização, porém tenho vontade de trabalhar com projetos TB.
Márcia Maria Barbosa Gonçalves Marques	5527-02	5º ANO	4º ANO	X	Afinidade.
Cristiane Vieira Piantek	12430	PRÉ	PRÉ	X	Gosto de sofrer
Wanderley dos Santos Choli	9263	5º ANO	4º ANO	CORREGÊNCIA	Tenho melhor desempenho com alunos de Faixa etária maior.



Janaina Aparecida Aristides	7229	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	Caso eu fique com a regência, já adianto que não estarei presente em apresentaç ões ou formatura fora do horário do meu turno de trabalho.
Donaide Pontes Teodoro dos Santos	5489- 2	5º ANO	5º ANO	5º ANO	Gostaria de permanecer com o Integral.



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Vanessa Cristina Marinho Cantuária	9851	5º ANO	4º ANO	4º ANO	Me identifico mais com essas turmas.
Cibele Grazielle Gonçalves Nunes	10636	PRÉ	CO REGÊNCIA	3º ANO	A 1ª opção é por eu já trabalhar com estimulação essencial e apoio. A segunda é por gostar dos Conteúdos de história, geografia e ciências e querer mudar, por estar 12 anos como regente. E a última opção é por serem a idade que gosto de atender. Todas as opções são as que mais me identifico.
Raiane Marques Nunes	8987-02	CORRÊNCIA	4º ANO	5º ANO	Tenho preferência pela correção (principalmente pela disciplina de Ciências) devido à minha formação em Ciências Biológicas. Por isso sinto mais confiança em poder desenvolver um trabalho mais eficiente no ensino dos alunos. Por trabalhar a muitos anos na Educação de Jovens e Adultos, tenho mais afinidade com os alunos maiores, por isso as opções marcadas para as



					turmas de 5° e 4° ano.
Maribeldo Rocio lino	7111	4° ANO	CO REGÊNCIA	CO REGÊNCIA	Por já conhecer a turma!
Jaqueline Tamiresda Veiga Rosina	10953	4° ANO	5° ANO	CO REGÊNCIA	Gostei bastante de trabalhar com o 4 ano. Alunos mais independentes, os alunos Cooperam em sala
Juliane Santos Urban	6840	4° ANO	5° ANO	5° ANO	Afinidade com crianças maiores
Luciana Martins Araújo Gomes	8983	5° ANO	5° ANO	5° ANO	Xxx
Indianara da Silva Leandro dos Santos	9862/23	CO REGÊNCIA	CO REGÊNCIA	CO REGÊNCIA	Estou em Tratamento de saúde. Acrescentado Outra opção Gostaria muito da disciplina de artes
Sandra Claro	9895	4° ANO	5° ANO	CO REGÊNCIA	Gosto de trabalhar com os maiores pois eles respondem melhor as atividades práticas em sala de aula.



Eveline Tenório Mendes Silva	9862	PRÉ	CORRENCI A	3º ANO	Pré- Esse ano devido a correriado mestrado, não consegui desenvolver os projetos que pretendia executar com o Pré. Caso não seja possível, gostaria de ficar com corregência de arte dos 3 anos com a experiência desse ano posso também dese nvolver algum projeto
---------------------------------------	------	-----	---------------	--------	---



					que envolve uma temática do livro, mas que seja relacionado a nossa realidade local. Ou regente de um 3 ano acho uma idade legal para desenvolver aulas a partir de tema gerador. Gostaria que me desse a resposta no término das aulas, para que eu tenha tempo de elaborar o projeto e pensar em algo mais elaborado.
Larissa Mattozo Soares Grani	12413	2º ANO	PR É	CO REGÊNCIA	Já fiquei com 2º ano esse ano e gostaria de ficar ano que vem tbm.
Zaniele dos Santos Lee	8917	5º ANO	4º ANO	X	Me identifico melhor com alunos dessa faixa etária. Gosto de finalizar o ciclo do fundamental 1 e ao longo do ano preparar os estudantes para o próximo ano.
Suzane Bastos dos Santos Perin	97707	4º ANO	3º ANO	5º ANO	Gostaria muito de acompanhar a turma do 3º ano A ao quarto ano para dar continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, visto que durante o último semestre houve uma boa evolução da turma.



Pesquisa para Divisão de Turmas 2024 Conforme Forms Vespertino

NOME COMPLETO	Qual a sua matrícula	SELECIONE SUA 1ª OPÇÃO (aquela que melhor se identifica)	SELECIONE SUA 2ª OPÇÃO (aquela que melhor se identifica)	SELECIONE SUA 3ª OPÇÃO (aquela que melhor se identifica)	JUSTIFIQUE SUA ESCOLHA"
Cibelli Azevedo	10588/2	2º ANO	2ºANO	2º ANO	Se possível, quero acompanhar minha turma da tarde 1ª e ficar com uma turma de segundo ano no período da manhã tbm.
Francislina Favine do Rosário Flor	95343-1	2º ANO	2º ANO	2º ANO	Me identifico com o perfil de turma de segundo ano.
Daniele Maria Malquevicz Paiva dos Santos	97252/01	2º ANO	2º ANO	CORREGÊNCIA	Optei por manter-me no 2º ano por ter-me adaptado bem com os conteúdos do 2ºano e com esse perfil/idade de estudantes. De modo a poder



					melhorar mais As aulas e consequentem ente contribuir de forma mais assertiva no processo de formação das crianças, tenho interesse em aperfeiçoar o portfólio desenvolvido ao longo de 2023, o que será melhor aproveitado e eu continuar como 2ºano.
Donaide Pontes Teodoro dos Santos	5489- 2	2º ANO	2º ANO	2º ANO	Gostaria de permanecer no Integral
Vanessa de Oliveira Cuch	9260_ 2	2º ANO	2º ANO	2º ANO	Pq me identifico Com os maiores...
Rosiane Lachovski Graça Bernardes	97254 -1	2º ANO	CORREGÊ NCIA	1º ANO	Caso não sob regência de 2º ano, gostaria da corregência do 2º ano juntamente com



					Classe.
Luciana Martins Araújo Gomes	8983	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	Xxx
Roberto Ferreira da Silva	95274- 2	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	2º ANO	Faixa etária melhor para trabalhar
Ivanise do Nascime nto da Silva Araújo	98251 01	PRÉ	CORREGÊN CIA	2º ANO	Gostaria de estar com o Pré, pois me identifico com a proposta.
Indianar a da Silva Leandro dos Santos	9863/2 e 3	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	Estou em tratamento de saúde. acrescentad a outra opção gostaria muito da disciplina de artes 🎨
Tatiana M do Nascime nto	10593 21	CORREGÊN CIA	2º ANO	1º ANO	Se possível corregência do pré e classe. 🍷
Diane Nunes	12443	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	CORREGÊN CIA	Prefiro



1.6.3- Quantitativo de Crianças e/ou Estudantes por Turma.

Seriação	Turma	Número de Alunos	Período
Infantil V	A	11	manhã
Infantil V	B	11	manhã
Infantil V	C	17	tarde
Infantil V	D	20	tarde
Fundamental	1º ano A	18	tarde
Fundamental	1º ano B	17	tarde
Fundamental	1º ano C	18	tarde
Fundamental	1ºano D	19	tarde
Fundamental	2º ano A	24	manhã
Fundamental	2º ano B	19	tarde
Fundamental	2º ano C	20	tarde
Fundamental	3º ano A	24	manhã



Fundamental	3º ano B	24	manhã
Fundamental	3º ano C	25	manhã
Fundamental	4º ano A	24	manhã
Fundamental	4º ano B	20	manhã
Fundamental	4º ano C	18	manhã
Fundamental	5º ano A	23	manhã
Fundamental	5º ano B	23	manhã
Fundamental	5º ano C	24	manhã
Integral	A	25	tarde
Integral	B	25	tarde
Integral	C	25	tarde
Integral	D	24	tarde
s/seriação	Classe especial A	5	manhã
s/ seriação	Classe especial B	6	tarde

1.6.4- Projetos Próprios das Instituições e Oferecidos pela Mantenedora.

A Escola tem parceria com toda a rede de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, como Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, CAPS, CMAE, CAEM, APAE, Unidade de Saúde da Vila Garcia, Polícia Militar, Instituto Federal do Paraná, Instituto Palazzolo, Pastoral da Criança, entre outros.

No Bairro há vários incentivos ao esporte oferecidos no ginásio "JOÃO HÉLIO", como futsal e capoeira. Nas quartas-feiras, às 17h30min a aula de capoeira é realizada no pátio da escola, como forma de incentivar a participação dos alunos, ainda a escola oferece

- IV. Projeto Busca Ativa - Parceria com a SEMEDI;
- VIII. Projeto Educação Para o Trânsito - Parceria com a SEMEDI e



- Guarda Civil Municipal;
- Projeto Porto - Escola - Parceria com a SEMEDI e a APPA;
- Combate ao Abuso Sexual;
- Velha Infância
- Dia Internacional da Paz 21/09
- Consciência Negra 20/11
- Outubro Rosa outubro
- Bochecho flúor - Semanal
- PROERD em Parceria com a Polícia Militar;
- Combate ao Trabalho Infantil
- Doando que se vive
- Projeto plantando o amanhã -Parceria Lois Dreyfus
- Encontro de mães atípicas

1.6.5- Quadro de Horários da Equipe Docente e Hora-Atividade.

Período matutino:

	PRÉ A			Cibele Nunes			PRÉ B			CRISTIANE PIANTEK	
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
07:30	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II	Artes	H.A	07:30	PRÉ II	H.A	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II
08:30	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II	Ed.física	H.A	08:30	PRÉ II	H.A	PRÉ II	Artes	PRÉ II
09:30	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II	H.A	09:30	PRÉ II	H.A	PRÉ II	Ed.física	PRÉ II
10:30	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II	H.A	10:30	PRÉ II	H.A	PRÉ II	PRÉ II	PRÉ II
LANCHE						LANCHE					

	LARISSA			2ªA			Cibele Azevedo			3ªA	
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
07:30	LP	MAT	HIST	LP	Ed. Física	07:30	CIE	LP	MAT	LP	ARTES
08:30	LP	MAT	GEO	LP	ARTES	08:30	CIE	LP	MAT	LP	Ed. Física
09:30	LP	MAT	CIE	MAT	LP	09:30	HIST	MAT	LP	MAT	LP
10:30	MAT	LP	CIE	MAT	MAT	10:30	GEO	MAT	LP	MAT	LP
LANCHE						LANCHE					



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



DIANE						C.E.A					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	MAT	Ed. Física	HIST	MAT	MAT						
08:30	MAT	ARTES	GEO	MAT	MAT						
09:30	LP	MAT	CIE	LP	LP						
10:30	LP	LP	CIE	LP	LP						
LANCHE											

FRANCIELE MARIA						ED. FÍSICA					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	H.A	classe	H.A	AP	2ªA						
08:30	H.A	4ªA	H.A	PRÉ A	3ªA						
09:30	4ªB	5ªA	H.A	PRÉ B	3ªB						
10:30	4ªC	5ªB	H.A	5ªC	4C						
LANCHE											

Francislina						ARTES					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	Apoio	4ªA	H.A	H.A	3ªA						
08:30	Apoio	CLASSE	H.A	H.A	2ªA						
09:30	3ªC	5ªB	H.A	5ªC	4ªC						
10:30	4ªB	5ªA	H.A	APOIO	3ªB						
LANCHE											

JANAINA						CORREGENTE					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	H.A	PRÉ B	2ªA HIST	PRÉ B	PRÉ A						
08:30	H.A	PRÉ B	2ªA GEO	PRÉ A	PRÉ A						
09:30	H.A	PRÉ B	2ªA CIE	H.A	PRÉ A						
10:30	H.A	PRÉ B	2ªA CIE	H.A	PRÉ A						
LANCHE											

Maribel						3º B					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	HIST	MAT	LP	LP	LP						
08:30	GEO	MAT	LP	LP	MAT						
09:30	CIE	LP	MAT	MAT	Ed. Física						
10:30	CIE	LP	MAT	MAT	ARTES						
LANCHE											

Eveline						3ªC					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	MAT	LP	MAT	MAT	HIST						
08:30	LP	LP	MAT	MAT	GEO						
09:30	ARTES	MAT	LP	LP	CIE						
10:30	Ed. Física	MAT	LP	LP	CIE						
LANCHE											

Suzane						4ªA					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	MAT	Artes	LP	CIE	LP						
08:30	MAT	Ed. física	LP	CIE	LP						
09:30	LP	MAT	MAT	HIST	MAT						
10:30	LP	MAT	MAT	GEO	MAT						
LANCHE											

Zaniele						4ªB					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA						
07:30	MAT	LP	LP	MAT	CIE						
08:30	LP	LP	LP	MAT	CIE						
09:30	Ed. Física	MAT	MAT	LP	HIST						
10:30	ARTES	MAT	MAT	LP	GEO						
LANCHE											



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Ivanise						Daniele					
PRÉ C						PRÉ D					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	PRÉ C	H.A.	PRÉ C	PRÉ C	ARTES	13:30	PRÉ D	H.A.	PRÉ D	PRÉ D	ARTES
14:30	PRÉ C	H.A.	PRÉ C	PRÉ C	PRÉ C	14:30	PRÉ D	H.A.	PRÉ D	PRÉ D	PRÉ D
15:30	PRÉ C	H.A.	PRÉ C	ED. FÍS.	PRÉ C	15:30	PRÉ D	H.A.	PRÉ C	PRÉ D	PRÉ D
16:30	PRÉ C	H.A.	PRÉ C	PRÉ C	PRÉ C	16:30	PRÉ D	H.A.	PRÉ D	ED. FÍS.	PRÉ D
lanche 14:50 - 15:10 Recreio 15:10 - 15:20						lanche 14:50 - 15:10 Recreio 15:10 - 15:20					
Obs:											

Claudete						Maria Isabel					
1º ANO A						1º ANO B					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	cien.	MAT	PORT.	MAT.	PORT.	13:30	MAT	MAT	PORT.	H.A.	MAT
14:30	cien.	MAT	PORT.	MAT.	PORT.	14:30	artes	PORT.	PORT.	H.A.	MAT
15:30	histó.	MAT	PORT.	MAT.	PORT.	15:30	ED. FÍS.	PORT.	PORT.	H.A.	MAT
16:30	Geo	PORT.	MAT.	ARTES	ED. FÍS.	16:30	MAT	PORT.	MAT.	H.A.	PORT.
lanche 14:50 - 15:10 Recreio 15:10 - 15:20						lanche às 15:10 - 15:30 Recreio 15:30 - 15:40					

Período vespertino

Derly						Dinizele					
1º A nos/Pré D						1º anos Pré C					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	1ºA	PRÉ D	H.A.	1ºB CIE.	artes Pré D	13:30	1ºD.	Pré C	H.A.	1ºC GEO	artes Pré C
14:30	1ºA	PRÉ D	H.A.	1ºB CIE.	H.A.	14:30	1ºD.	Pré C	H.A.	1ºC hist	H.A.
15:30	1ºD	PRÉ D	H.A.	1ºC cien.	H.A.	15:30	1ºA	Pré C	H.A.	1ºB GEO	H.A.
16:30	1ºD	PRÉ D	H.A.	1ºC cien.	projeto	16:30	1ºA	Pré C	H.A.	1ºB HIS.	projeto

SANDRA						PÉROLA					
CLASSE ESPECIAL B						ED. FÍSICA					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
	MAT	PORT.	H.A.	MAT	MAT	13:30	apoio	integral D	H.A.	H.A.	H.A.
14:30	MAT	PORT.	H.A.	MAT	MAT	14:30	1ºC	Inte.C	H.A.	Integral B	1ºD
15:30	MAT	PORT.	H.A.	PORT.	PORT.	15:30	1ºB	Integral A	H.A.	PRÉ C	2ºB
16:30	ARTES	ED. Física	H.A.	PORT.	PORT.	16:30	2º C	C.A.B	H.A.	Pré D	1ºA
RECREIO: 15:30 Às 15:45.											
16:30	edu. artes	H.A.	classe	1ºA artes	projeto	16:30	H.A.	apoio	H.A.	2ºB GEO	2ºC



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
 Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Isabel (provisório)						Tatiana					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	MAT	MAT	MAT	H.A	PORT.	13:30	Hist.	MAT	PORT.	PORT.	MAT
14:30	ED. FIS.	PORT.	MAT	H.A	PORT.	14:30	Geo.	MAT	PORT.	PORT.	ED. FIS.
15:30	artes	PORT.	MAT	H.A	PORT.	15:30	cien.	MAT	PORT.	MAT	ARTES
16:30	MAT	PORT.	PORT.	H.A	MAT.	16:30	cien.	PORT.	MAT.	MAT	PORT.
lanche 15:10-15:30 Recreio 15:30-15:40						lanche 15:10-15:30 Recreio 15:30-15:40					

Vanessa Cusch						Cibele					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	MAT	MAT	PORT.	H.A	PORT.	13:30	ARTES	PORT.	MAT	PORT.	H.A
14:30	MAT	MAT	PORT.	H.A	ARTES	14:30	MAT	PORT.	MAT	PORT.	H.A
15:30	MAT	MAT	PORT.	H.A	ED. FIS.	15:30	MAT	PORT.	MAT	PORT.	H.A
16:30	PORT.	PORT.	MAT.	H.A	PORT.	16:30	ED. FIS.	MAT.	PORT.	MAT.	H.A
lanche 15:30-15:50 Recreio 15:50-16:00						lanche 15:30-15:50 Recreio 15:50-16:00					

INTEGRAL											
Maribel						lu.martins					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	aprend	lingu	aprend	aprend	aprend	13:30	aprend	aprend	aprend	lingu	aprend
14:30	saude	aprend	saude	cultura	cultura	14:30	saude	saude	cultura	esporte	cultura
15:30	saude	esporte	saude	cultura	cultura	15:30	saude	saude	cultura	aprend	cultura
16:30						16:30					
lanche 14:15 - 14:35						lanche 14:15 - 14:35					

Daiane						Donaide					
	2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA		2º FEIRA	3º FEIRA	4º FEIRA	5º FEIRA	6º FEIRA
13:30	aprend	aprend	aprend	aprend	aprend	13:30	aprend	esporte	aprend	aprend	aprend
14:30	cultura	esporte	cultura	saude	saude	14:30	cultura	lingu	cultura	saude	saude
15:30	cultura	lingu	cultura	saude	saude	15:30	cultura	aprend	cultura	saude	saude
16:30						16:30					
lanche 14:15 - 14:35						lanche 14:15 - 14:35					

1.6.6- Plano de Atividades a serem Desenvolvidas nos Espaços Pedagógicos; em Áreas Verdes e Recreio Dirigido.

Considerando a Instrução 01/2.018- SEMEDI que organiza a jornada de trabalho dos professores, prevê em seus artigos Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade).

§ 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se:

XVI-outras atividades de natureza semelhante e relacionadas à comunidade escolar na qual se insere a atividade profissional.

Sendo assim, esta Instituição de ensino entende que o recreio deve ser



monitorado pelo professor por se tratar de um espaço pedagógico que necessite da intervenção deste profissional, com intuito de gerenciar os conflitos gerados e organizar as atividades pedagógicas deste período, pois o recreio é o momento de pausa nos estudos em que o aluno tem direito de se alimentar e brincar. É também um grande laboratório que favorece a aprendizagem e fortalece as diversas interações.

Todas as estratégias de ação a serem desenvolvidas nos momentos de recreação na escola, têm como objetivo sensibilizar e envolver os alunos, considerando sua capacidade intelectual, afetiva, de modo criativo, possibilitando a troca de experiências e expressão de novas ideias

1.6.7- Organização dos Professores Quanto a Disciplina a Ser Ministrada

A organização dos professores quanto à distribuição de turmas e disciplinas é realizada pela equipe gestora de forma planejada, considerando as necessidades pedagógicas da instituição e buscando sempre o melhor desempenho acadêmico e desenvolvimento integral dos estudantes. Esse processo de organização docente está alinhado aos princípios do Projeto Político-Pedagógico e às diretrizes curriculares vigentes, tendo como objetivo otimizar a aprendizagem, respeitar as especificidades de cada ano escolar e potencializar as habilidades profissionais dos docentes.

Para os quartos e quintos anos do Ensino Fundamental, a escola adota o modelo de dois professores regentes por turma, sendo um responsável pelo componente curricular de Língua Portuguesa e outro pelo componente de Matemática. Além desses regentes, a organização pedagógica prevê professores corregentes específicos para as demais áreas do conhecimento, assim distribuídos:

- História e Geografia: ministradas por um professor corregente especializado na área de Ciências Humanas, garantindo a abordagem contextualizada e interdisciplinar desses componentes;
- Ciências: ministrada por um professor corregente, possibilitando o
- aprofundamento dos conteúdos e a realização de atividades práticas e experimentais, quando aplicável;



- Arte: ministrada por um professor corregente especialista, assegurando o trabalho pedagógico voltado à sensibilização artística, expressão criativa e apreciação estética;
- Educação Física: ministrada por um professor corregente habilitado, promovendo o desenvolvimento motor, social, emocional e de hábitos saudáveis dos estudantes.

Para os primeiros, segundos e terceiros anos, cada turma conta com um professor regente responsável por ministrar os componentes de Língua Portuguesa e Matemática, garantindo a unidade didática e a continuidade das práticas pedagógicas, essenciais na fase de alfabetização e letramento. Os professores correcentes para esses anos iniciais são distribuídos conforme o

quadro de profissionais disponível na instituição, atendendo aos componentes de Arte, Educação Física, História, Geografia e Ciências, respeitando a organização curricular proposta.

Essa sistemática de organização docente visa garantir:

- A qualidade e especificidade do ensino em cada área do conhecimento;
- O acompanhamento pedagógico efetivo das turmas, considerando as particularidades de cada estudante;
- A integração entre regentes e correcentes, fortalecendo o trabalho interdisciplinar e coletivo;
- A otimização dos recursos humanos disponíveis, priorizando o atendimento integral dos estudantes.

Dessa forma, a instituição reafirma seu compromisso com uma educação inclusiva, de qualidade e equitativa, assegurando a organização pedagógica de modo a atender aos direitos de aprendizagem previstos no currículo, respeitar o desenvolvimento integral dos estudantes e potencializar o trabalho docente em cada etapa de ensino.

1.6.8- Plano de Atendimento Emergencial.

O Plano de Emergência tem por finalidade preparar a comunidade escolar para atender a qualquer situação anormal que envolva vítimas, danos



materiais ou ambientais, onde as ações tomadas devem interromper ou minimizar os danos pela ação daqueles que estão juntos ou próximos da emergência, como também, realizar o abandono da edificação de forma rápida e segura em caso de necessidade.

O PAE - Plano de Atendimento a Emergência deve ser realizado no mínimo 2 vezes por ano nas Instituições de Ensino. No curso da Brigada Escolar é mostrado esse procedimento. Escolares –

A Defesa Civil na Escola foi instituída por meio da Lei n. 18.424, de 08 de janeiro de 2015, alterada pela Lei n. 20.863, de 07 de dezembro de 2021, e regulamentada pelo Decreto n. 4.587, de 13 de julho de 2016.

É uma parceria entre a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Segurança Pública, por meio do Corpo de Bombeiros.

Nesta escola o plano de fuga será realizado 2 vezes ao ano tendo como ponto de encontro o Ginásio poliesportivo Hélio Alves na Estrada das Colônias, 228 Jardim Esperança.

Lei Lucas

Além da prevenção de incêndios, plano de fuga os brigadistas recebem treinamento para por em prática se necessário as orientações da lei 13.722 a lei Lucas

A [Lei Lucas \(13.722/18\)](#) foi sancionada em 4 de outubro de 2018. Ela obriga as escolas, públicas e privadas, de educação infantil e básica, a se prepararem para atendimentos de assistência médica imediata. Para tal, as instituições de ensino devem ministrar cursos que capacitem professores e funcionários em noções básicas de primeiros socorros. O curso deve ser oferecido a cada dois anos. Em caso de não cumprimento

Nessas diretrizes, as penalidades vão desde notificações de descumprimento até multas e, em casos extremos, a cassação do alvará ou responsabilização patrimonial.

A Lei Lucas é importante, pois visa garantir que todos saibam agir nos primeiros instantes após um acidente, mantendo a vítima segura até que a ajuda



médica especializada chegue ao local. Como as crianças passam uma parte considerável nas escolas, longe do cuidado parental, a capacitação dos profissionais de educação é fundamental para a segurança e o bem-estar dos pequenos.

Exemplos de ações de primeiros socorros

Considerando que as crianças são seres cheios de energia, movimento e vontade de explorar o mundo ao seu redor, é comum que ocorram pequenos incidentes no ambiente escolar, como quedas, escoriações, cortes superficiais ou mal-estar súbito. Por isso, torna-se fundamental que todos os profissionais saibam como agir corretamente nesses casos, garantindo a segurança, o acolhimento e o cuidado imediato necessário aos estudantes.

Nesta escola, todos os professores e demais profissionais participaram do treinamento de brigadista, promovido com o objetivo de capacitá-los para situações emergenciais, garantindo a aplicação de medidas básicas de primeiros socorros até a chegada do atendimento especializado, quando necessário.

Entre os exemplos de ações de primeiros socorros realizadas no ambiente escolar, destacam-se:

- **Em casos de pequenos cortes ou escoriações**, o procedimento adotado é lavar o local com água corrente e sabão neutro, se necessário aplicar antisséptico e cobrir com curativo adequado, comunicando imediatamente à família e registrando o ocorrido em livro próprio;
- **Em situações de sangramento nasal (epistaxe)**, orienta-se a criança a inclinar levemente a cabeça para frente e aplicar compressão suave na narina por alguns minutos, evitando que incline a cabeça para trás, o que pode causar engasgos;
- **Em caso de quedas com suspeita de fratura**, o profissional mantém o aluno imóvel, tranquilizando-o, evitando movimentação do membro afetado, e aciona imediatamente o serviço de emergência e a família;
- **Em casos de engasgo leve**, é orientado que a criança tussa até a liberação das vias aéreas; se o engasgo persistir ou for grave, aplica-se a manobra de Heimlich, conforme treinamento recebido, até a chegada do atendimento médico;



- **Quando há mal-estar súbito ou tontura**, o aluno é colocado sentado ou deitado em local ventilado e seguro, sendo ofertada água se estiver consciente e monitorados seus sinais até a chegada da família ou equipe de saúde, caso necessário;
- **Em casos de febre alta**, a criança é colocada em ambiente arejado, são removidos agasalhos excessivos e realizada compressa morna na testa, comunicando a família para avaliação médica.

Essas ações são fundamentais para garantir o pronto atendimento aos estudantes, minimizar possíveis agravos à saúde e assegurar um ambiente

escolar seguro, cuidadoso e preparado para emergências, reafirmando o compromisso desta instituição com a promoção integral da saúde, do bem-estar e da vida dos alunos.

1.7- Calendário Escolar.

O Calendário Escolar será elaborado anualmente, conforme normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, pela instituição de ensino, apreciado e aprovado pelo Conselho Escolar e, após, enviado ao órgão competente para análise e homologação, ao final de cada ano letivo anterior à sua vigência.

O calendário escolar atenderá ao disposto na deliberação COMED/PGUÁ nº. 02/09, bem como a legislação vigente, garantindo o mínimo de horas e dias letivos previstos para cada nível e modalidade. O período letivo será organizado por trimestres de acordo com as normas do COMED/PGUÁ.



CALENDÁRIO ESCOLAR

2024

EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

JANEIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	0
Férias	30
Recesso	0
Feriado	1

FEVEREIRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29		

DIAS LETIVOS	13
Carga Horária	52
Recesso	3
Feriado	0

MARÇO						
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

LEGENDA	
	FÉRIAS
	INÍCIO/TERMINO DO TRIMESTRE
	FORMAÇÃO CONTINUADA
	PLANEJAMENTO
	REFORMAÇÃO PPP
	PRE - CONSELHO
	CONSELHO DE CLASSE
	PÓS - CONSELHO
	ENTREGA BOLETIM / FECHAMENTO DO ANO LETIVO
	RECESSO ESCOLAR

ABRIL						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30				

DIAS LETIVOS	22
Carga Horária	88
Recesso	0
Feriado	1

MAIO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30		

DIAS LETIVOS	19
Carga Horária	76
Recesso	1
Feriado	2

JUNHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	0

MES	FERIADOS
JAN	01 CONFRATERNIZAÇÃO UNIVERSAL
	29 PAIXÃO DE CRISTO
MAR	31 PÁSCOA
ABR	21 TRIDENTES
	01 DIA DO TRABALHO
MAY	25 CORPUS CHRISTI
JUL	29 ANIVERSÁRIO DE PARANAÍBA
SET	07 INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
OUT	07 NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
	12 NOSSA SENHORA APARECIDA
NOV	02 FRIADOS
	15 PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA
DEZ	25 NATAL

JULHO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	10
Feriado	1

AGOSTO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	31

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	0

SETEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30					

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	0
Feriado	1

DIAS LETIVOS	201
Atividades Docentes	12
Carga Horária	804
Total de Férias	30
Total de Recesso	24

Periodicidade	
1º Trimestre	- 08/02 a 17/05 - 66 dias
2º Trimestre	- 20/05 a 30/08 - 61 dias
3º Trimestre	- 02/09 a 18/12 - 74 dias

OUTUBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

DIAS LETIVOS	21
Carga Horária	84
Recesso	1
Feriado	2

NOVEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

DIAS LETIVOS	20
Carga Horária	80
Recesso	0
Feriado	2

DEZEMBRO						
D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

DIAS LETIVOS	12
Carga Horária	48
Recesso	9
Feriado	1

<i>Denise Xavier</i> Tenise Cibele do Rocio Xavier Secretária de Educação <i>Paula da Silva Inácio Pereira</i> Superintendente de Planejamento Educacional <i>Ronaldinho de Oliveira</i> Ronaldo Cardoso Alboite Diretor do Departamento de Ensino Fundamental Tatiana Passos Diretora do Departamento de Educação Infantil	
--	--

Calendário Aprovado pelo COMED - PGEA - Gestão 2023-24 nº 01/2023
 Paranaíba, 22 de novembro de 2023.

1.8- Calendário das Reuniões da APMF e Conselho Escolar.

As reuniões ordinárias da **Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)** e do **Conselho Escolar** estão previstas para ocorrer na **última sexta-feira de cada mês**, conforme organização definida em conjunto pela equipe gestora e os representantes da comunidade escolar. Essa sistemática garante o acompanhamento periódico das ações administrativas, financeiras e pedagógicas da instituição, fortalecendo a participação democrática e a corresponsabilidade na tomada de decisões.

Para o ano letivo de 2025, as datas previstas são:

- 31 de janeiro
- 28 de fevereiro
- 28 de março
- 25 de abril
- 30 de maio



- 27 de junho
- 25 de julho
- 29 de agosto
- 26 de setembro
- 31 de outubro
- 28 de novembro
- 19 de dezembro

Essas reuniões têm como objetivo promover espaços de diálogo, planejamento e avaliação, abordando temas como:

- Análise dos resultados pedagógicos;
- Organização de eventos escolares e comunitários;
- Prestação de contas e aprovação de recursos financeiros;
- Discussão e aprovação de projetos e ações que impactam diretamente o cotidiano escolar;
- Definição de estratégias para fortalecimento da participação familiar e comunitária.

A participação ativa de todos os membros nestes encontros é fundamental para o cumprimento das metas previstas no Projeto Político-Pedagógico (PPP), assegurando a construção de uma escola democrática, inclusiva, transparente e comprometida com a formação integral dos estudantes.

1.9- Calendário de Prestação de Contas.

A prestação de contas da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) será realizada em dois momentos ao longo do ano letivo de 2025, garantindo a transparência, a participação democrática e o acompanhamento coletivo da gestão financeira da instituição.

As datas definidas para apresentação das prestações de contas são:

- 27 de junho de 2025 (última sexta-feira do mês de junho)
- 5 de dezembro de 2025 (primeira sexta-feira do mês de dezembro)

Esses encontros têm como objetivo apresentar detalhadamente as receitas e despesas realizadas no período, possibilitando a análise, o esclarecimento de



dúvidas, a aprovação dos demonstrativos financeiros e o fortalecimento da confiança da comunidade escolar na gestão dos recursos, reafirmando o compromisso da instituição com a ética, transparência e corresponsabilidade na administração escolar.

2-CONCEPÇÕES

2.1- CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

Construir a qualidade social da educação pressupõe o conhecimento aprofundado dos interesses sociais, culturais, econômicos e históricos da comunidade escolar, de modo que seja possível educar e cuidar mediante uma interação efetivada entre princípios e finalidades educacionais, objetivos, conhecimentos e concepções curriculares. Essa perspectiva vai além de um exercício meramente técnico-administrativo, configurando-se como um processo político-pedagógico coletivo, que se efetiva na atuação dialógica e comprometida de todos os sujeitos que compõem a comunidade educativa.

Na concepção de sociedade assumida por esta instituição de ensino, compreende-se que a escola deve constituir-se como um espaço democrático, plural e inclusivo, capaz de acolher a todos os educandos, sem qualquer distinção de etnia, classe social, gênero, religião, orientação sexual, deficiência ou características pessoais ou grupais. Reconhece-se que a diversidade não deve apenas ser tolerada ou aceita, mas desejada, valorizada e promovida como princípio educativo e social, pois é nela que se constrói a aprendizagem significativa, o respeito mútuo e a formação de cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar na transformação da realidade.

Dessa forma, a instituição entende a sociedade como um espaço em constante construção, marcado por relações de poder, saber e cultura, em que a escola deve atuar como mediadora de conhecimentos e como promotora da justiça social, da equidade e da emancipação humana. Nesse sentido, busca-se garantir que todos os estudantes tenham direito de acesso, permanência e aprendizagem de qualidade, reconhecendo suas identidades individuais e coletivas, suas histórias de vida e seus saberes, de forma a



construir práticas pedagógicas que respeitem e potencializem essas diferenças.

Assim, a concepção de sociedade assumida por esta escola fundamenta-se no compromisso com uma educação que forme sujeitos autônomos, críticos, criativos e solidários, capazes de participar ativamente da vida em sociedade, promovendo a construção de um mundo mais justo, democrático, inclusivo e sustentável.

2.1.1- Fundamentação Teórica

A palavra “sociedade” tem origem no latim *societas*, significando “associação amistosa com outros”. Historicamente, o conceito de sociedade sempre esteve vinculado à ideia de convivência e atividade conjunta do ser humano, organizada conscientemente para garantir a vida coletiva e a construção de normas de convivência. Nesse sentido, a sociedade constitui o objeto de estudo da Sociologia, da Antropologia e de diversas ciências sociais aplicadas.

Para Émile Durkheim (1999), sociedade é mais do que a soma dos indivíduos: é um conjunto estruturado, que exerce força sobre o indivíduo, criando normas, valores e instituições que regulam a vida social. Durkheim afirma que, para existir coesão social, faz-se necessário o compartilhamento de crenças, valores e práticas culturais que integrem os sujeitos ao corpo social. Assim, para ele, a educação escolar cumpre papel fundamental na socialização, internalizando esses valores coletivos.

Já Karl Marx (2010) concebe a sociedade como historicamente dividida em classes sociais, marcadas por relações de exploração e dominação, resultado das estruturas econômicas que determinam as relações de poder. Segundo Marx, compreender a sociedade é entender suas contradições internas, pois a luta de classes está na base da transformação histórica e social. Portanto, para ele, a educação não é neutra: reproduz ou transforma a estrutura social, conforme sua intencionalidade política.

Max Weber (2004), por outro lado, destaca o caráter racional da sociedade moderna, marcada por relações formais e jurídicas que organizam

as ações sociais de forma previsível e funcional. Para Weber, sociedade não é



apenas estrutural, mas também ação social: é o resultado das interações entre os indivíduos que agem orientados por significados compartilhados. Assim, a escola é um espaço de construção de sentidos, valores e racionalidades.

Na perspectiva contemporânea, Boaventura de Sousa Santos (2010) critica a concepção eurocêntrica de sociedade, destacando a importância das ecologias de saberes para construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática, na qual diferentes saberes, culturas e epistemologias tenham validade e reconhecimento. Ele defende que uma sociedade plural deve superar as monoculturas do saber e incluir as epistemologias dos povos tradicionais, indígenas, quilombolas e comunidades populares.

Já Paulo Freire (1996) entende que a sociedade é um espaço histórico de construção coletiva, que deve buscar a libertação e a transformação social por meio de uma educação emancipadora. Para Freire, educar é um ato político que implica reconhecer a realidade concreta dos educandos e transformar as estruturas que geram exclusão e desigualdade. Ele afirma que a escola deve ser um espaço democrático, que promova a participação crítica e a formação de cidadãos conscientes e protagonistas.

Nessa perspectiva, entende-se que a sociedade brasileira, especificamente, é marcada por profundas desigualdades sociais, étnico-raciais, de gênero e de acesso aos direitos básicos, o que gera uma disputa de poder instalada em todas as relações sociais. Como destaca Jessé Souza (2017), a sociedade brasileira ainda mantém uma herança escravocrata em suas estruturas sociais, que reproduz a exclusão e a invisibilização de grupos subalternizados.

Por isso, para esta instituição de ensino, o conceito de sociedade está intrinsecamente relacionado ao compromisso com a inclusão social e a democracia participativa. A escola é vista como espaço de convivência coletiva, diálogo, respeito às diferenças, construção de saberes e exercício da cidadania. Educar para a cidadania, como aponta Hannah Arendt (1997), significa preparar os estudantes para atuarem no mundo público, como sujeitos políticos que questionam, transformam e constroem novas realidades.

Assim, compreende-se que ser cidadão não é apenas ter direitos civis e políticos formalmente garantidos, mas também ter acesso real à dignidade, à liberdade, à participação social e à vida plena em todas as suas dimensões. Ser



cidadão é participar das decisões coletivas, ocupar espaços sociais e políticos, lutar por direitos e assumir deveres, reconhecendo-se como parte de um projeto coletivo de sociedade mais justa, democrática e plural.

2.1.2- Direitos Humanos

A Escola Municipal Professora Francisca compreende que a educação em direitos humanos constitui um princípio fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva. Parte-se do entendimento de que todos os seres humanos possuem direitos iguais, universais, inalienáveis e interdependentes, independentemente de sua origem étnico-racial, condição socioeconômica, gênero, orientação sexual, religião, deficiência, entre outras dimensões identitárias.

Nesse sentido, a instituição busca promover práticas pedagógicas que considerem a importância de respeitar os direitos, as regras e as leis, criando um ambiente escolar propício à vivência da democracia, ao exercício da cidadania e ao desenvolvimento integral dos estudantes. Essa perspectiva se concretiza no cotidiano escolar por meio de:

- Discussões sobre os direitos humanos em diferentes componentes curriculares, articulando-os às disciplinas tradicionais e aos temas contemporâneos transversais;
- Atividades que incentivem a construção de valores como respeito, solidariedade, empatia, justiça social e responsabilidade coletiva;
- Projetos que problematizam as desigualdades sociais e incentivem o protagonismo juvenil na defesa dos direitos individuais e coletivos;
- Espaços de participação democrática, como Grêmio Estudantil, APMF e Conselho Escolar, possibilitam aos estudantes vivenciar processos de escolha, diálogo, negociação e tomada de decisões.

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos, regendo o modo como vivem em sociedade, como se relacionam entre si e como interagem com o Estado, que possui obrigações

legais de garanti-los e protegê-los. Nesse sentido, a lei dos direitos humanos



obriga os governos a realizar determinadas ações e os impede de praticar outras que violem tais direitos.

Contudo, não apenas os governos possuem responsabilidades nesse processo. Cada indivíduo, ao usufruir de seus direitos humanos, deve respeitar o direito dos outros, contribuindo para a construção de relações sociais justas, pacíficas e democráticas. Assim, nenhum governo, grupo ou pessoa tem o direito de praticar qualquer ação que viole ou suprima os direitos de outra pessoa.

Dessa forma, a Escola Francisca reafirma seu compromisso em oferecer instrumentos para que os estudantes possam construir seus valores com base nos princípios dos direitos humanos, preparando-os para serem cidadãos conscientes, críticos, solidários e capazes de atuar na transformação da sociedade em que vivem.

2.1.3- Políticas de Inclusão

A Escola Municipal Professora Francisca compreende a inclusão como um princípio fundamental para a construção de uma educação democrática, justa e igualitária, sendo um meio de erradicar as barreiras sociais criadas pelo racismo, pelas desigualdades de gênero, pelos hiatos de classes sociais e pelas deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais. As ações inclusivas implementadas buscam combater qualquer forma de segregação social, garantindo o direito de todos os estudantes à aprendizagem, ao desenvolvimento pleno e à participação na vida escolar e comunitária.

Acolhimento e adaptação das crianças

As crianças e seus familiares são recebidos e acolhidos com carinho, escuta ativa e respeito, sendo realizadas inicialmente reuniões com a equipe gestora, professores regentes, profissionais de apoio pedagógico e equipe do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Nessas reuniões são apresentados os serviços e as práticas pedagógicas da escola, dialogando sobre as necessidades específicas de cada estudante, suas potencialidades e possibilidades de adaptação ao ambiente escolar.

Atendimento com objetivos e metas explicitados para aprendizagem e



desenvolvimento

Os atendimentos são planejados com objetivos e metas claros, definidos conforme o estágio de aprendizagem apresentado pelo estudante, respeitando seus direitos, seus tempos e suas singularidades. As estratégias incluem flexibilização curricular, adaptações metodológicas e utilização de recursos didáticos acessíveis, visando o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, comunicativas, sociais e emocionais de cada educando.

Contemplanção da Sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE

A escola dispõe de Sala de AEE, onde são realizados atendimentos especializados individualizados ou em pequenos grupos, no contraturno escolar, conduzidos por profissional especializado. O AEE tem como função complementar e/ou suplementar a formação dos estudantes, disponibilizando recursos pedagógicos e de acessibilidade que favoreçam a autonomia e a participação plena no ensino regular.

Momentos de formação docente específica para inclusão

A equipe gestora, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, busca constantemente oportunidades de cursos e formações continuadas para professores, educadores de apoio e demais profissionais, com o objetivo de qualificar as práticas inclusivas e garantir o atendimento adequado às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Procedimentos em casos de suspeita de deficiência ou necessidade específica

Em situações de suspeita de deficiência ou necessidade educacional específica, a escola realiza o acompanhamento pedagógico individualizado, promovendo reuniões com a família para comunicar as observações e, junto aos órgãos competentes da rede municipal de ensino, realiza encaminhamentos para avaliação multiprofissional, sempre com autorização e participação familiar. Todo o processo é acompanhado pela supervisão da Secretaria Municipal de Educação, visando assegurar direitos e o devido suporte educacional.

Diálogo e convencimento da família o processo de inclusão envolve conversa, orientação e sensibilização das famílias, reconhecendo sua importância no acompanhamento do processo de desenvolvimento de seus

filhos. A escola busca fortalecer o vínculo com as famílias, esclarecendo dúvidas, orientando sobre direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão (LBI) –



Lei nº 13.146/2015, que assegura às pessoas com deficiência o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais em condições de igualdade, garantindo sua plena inclusão social e cidadania.

Atualmente, a escola atende nove estudantes com laudo de Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de outros com diferentes necessidades educacionais específicas, reafirmando seu compromisso com a construção de um ambiente escolar democrático, inclusivo, acolhedor, harmonioso e promotor de aprendizagem para todos, contribuindo para a transformação social e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

DIAGNOSTICO	TURMA	QUANTIDADE DE ALUNO		
		LAUDADOS	INVESTIGAÇÃO	
Autismo	Pré A	01		sim
	Pré C	01		sim
	Pré D	01		sim
	1º Ano B	01	01	sim
	2º ano B	01		Sim
	3º Ano B	03	01	sim
	3º Ano C	01		sim
	5º Ano A	01		Sim
TDHA	1º Ano A	01		não
	1º Ano C	01		não
Epidermólise bolhosa	1º Ano C	01		sim



Os alunos autistas são alocados nas turmas conforme grau de suporte:

Alunos suporte 1 mais de um aluno por turma com professor de apoio

Alunos suporte 2 ou mais 1 aluno por turma.

Alunos em investigação são alocados preferencialmente nas turmas que tenham professor de apoio.

2.2- CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A Escola Municipal Professora Francisca compreende a educação como uma prática social essencial à formação humana, que visa ao desenvolvimento integral dos sujeitos em suas múltiplas dimensões – intelectual, física, afetiva, emocional, social, cultural e ética. Entende-se que a educação é um processo que se constitui ao longo da vida, envolvendo a família, a comunidade, as instituições sociais e culturais, sendo a escola um espaço privilegiado para o aprofundamento sistematizado do conhecimento e para a construção de valores, atitudes e práticas que possibilitem a transformação da realidade.

Nesse sentido, a educação não se restringe aos muros escolares, pois está presente em todas as relações sociais e culturais estabelecidas ao longo da vida. Contudo, é na escola que os conhecimentos historicamente construídos pela humanidade são sistematizados, organizados e socializados, permitindo aos estudantes apropriarem-se desses saberes e se constituírem como sujeitos críticos, autônomos, criativos e conscientes de seu papel na sociedade.

A escola assume, portanto, o compromisso com uma educação de qualidade social, que reconheça e valorize as diferenças, respeite a diversidade e promova a equidade, garantindo a todos o acesso, a



permanência, o sucesso escolar e a aprendizagem significativa. Para tanto, a prática educativa deve ser planejada de forma intencional, envolvendo metodologias ativas, problematizadoras, interdisciplinares e contextualizadas, que possibilitem aos estudantes o desenvolvimento de competências cognitivas, sócio emocionais e culturais necessárias à vida em sociedade.

Conforme destaca Paulo Freire (1996), “educação é um ato político” e deve estar pautada no diálogo, no respeito ao outro, na ética e na promoção da liberdade, possibilitando aos educandos a leitura crítica do mundo e a capacidade de intervir para transformá-lo. Assim, a escola deve ser um espaço democrático, acolhedor e inclusivo, onde todos se sintam pertencentes e protagonistas de sua aprendizagem e de sua história.

Nesse sentido, reafirma-se que a educação é um direito de todos, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, sendo dever do Estado e da família promovê-la em condições de igualdade e qualidade. Sua finalidade maior é o pleno desenvolvimento humano, preparando crianças, adolescentes, jovens e adultos para o exercício consciente da cidadania, para a convivência ética, democrática e solidária, e para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

2.2.1- Fundamentação Teórica

O conceito de educação possui múltiplas dimensões e historicidades, sendo compreendido de diferentes formas a partir de distintas abordagens teóricas, culturais e filosóficas. Para Émile Durkheim (1999), um dos fundadores da Sociologia, a educação é um processo de socialização que visa inserir o indivíduo na sociedade, transmitindo valores, normas e conhecimentos necessários à vida coletiva. Durkheim a define como “a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que ainda não estão preparadas para a vida social”, entendendo que seu objetivo é produzir seres sociais, capazes de agir em consonância com os princípios e coesão do grupo.

Em contraposição a essa visão funcionalista, Karl Marx (2010) compreende a educação como um espaço de reprodução ou transformação das condições materiais e das relações de poder. Para ele, a escola não é neutra, pois reproduz as ideologias dominantes, mas também pode ser espaço



de luta e emancipação, desde que conectada aos interesses das classes trabalhadoras e à transformação das estruturas sociais.

Na perspectiva histórico-cultural, Lev Vygotsky (1998) entende a educação como um processo mediado culturalmente, no qual o desenvolvimento humano ocorre por meio das interações sociais. Segundo ele, a aprendizagem precede o desenvolvimento e possibilita a formação de funções psicológicas superiores. Assim, o papel do educador é fundamental como mediador do conhecimento, proporcionando experiências que ampliem a zona de desenvolvimento proximal do estudante.

Para Paulo Freire (1996), a educação é um ato político, dialógico e libertador, sendo prática de liberdade, jamais de dominação. Freire afirma que educar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a construção do saber, reconhecendo os saberes prévios dos educandos, sua cultura e história de vida. Nas suas palavras: "Ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo".

Já John Dewey (1959), teórico da educação progressista, entende a educação como experiência vivida, defendendo que ensinar não é apenas transmitir conteúdos, mas promover aprendizagens significativas conectadas à vida real, ao interesse e à experiência do estudante, preparando-o para a vida democrática.

Contemporaneamente, Boaventura de Sousa Santos (2010) destaca que a educação deve superar o modelo monocultural eurocêntrico, propondo uma ecologia de saberes, na qual diferentes conhecimentos – indígenas, quilombolas, populações, tradicionais – sejam reconhecidos e articulados ao saber científico, democratizando o currículo e o processo educativo.

Bell Hooks (2013) complementa essa visão ao afirmar que a educação deve ser uma prática de liberdade e engajamento crítico, considerando a subjetividade, a afetividade, as relações de poder e a interseccionalidade das opressões de gênero, raça e classe no espaço escolar, criando ambientes seguros e libertadores para todos os estudantes.

Por fim, Carlos Rodrigues Brandão (1985) reforça que educar é um ato cultural e político, pois envolve a transmissão e construção de sentidos



compartilhados. Ele define educação como “o processo pelo qual cada pessoa, cada grupo ou sociedade se apropria de uma cultura”, sendo a escola espaço estratégico para essa apropriação crítica, consciente e transformadora.

Dessa forma, compreende-se que a educação é um fenômeno complexo, multidimensional e histórico, que envolve processos de socialização, transmissão cultural, construção de conhecimentos, desenvolvimento humano e transformação social. Assumir essa concepção crítica de educação significa reafirmar a escola como espaço de formação integral de sujeitos autônomos, críticos, criativos, solidários e capazes de intervir no mundo para transformá-lo em um lugar mais justo, democrático e sustentável.

2.2.2- Concepções de Infância

Nos dias atuais, a concepção de infância é objeto de estudo e debate por uma ampla gama de pesquisadores de distintos campos de investigação, tais como a pedagogia, a psicologia, a sociologia, a antropologia e a história. Cada área adota diferentes enfoques e perspectivas históricas sobre como as crianças foram vistas e tratadas ao longo dos séculos.

Do ponto de vista histórico, Philippe Ariès (1981), historiador francês, destaca que, na Europa medieval, a infância não era percebida como uma fase distinta da vida. Segundo ele, na “velha sociedade tradicional”, não havia uma noção clara de infância como conhecemos hoje; as crianças eram vistas como pequenos adultos e, por isso, “mal adquiriam algum desembaraço físico, era logo misturadas aos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 10). Assim que tinham condições físicas para participar de jogos, tarefas e trabalhos com os mais velhos, passavam a ser vistas como homens ou mulheres jovens que deveriam aprender pela convivência tudo aquilo que um adulto deveria saber.

Essa visão começou a se modificar a partir do século XVII, com o surgimento de novas concepções pedagógicas e morais sobre a infância, sobretudo a partir dos estudos de Jean-Jacques Rousseau, que defendeu a ideia da criança como ser em desenvolvimento, com características próprias e necessidades singulares, enfatizando a importância de uma educação



adequada aos estágios de crescimento infantil.

No campo jurídico brasileiro, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, estabelece que crianças são as pessoas com até doze anos de idade incompletos, reconhecendo-as como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Esta legislação garante proteção integral à infância, assegurando o direito à vida, à saúde, à educação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Contemporaneamente, autores como Sonia Kramer (1995) e Clarilza Prado de Sousa (2004) defendem que a infância deve ser vista como uma fase única e fundamental do desenvolvimento humano, marcada por intensas aprendizagens, experiências sensoriais, afetivas, sociais e culturais. Trata-se de um período de construção identitária e de formação dos modos de ser, sentir, agir, pensar e se relacionar com o mundo.

Nessa perspectiva, a escola tem papel essencial na garantia dos direitos das crianças, oferecendo espaços de convivência democrática, aprendizagem significativa, cuidado, segurança, afeto e respeito às suas singularidades. Educar na infância, portanto, significa criar oportunidades para que as crianças sejam protagonistas de seu processo de conhecimento e desenvolvimento, reconhecendo-as como sujeitos históricos e culturais, plenos de potencialidades, desejos, saberes e direitos.

2.2.3- Articulação Entre as Ações de Cuidar e Educar.

A concepção de infância adotada pela escola fundamenta-se no Currículo Municipal e no Caderno de Apoio Pedagógico, que orientam práticas educativas pautadas na articulação indissociável entre o cuidar e o educar. Essa compreensão reconhece que o desenvolvimento humano não ocorre de forma compartimentada, mas como um processo integral que envolve dimensões físicas, cognitivas, emocionais, sociais e culturais, sendo cada experiência significativa para a construção dos saberes e para a constituição do sujeito.

Na Educação Infantil, cuidar e educar consiste em compreender que o espaço e o tempo vividos pelas crianças exigem esforço particular e a

mediação atenta dos adultos, com vistas a proporcionar ambientes seguros,



acolhedores e desafiadores, que estimulem a curiosidade, a imaginação e a autonomia, sempre com consciência e responsabilidade. Significa criar práticas pedagógicas coerentes com o universo infantil, garantindo experiências que respeitem a diversidade, os ritmos, tempos e realidades próprias de cada criança, em consonância com a BNCC (2018), que estabelece os direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

O período de adaptação é organizado considerando as especificidades de cada criança, flexibilizando a rotina em respeito ao seu bem-estar e de seus familiares. Esse processo envolve acolhida cuidadosa, escuta ativa, diálogo constante com a família e adaptações necessárias nos tempos e espaços, reconhecendo que cada criança tem seu ritmo para vivenciar e se apropriar dos novos ambientes e relações.

No Ensino Fundamental, embora haja maior sistematização dos conteúdos curriculares, o princípio do cuidar e educar permanece como base para garantir a aprendizagem significativa. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) destaca a importância de articular as experiências vividas na Educação Infantil com os conteúdos do Ensino Fundamental, especialmente nos anos iniciais, de modo a promover a continuidade do desenvolvimento infantil e facilitar a progressiva sistematização dos saberes. Isso implica considerar as situações lúdicas de aprendizagem, possibilitando aos estudantes novas formas de relação com o mundo, hipóteses, testagens, refutações e conclusões, construindo o conhecimento de maneira ativa, crítica e criativa.

Conforme a Resolução CNE/CEB nº 04/2010, art. 24, os objetivos da formação básica prolongam-se ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, especialmente no primeiro ano, e ampliam-se nos anos finais, contemplando:

- I – O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II – Foco central na alfabetização ao longo dos três primeiros anos;
- III – Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da

economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade;



IV – O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, visando à aquisição de conhecimentos e habilidades, à formação de atitudes e valores;
V – O fortalecimento dos vínculos familiares e dos laços de solidariedade humana e de respeito mútuo.

Assim, acolher, cuidar e educar são dimensões indissociáveis, que integram o fazer pedagógico da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, garantindo às crianças direitos de aprendizagem, formação integral, respeito à infância e construção de conhecimentos significativos para sua vida presente e futura.

2.2.4- Concepção de Jovens, Adultos e Idoso (EJA).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), destinada a atender jovens, adultos e idosos que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou permanência na educação básica na idade considerada regular. Essa modalidade visa garantir o direito constitucional à educação ao longo da vida, promovendo a inclusão social, o exercício pleno da cidadania e melhores condições de qualificação para inserção no mundo do trabalho.

Anteriormente denominada Ensino Supletivo, a EJA representa atualmente uma das sete modalidades educacionais definidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo estruturada de modo a respeitar as especificidades dos estudantes, suas trajetórias de vida, experiências prévias, saberes construídos em diferentes contextos e demandas atuais. Além de possibilitar a continuidade dos estudos, contribui para fortalecer a autoestima e o reconhecimento social desses sujeitos, garantindo-lhes novas oportunidades e perspectivas de futuro.

No âmbito escolar, a EJA promove a ampliação do conhecimento, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a vida em sociedade, o fortalecimento da autonomia, a formação crítica e reflexiva, além

de atender ao princípio da educação como direito humano fundamental.

Atualmente, a escola disponibiliza duas salas de aula, um banheiro, o refeitório e a cozinha para o funcionamento do atendimento noturno da EJA,



garantindo condições físicas adequadas para acolher e atender seus estudantes. Essa oferta reafirma o compromisso institucional com uma educação inclusiva e democrática, respeitando a dignidade, as necessidades e as especificidades de cada estudante jovem, adulto ou idoso que busca retomar sua trajetória escolar, construindo novos projetos de vida.

2.2.5- Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental.

De acordo com as Diretrizes Curriculares há um distanciamento entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, ou seja, uma lacuna entre um nível de aprendizagem de um e do outro, e para minimizar e até sanar esta fragmentação. Nossa escola procura assegurar que os direitos da criança sejam garantidos sem interrupções, que o ensino seja entendido como um processo contínuo e diagnóstico, onde os encaminhamentos pedagógicos façam relações e interações entre as diversas áreas do conhecimento e perceba que a criança está em permanente construção social.

A prática docente, busca tornar o processo de transição mais prazeroso, onde o brincar, o cuidar, o educar e o interagir, se integrem, pois, esses conceitos fazem parte da educação na infância. Para a efetivação dessa integração entre saberes e conceitos trabalhados pelas escolas, é imprescindível a realização de uma articulação qualitativa entre os diferentes estágios de aprendizagem que a criança se encontra. Sendo assim, a escola deve ser vista como espaço socializador de conhecimentos e sua função é de efetivar um trabalho articulado e com um conjunto de propósitos educativos para garantir a apropriação dos conhecimentos.

Para o autor, brincar está relacionado ao desenvolvimento do indivíduo, do ponto de vista tanto psicológico quanto cognitivo e sociocultural. Nesta perspectiva, a brincadeira e os espaços de experiências dão possibilidade de criar e recriar conhecimentos e vivências e de se ter experiências culturais.

2.2.6- Transição dos Anos Iniciais para os Anos Finais do Ensino Fundamental

A articulação entre o 5º ano (final dos anos iniciais) e o 6º ano (início



dos anos finais) representa para nossa Instituição de Ensino uma etapa fundamental no percurso educacional da criança e do adolescente. Esse momento demanda um olhar especial para as competências e habilidades que são essenciais para a preparação dos estudantes para os desafios acadêmicos e sociais que virão, bem como para a valorização do papel dos familiares e das melhores práticas que garantem uma transição adequada, promovendo o sucesso escolar.

O término do ano letivo é, para muitos estudantes, um período marcado por ansiedade e inquietação, especialmente quando coincide com a mudança de ciclo e de ambiente escolar, que trazem novas demandas cognitivas, sociais e emocionais. Por isso, o processo de transição do Ensino Fundamental – Fase I para o Ensino Fundamental – Fase II deve ser cuidadosamente planejado, realizado com sensibilidade e acompanhamento constante, considerando que esse é um dos momentos mais significativos na vida escolar do aluno.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2010, destacam a necessidade de articular organicamente e sequencialmente as etapas da educação básica para garantir aos educandos a continuidade de seus processos de aprendizagem e desenvolvimento sem rupturas ou tensões. Conforme o Artigo 18, § 2º, essa articulação deve assegurar que a criança vivencie a escolarização como um processo integrado, respeitando suas especificidades e promovendo a progressão natural e harmoniosa do conhecimento.

Além disso, a mesma resolução, no Artigo 25, orienta os sistemas estaduais e municipais a estabelecerem formas de colaboração específicas para garantir a oferta plena do Ensino Fundamental e a articulação entre a primeira fase, geralmente responsabilidade dos municípios, e a segunda fase, sob gestão estadual. Essa colaboração visa evitar obstáculos que possam impedir

ou dificultar o acesso e a permanência dos estudantes na rede de ensino, garantindo a totalidade do processo formativo.

Nossa instituição, a partir desses pressupostos legais e pedagógicos, desenvolve ações articuladas que envolvem reuniões de planejamento entre as equipes pedagógicas dos anos iniciais e finais, atividades de acolhimento e ambientação para os estudantes, além do diálogo constante com as famílias



para fortalecer vínculos e apoiar o aluno neste momento de transição. Busca-se assegurar que o estudante não perceba o avanço como uma ruptura, mas como um contínuo processo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e acadêmico.

O acompanhamento pedagógico e emocional dos alunos, aliados ao engajamento das famílias e ao trabalho colaborativo entre os profissionais da escola, são elementos indispensáveis para que essa etapa seja superada com êxito, favorecendo a construção da autonomia, do protagonismo e do sucesso escolar.

2.2.7 Educação Inclusiva (Educação Especial enquanto modalidade de ensino transversal, Atendimento educacional especializado e atendimento domiciliar)

A inclusão escolar constitui-se como um processo dinâmico que se adapta e se transforma constantemente para acolher, em classes regulares, crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência ou necessidades educacionais específicas, assegurando-lhes o pleno desenvolvimento humano e o exercício efetivo de sua cidadania. Essa perspectiva implica compreender a escola como um espaço coletivo de produção de saberes, de cultivo dos bens sociais e culturais, e de valorização das experiências, conhecimentos, trajetórias e necessidades de todos os educandos.

Nesse processo, torna-se essencial considerar a participação ativa e corresponsável dos diferentes sujeitos que compõem a comunidade educativa: estudantes, professores, gestores, profissionais de apoio, famílias e membros

da comunidade local. A escola inclusiva, conforme propõe Mantoan (2003), não é aquela que se organiza para inserir um aluno com deficiência em seu modelo pré-existente, mas sim aquela que se transforma continuamente para atender às singularidades de cada educando, reconhecendo a diversidade como valor estruturante e como oportunidade de aprendizagem coletiva.

A Educação Especial, entendida como modalidade transversal a todos



os níveis, etapas e modalidades de ensino, integra a educação regular e tem como finalidade assegurar uma educação de qualidade a todos os estudantes com necessidades educacionais especiais ao longo de toda a Educação Básica. Para isso, oferece atendimento educacional especializado (AEE) em caráter complementar ou suplementar ao ensino regular, visando apoiar, potencializar ou, em casos específicos, substituir práticas pedagógicas para garantir acesso, permanência, participação e aprendizagem, conforme define o Decreto nº 7.611/2011.

A perspectiva inclusiva requer que as escolas comuns estejam organizadas para integrar pessoas com deficiência em uma pedagogia centrada na criança e em seus processos de desenvolvimento, aprendizagem e socialização. Nessa abordagem, o foco se desloca de um currículo rígido para práticas pedagógicas flexíveis, criativas e responsivas, capazes de atender às múltiplas formas de aprender e de ser no mundo, conforme aponta Vygotsky (1984), ao ressaltar que o desenvolvimento humano ocorre a partir das interações sociais mediadas culturalmente.

Em consonância, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) estabelece que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de suas dificuldades ou diferenças, em escolas comuns que acolham a diversidade como um direito. O documento ainda orienta que a matrícula de todos os estudantes em escolas regulares seja garantida por lei ou por políticas públicas consistentes, devendo haver justificativas convincentes apenas em casos excepcionais de não inclusão em classes comuns.

Assim, construir uma escola inclusiva requer compromisso ético, político e pedagógico com a eliminação de barreiras atitudinais, físicas,

comunicacionais e metodológicas, além do investimento em formação continuada dos profissionais da educação para que estejam preparados para desenvolver práticas educativas que promovam a aprendizagem significativa, o desenvolvimento integral e a participação social de todos os educandos.

Classe Especial

Considerando os preceitos legais que regem a Educação Especial: a Lei



de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; - as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer nº 17/01 – CNE; - a Resolução 02/01

– CNE; - a Deliberação 02/03 – CEE – PR, Instrução 03/04 sobre os critérios para funcionamento da Classe Especial no Ensino Fundamental I; Deliberação COMED/PGUÁ 02/2014, define-se o seguinte:

Classe Especial é uma sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área da Educação Especial utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme ano/ciclo/ etapas iniciais do Ensino Fundamental I (1º a 5º ano). A ação pedagógica da Classe Especial visa o acesso ao currículo da Base Nacional Comum Curricular, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por uma parte diversificada, promovendo avaliação pedagógica contínua para a tomada de decisão quanto ao seu ingresso ou reingresso no Ensino Regular.

Os conteúdos oferecidos deverão ser trabalhados de forma interdisciplinar e contextualizada. A Classe Especial deverá adotar adaptações curriculares de metodologias, conteúdos, objetivos, avaliação, temporalidade e espaço físico de acordo com as peculiaridades do aluno. Os conteúdos a serem trabalhados deverão envolver tanto as áreas do conhecimento (linguagem oral e escrita e cálculos matemáticos), como as do desenvolvimento (cognição, sócio-afetivo-emocional e motora). O aluno da Classe Especial, de acordo com sua faixa etária, deverá participar das aulas de Educação Física, Educação Artística e de todas as atividades extraclasse,

junto com os alunos de Classe Comum, potencializando a capacidade de aprender.

Haverá em cada turma o número máximo de dez alunos, sendo os alunos mais velhos matriculados no turno matutino e os alunos mais novos no turno vespertino. A idade limite para atendimento do aluno na Classe Especial será de quinze anos e onze meses. Após, serão classificados e encaminhados para a EJA – Educação de Jovens e Adultos, e ao Programa de Preparação para o Mundo do Trabalho. A carga horária mínima será de 800 horas, distribuídas em



200 dias letivos.

Serão matriculados os alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem e quadros de deficiência intelectual com ou sem comorbidades, que demandem ajuda e apoio intensos e contínuos, mediante relatório e indicação de equipe de avaliação psicoeducacional e avaliação médica.

Será montado semestralmente pela professora regente um planejamento individual com tudo o que será trabalhado com o aluno, sendo entregue à Divisão de Educação Especial, após análise da equipe pedagógica da instituição. Com isso, torna-se possível a reavaliação periódica dos processos de intervenção educativa que são propostos para cada educando.

Os alunos serão avaliados de forma processual e contínua e os resultados obtidos de análise qualitativa serão registrados pela professora regente em Parecer Descritivo elaborado trimestralmente, bem como Relatório

Descritivo semestral, ambos com formulário próprio expedido pela SEMEDI - Secretaria Municipal de Educação, com indicações de novos encaminhamentos pedagógicos e clínicos para o educando. Estes documentos, após analisados pela equipe pedagógica da Escola, deverão ser arquivados na pasta individual do aluno e encaminhados à Divisão de Educação Especial do município de Paranaguá, atualmente na

SEMI-Secretaria Municipal de Inclusão. Os pais serão informados sobre o processo de aprendizagem e evolução do aluno pelo professor, em reunião trimestral realizada na escola, na hora-atividade do professor. Além disso, será entregue um boletim, de conceitos, em cores, a fim de que o aluno também note o seu progresso e as áreas que necessita melhorar.

Quando o educando apresentar avanços no processo de ensino-aprendizagem, deverão ser classificadas ao ano correspondente ao Ensino Regular, mediante avaliação nas disciplinas de Português, Matemática, Ciências, História e Geografia, realizada pelas professoras em consonância com a equipe pedagógica da Instituição, devidamente registrada em Parecer Descritivo, ata e encaminhada documentação escolar para análise e deferimento da Divisão de Educação Especial.

Caso ocorra a transferência do aluno para outra instituição, é de



responsabilidade da escola encaminhar junto com a declaração de transferência, cópia da última avaliação pedagógica trimestral (Parecer Descritivo), último relatório semestral, relatório da avaliação psicoeducacional e demais documentos referentes ao acompanhamento do aluno.

Cabe à equipe pedagógica da instituição acompanhar e, se necessário, cobrar os responsáveis para que o aluno faça todo o acompanhamento e exames necessários ao seu caso, conforme orientação dada em relatório da avaliação psicoeducacional e orientação médica. Bem como, solicitar ao professor sempre que necessário relatório atualizado sobre os avanços e a falta deles para reuniões de retomada no SEMI e CAEM – Centro de Avaliação Educacional Multiprofissional - e/ou consultas médicas. Educação Especial

A Educação Especial, como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como finalidade assegurar educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo apoio, complementação e suplementação na formação dos alunos. Com a finalidade de organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas.

A aprendizagem escolar na educação inclusiva se dá em função do currículo organizado para orientar os diversos níveis de ensino e ações docentes. O currículo é construído a partir do projeto político pedagógico da escola e viabiliza a sua operacionalização, orientando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo suas finalidades, tornando-se a própria identidade da escola, ou seja, relaciona princípios, teoria e prática, planejamento e ação.

A escola para todos requer uma dinamicidade curricular que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos.

As manifestações de dificuldade de aprendizagem na escola apresentam-se na continuidade no decorrer da vida escolar, desde as situações leves e transitórias que podem se resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico até as situações mais graves e persistentes que requeiram o uso de recursos especiais para sua solução. Atender a esse contínuo de dificuldades requer respostas educacionais adequadas envolvendo graduais e progressivas



adequações do currículo. Nas práticas inclusivas, especialmente em se tratando de alunos com necessidades educacionais especiais, o currículo deve ser flexível, não deve ocorrer a obrigatoriedade de todos os estudantes atingirem o mesmo grau de abstração ou de conhecimento num determinado tempo. Para que esses alunos com necessidades especiais possam participar integralmente em um ambiente rico de oportunidade com resultados favoráveis, são realizadas adaptações curriculares. As adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar o aluno.

As adaptações curriculares de pequeno porte ou menos significativas são as modificações promovidas no currículo pelo professor, de forma a permitir e promover a participação produtiva dos alunos que apresentam necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem, na escola regular, junto com seus pares.

São denominados de pequeno porte porque sua implementação encontra-se no âmbito de responsabilidade e de ação exclusiva do professor, não exigindo autorização, nem dependendo de ação, de qualquer outra

instância superior, nas áreas política, administrativa, e ou técnica.

As adaptações curriculares de Pequeno Porte podem ser implantadas em várias áreas e momentos de atuações do professor:

- Na programação do acesso ao currículo;
- Nos objetivos de ensino;
- No conteúdo ensinado;
- No método do ensino;
- No processo de avaliação (podendo fazer uso do Braille para estudantes cegos, calculadoras científicas para os superdotados e de outros recursos de



apoio, sejam eles visuais, auditivos, gráficos, materiais ou manipulativos);

- Na temporalidade.

As adaptações Curriculares de grande porte ou significativas são necessárias quando as necessidades especiais dos alunos forem mais acentuadas e não se solucionarem com medidas curriculares menos significativas. Compreendem ações que são as competências e atribuição das instâncias político-administrativas superiores, já que exigem modificações que envolvem ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática etc.

São elas:

- Adaptações de acesso ao currículo;

Criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno, em sua unidade escolar;

- Adaptação do ambiente físico escolar;
- Aquisição do mobiliário específico necessário;
- Adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;

Capacitação continuada dos professores e demais profissionais da educação;

- Efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade e a transetorialidade.

Redução de alunos em classes regulares, mediante documentação,

conforme Lei municipal nº 2494 de 14/06/2004.

Professor de apoio permanente, considerando os preceitos legais que regem a Educação Especial (LDB/ 9394 /96, Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, Parecer nº 17/01 – CNE, Resolução 02/01-CNE e a Deliberação 02/03 - CEE).

As Adaptações Curriculares para os alunos com necessidades especiais precisam ser organizadas pela equipe pedagógica- administrativa da escola, junto com professores e especialista que atendem esses alunos. Essa equipe deve identificar as competências e habilidades que eles apresentam e,



a partir daí, elencar os objetivos a serem atingidos, os conteúdos a serem desenvolvidos, a periodicidade e os critérios de acompanhamento, bem como a necessidade de uma adaptação curricular mais ou menos significativa. (BARIQUELO, SOARES, 2018)

As adaptações curriculares devem ser feitas permanentemente com a participação de uma rede de apoio composta pela equipe docente e técnica da escola, pedagogo do CMAE, profissional especializado de instituições e/ou Escola de Educação Especial, sempre que for necessário. Todos os conteúdos e estratégias, bem como as formas de avaliação, precisam ser registrados e assinados, pois irão compor os documentos oficiais do aluno.

Plano de Atendimento Domiciliar

O Atendimento Pedagógico Domiciliar é destinado, preferencialmente, para os estudantes que se encontram em tratamentos prolongados ou que necessitem de cuidados especiais de saúde. Nesta modalidade de atendimento, a prioridade está no tratamento e na recuperação, bem como na educação oferecida e preservada.

Em situações específicas cabe a equipe pedagógica essa organização que poderá ocorrer da seguinte forma:

- Em acordo entre pais e ou familiares tutores, professores e equipe pedagógica escolar, o aluno será acompanhado a distância e caso o

tratamento seja de longa duração, ficará disponível um determinado material para que o estudante possa realizar as atividades diárias e até as atividades avaliativas em casa, será disponibilizado um professor que levará as atividades até o estudante, para explicar o desenvolvimento da matéria conforme os conteúdos escolares do período em questão, evitando a suspensão indevida do aprendizado. O profissional poderá fazer uma visita pedagógica semanal ou conforme necessidade do aluno e a organização da escola. Cabe aos responsáveis a cobrança e participação no processo de desenvolvimento das atividades no prazo estabelecido pelo professor e equipe pedagógica.

O atendimento pedagógico domiciliar visa atender a necessidade de alunos que encontram-se impossibilitados de frequentar a escola por motivos



de doença. O Plano de atendimento domiciliar desta escola visa nortear questões de organização de espaço, tempo e recursos disponíveis para auxiliar professores e familiares no atendimento pedagógico ao aluno de acordo com a legislação que garante que a educação é para todos, conforme a constituição federal de 1988

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da Pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. art. 205.

e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 1990.**Art. 53.**

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

O atendimento pedagógico domiciliar requer planejamento e cuidados atendendo a ampla legislação que rege a educação inclusiva no País.

1. O Atendimento Pedagógico Domiciliar será ofertado para: Alunos matriculados(as) na Escola Municipal de ensino integral Francisca Pessoa Mendes
2. Condição clínica ou exigência de atenção integral à saúde, atestadas por médico que impossibilita , temporariamente, a frequência ao espaço escolar, não sendo portanto, um atendimento exclusivo para os alunos(as) público da educação especial (alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação).Para isso A família deverá solicitar o atendimento junto à secretaria da escola munido do afastamento atestado pelo médico do(a) aluno(a), com as seguintes informações:
 - a) Período de afastamento de no mínimo 45 dias consecutivos ou alternados conforme necessidade do aluno
 - b) Patologia com Classificação Internacional de Doenças (CID)
 - c) Anuência, concessão do médico, atestando a possibilidade ou não do aluno receber o atendimento domiciliar;



d) Data, carimbo e assinatura do médico.

A escola deve encaminhar cópia do atestado/relatório médico informando a natureza do problema e os dias de afastamento para a Secretaria de Educação (SEMEDI) solicitando o atendimento, autorização de carga horária e saída do professora da escola a fim de realizar os atendimentos e informações quando necessárias e demais procedimentos que se fizerem necessários.

O atendimento será realizado por professor(a) do quadro do magistério, conforme suas atribuições:

Participar do planejamento junto ao professor(a) regente da turma à qual pertence o aluno, compartilhando informações sobre as necessidades do mesmo; Elaborar plano de ação individual do(a) aluno(a) considerando o planejamento da turma ao qual o(a) aluno(a) está vinculado e suas especificidades; Manter registros diários dos atendimentos; Fornecer ao(a) professor(a) titular da classe as seguintes informações sobre o Aluno .

1) Os dias de atendimento para registro no diário de atendimento do aluno fornecido pela escola onde colocará os dias de atendimento pedagógico domiciliar, anotando os dias e hora do atendimento para que o professor titular

lance no RCO da seguinte forma frequência A campo observação do aluno: Atendimento domiciliar conforme orientação da SEMEDI). A frequência voltará a ser registrada quando do retorno do(a) aluno(a) à escola. Ao final do ano letivo o aluno(a) que esteve nessa condição, não poderá sofrer prejuízos no processo de escolarização por baixa frequência relacionada a este período de atendimento, portanto a importância de registro correto no RCO e no Diário de atendimento ao aluno.

É responsabilidade do(a) professor(a) do Atendimento pedagógico domiciliar:

- Participar das reuniões coletivas como: discussões acerca do desenvolvimento infantil, aprendizagens dos(as) alunos(as), conselho de Classe contribuindo na composição do portfólio e na elaboração dos instrumentos metodológicos que compõem o processo de avaliação:

Preenchimento da ficha de Rendimento do(a) aluno(a) em atendimento domiciliar);



- Organizar e encaminhar para a unidade escolar relatórios sobre o desenvolvimento acadêmico do(a) aluno(a) de acordo com nível e modalidade de ensino;

Contribuir para a articulação entre o atendimento pedagógico domiciliar e a escola.

- Elaborar estratégias para melhor realização das atividades por parte do aluno levando em consideração a disposição do aluno na aula devido a doença ou deficiência.

É responsabilidade da Equipe Gestora quanto ao do Atendimento pedagógico domiciliar:

- Acompanhar através dos registros (relatórios, controle de frequência do professor no atendimento pedagógico domiciliar, Plano de Ação específico) o desenvolvimento das atividades pedagógicas em domicílio.
- Organizar a grade de horários do atendimento repassando ao professor e a família antecipadamente.
- Estabelecendo critérios para avaliação do tempo de atendimento.
- Visita periódica ao aluno junto com o professor de atendimento domiciliar e registro do trabalho e condições pedagógicas de modo a atender as necessidades e possibilidades de aprendizagem do aluno(a).
- Apresentar o(a) professor(a) e a proposta de trabalho pedagógico para a família com a definição de um local que ofereça alguma privacidade ao Trabalho, acordando com a família sobre os dias e horário de atendimento solicitando a presença de um responsável pelo aluno na residência durante todo o período de atendimento.
- Orientar ao responsável que os materiais necessários para as atividades de ensino serão fornecidos pela escola e que não há necessidade da família se preocupar com refeições do profissional e com indicação de alta médica o(a) aluno(a) deverá retomar a frequência escolar assim que estiver em condições para isso, lembrando que a escola é o melhor local para o seu aprendizado; assegurar o direito a avaliação escolar considerando as adaptações pedagógicas necessárias, sejam de tempo ou de formas de aplicação, de acordo com as condições físicas e os tratamentos submetidos; Considerar aspectos éticos relativos à presença em ambiente privado e esclarecimentos



sobre o registro do trabalho e solicitação de autorização de uso de imagem para fins pedagógicos.

2.2.8- Educação para as Relações Étnico-raciais

As Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que tratam da inserção da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da educação brasileira, reconhecem e valorizam a história do negro africano e dos índios nativos em nossa cultura contribuindo para uma igualdade étnico-racial. As leis tem por objetivo uma real democratização da educação e o reconhecimento da pela contribuição de todas as raças na formação e desenvolvimento do povo brasileiro .Por muito tempo os credos e culturas negra e indígena foram atacadas e a livre manifestação impedida de acontecer .A educação básica que remetia aos negros e índios apenas como meros escravos, trazendo uma singularidade histórica e cultural, aliada a uma tendência generalizada de racializar imigrantes oriundos de países considerados de 3 º mundo empobrecendo nossa cultura e omitindo a realidade das maiores influências na nossa sociedade.

A promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08 foi um marco inicial para a transformação da sociedade que sofre com preconceito e discriminação racial. O racismo é precedido do vocábulo raça, como concepção, socialmente elaborado, o racismo nada mais é que uma convicção que existe uma hierarquia em relação às raças que teria um efeito nos aspectos físicos, morais, intelectuais e culturais. Estudos e pesquisas Genética Humana apontam que o conceito de "raça" é ultrapassado, levando em consideração que os seres humanos não oferecem diferenças entre si que possam justificar e legitimar os grupos em raças diferentes.

Nossa escola tem atuado insistentemente no combate à discriminação, procurando ensinar as crianças o respeito e a igualdade, as professoras trabalham regularmente o tema em suas aulas são incluídas ações contra o preconceito e o bullying não se restringindo apenas ai dia da consciência negra em novembro.



2.2.9- Concepção do Ensino Integral

A concepção do ensino integral deve ser compreendida como a educação que garante o desenvolvimento dos sujeitos em todas as linhas de pensamento: intelectual, física, emocional, social e cultural, constituindo-se como projeto coletivo, compartilhado pelas crianças, jovens, famílias, pelos educadores, gestores e comunidades locais.

Uma concepção com proposta contemporânea, pois atende as demandas do século XXI, tendo como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis com eles próprios e com o mundo que os cerca. Sendo ainda inclusiva, pois reconhece a singularidade dos sujeitos, com suas múltiplas identidades. No integral, promove-se a equidade, reconhecendo o direito do educando de aprender e ter o acesso de oportunidades educativas, de formas diversificadas quando interagem com múltiplas linguagens, saberes e agentes, recursos, espaços, de uma condição que é fundamental para o enfrentamento da desigualdade educacional.

A educação integral tem como proposta envolver neste processo

educativo, às crianças, proporcionando um espaço que assegure sua formação. Nesta concepção, assume-se o papel de articular as experiências educativas onde os alunos vivem dentro e fora dela, favorecendo dessa forma aprendizagens importantes para o desenvolvimento.

O Ensino em Tempo Integral tem como objetivo promover a permanência do educando na escola em horário ampliado, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima e o sentimento de pertencimento. Miguel Arroyo (2013), ressalta que

“O ser humano é um sujeito total, integral enquanto sujeito de conhecimento, de cultura de valores, de ética de identidade e de memória e a educação deve dar conta de todas essas dimensões da formação do ser humano”.

O programa Mais Educação do governo federal foi instituído pela portaria interministerial 17/2007, mas só foi regulamentada pelo decreto 7.083/10 e visa a ampliação da jornada escolar e a organização do currículo.



A Proposta de educação em tempo integral teve início com Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro que tinham por concepção que educação integral não pode ser desligada da escola em tempo integral sem que haja prejuízo ao aluno que é quem mais necessita da formação integral, A Educação em Tempo integral deve assumir a educação integrada do aluno.

Em Paranaguá a implantação da educação em tempo integral nas escolas municipais, com a proposta do projeto Ensinando/Aprendendo, ampliava a jornada escolar integral, ofertando aos alunos atividades educativas diversas, articuladas a otimização do espaço escolar. No dia 18 de fevereiro na gestão 2005/2008 – o então prefeito José Baka Filho, através da Emenda à Lei Orgânica do Município nº 10/2005, acrescentou o Artigo 153, onde registra no Parágrafo Único, que o Município implantará progressivamente o Sistema de Escolas em Tempo Integral. O projeto contemplava 8 escolas, entre elas a Escola Municipal “Professora Francisca Pessoa Mendes” .

Atualmente no período integral em nossa escola são 100 alunos matriculados, dispostos em quatro turmas no período vespertino :Integral A, Integral B, Integral C, Integral D no horário das 11h30min às 16h30min, sendo respectivamente no contraturno 2º ano A ,3º ano A ,4º Ano A e 5º ano A.

Os alunos matriculados no período integral recebem 3 refeições diárias, para melhor conforto no refeitório as turmas foram divididas da seguinte forma para as refeições.

Refeição	Horário	Turma
Desjejum	8:10 às 8:30	4º A e 5º A
	8:30 às 8:50	2º A e 3º A
Almoço	11:20 às 11:35	Integral C e integral D
	11:35 às 11:50	Integral A e integral B
Lanche	14:00 às 14:15	Integral C e integral D
	14:15 às 14:30	Integral A e integral B

No período vespertino os alunos matriculados no período integral são contemplados com as seguintes oficinas:



OFICINAS INTEGRAL:

Cultura, Artes e Educação Patrimonial

Meio Ambiente

Acompanhamento pedagógico

Promoção de Saúde

Linguagens

Projetos propostos para o Integral Durante o Ano Letivo:

- Meio ambiente - Poluição
- Trânsito - Maio Amarelo
- Jardim - Cuidado com o espaço verde dentro da Escola
- Maio Laranja Combate ao abuso e exploração sexual.
- Prevenção à Dengue
- Agosto Lilás-Combate a violência contra a mulher
- setembro amarelo Prevenção ao suicídio
- Outubro Rosa mês de conscientização a Prevenção ao câncer de mama
- Novembro Azul-Prevenção ao câncer de próstata

Cultura Parnanguara - Visitação aos pontos específicos de Paranaguá de acordo com o tema trabalhado: Igrejas, casarões etc. (Atividades envolvendo o município, cartazes, vídeos e passeio aos pontos citados no decorrer do trabalho (fontinha, mercado municipal, museu, dentre outros). Combate a exploração do trabalho infantil;

2.2.10- Ações de Monitoramento para a Busca Ativa das Crianças e/ou Estudantes Infrequentes.

A busca ativa dos alunos matriculados, é realizada de acordo com a legislação vigente. Na escola a infrequência dos alunos com 5 faltas consecutivas ou 7 alternadas são inseridos no SERP (O Sistema Educacional



da Rede de Proteção) QUE É O sistema para preenchimento e encaminhamentos previstos no Caderno do Programa de Combate ao Abandono Escolar (PCAE). O sistema permite a tramitação dos casos de infrequência na Rede de Proteção de forma on-line, ainda que os casos de frequências sejam encaminhados ao conselho tutelar, não sem antes o empenho da orientadora em tentar contactar familiares e responsáveis por meio de WhatsApp e telefone. Devido ao alto índice de violência na comunidade, a falta de subsídio para a compra de combustível para uso de carro próprio torna inviável a busca ativa em residências.

2.2.11- Instrumentos de Registros de Prevenção ao Abandono Escolar e Evasão Escolar (Sistema Educacional da Rede de Proteção- SERP e Conselho Tutelar).

A Instituição de Ensino, em consonância com a legislação vigente, e em parceria efetiva com a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente, atua de forma preventiva e interventiva para garantir o direito fundamental à educação de todos os estudantes matriculados. Para tanto, a escola adota uma série de instrumentos e ações que visam combater o abandono e a evasão escolar, assegurando a permanência dos alunos no ambiente educacional.

Um dos principais instrumentos utilizados é o Sistema Educacional da Rede de Proteção – SERP, plataforma digital que monitora a frequência dos alunos e possibilita a identificação precoce dos estudantes que apresentem faltas injustificadas. Conforme os critérios do programa, todo estudante que registre ausência por cinco dias consecutivos ou sete dias alternados em um período de dois meses, sem a devida justificativa, é automaticamente incluído no Programa de Combate ao Abandono Escolar via SERP.

Após a identificação, a equipe gestora da escola inicia a busca ativa desses estudantes por meio de contatos telefônicos, mensagens e reuniões com os responsáveis, buscando compreender as causas das faltas e estimulando o retorno imediato às aulas. Esse acompanhamento também é realizado com registros detalhados em formulários internos e relatórios que documentam as tentativas de contato e os encaminhamentos realizados.

Quando as ações da escola não são suficientes para garantir o retorno



do aluno, os casos são encaminhados aos órgãos de proteção dos direitos da criança e do adolescente, em especial ao Conselho Tutelar, que possui atribuições legais para mediar e intervir em situações que comprometam o direito à educação. Se as medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar também não surtirem efeito, os casos são reportados ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, buscando a responsabilização legal e a garantia do direito à escolarização.

Além do monitoramento da frequência escolar, a instituição desenvolve outras ações preventivas, tais como:

- Acolhimento e diálogo constante com famílias, buscando fortalecer vínculos e criar uma rede de suporte que valorize a importância da educação.
- Orientação pedagógica e psicossocial, identificando dificuldades que possam levar à evasão, como problemas de aprendizagem, conflitos familiares ou socioeconômicos.
- Realização de reuniões periódicas e campanhas de conscientização, envolvendo comunidade escolar para reforçar o compromisso com a permanência e o sucesso dos estudantes.
- Articulação com programas sociais e assistenciais que possam auxiliar as famílias em situação de vulnerabilidade, minimizando fatores externos
- que contribuem para o abandono escolar.

É importante ressaltar que essas ações estão fundamentadas em dispositivos legais como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que garantem a obrigatoriedade do acesso à educação básica e estabelecem responsabilidades para famílias, escolas e poder público. Ademais, o Código Penal prevê sanções para quem, sem justa causa, deixa de prover a instrução necessária aos filhos em idade escolar.

Dessa forma, a instituição busca atuar de maneira integrada e proativa, utilizando instrumentos tecnológicos, legais e humanos para identificar e intervir precocemente nos casos de risco de abandono e evasão escolar, promovendo um ambiente acolhedor e inclusivo que favoreça a permanência e o sucesso dos estudantes em sua trajetória educacional.

Parágrafo único A equipe gestora comunicará ao Conselho Tutelar através do



relatório de busca ativa, via e-mail: ctparanagua@gmail.com, caso seja esgotadas as tentativas da instituição de ensino, em contatar a família do aluno. Professores e equipe gestora da instituição conversam frequentemente com pais e alunos.

2.3- CONCEPÇÃO DE GESTÃO

Gestão é um conjunto de princípios relacionados às funções de planejar, organizar e dirigir uma instituição. Ela consiste em trabalhar com os recursos disponíveis da maneira mais eficiente possível para atingir os objetivos esperados com o mínimo de despesas.

São estratégias de gestão dessa gestão:

Em uma gestão escolar democrática cabe a participação e o

envolvimento de todos os profissionais da comunidade escolar, tanto no funcionamento e organização, como também na definição de decisões, visando o melhor funcionamento da instituição escolar. Nesse contexto, buscamos exercer uma liderança transformacional baseada em adaptabilidade, empatia, flexibilidade e pensamento crítico focado em objetivos bem definidos, buscando o bem-estar coletivo e o sucesso do processo de ensino e aprendizagem com atividades adaptadas conforme as necessidades, resgatando a qualidade das ações pedagógicas, solicitando reformas e melhorias, aquisições e adequações necessárias, promovendo segurança e acessibilidade para o bem-estar dos alunos e funcionários. Com base no cenário escolar atual, desenvolvemos importantes ações efetivas como:

- * Seguir o calendário escolar e realizar o pré-conselho, conselho e pós conselho nas datas estabelecidas no calendário.
- * Comunicar missão e valores a serem desenvolvidos durante cada trimestre, promover um feedback contínuo, reconhecer, motivar e valorizar a Equipe pedagógica e professores, promover um ambiente de paz e equilíbrio para todos dentro da escola, reaproveitar instalações físicas e conscientizar sobre a limpeza e integridade dos materiais e espaços.
- * Investir em avanços tecnológicos para uma melhor adequação das aulas.
- * Realizar estudos de estratégias para aproximar e integrar a equipe gestora aos



professores e demais funcionários, promovendo momentos de troca de experiências entre os pares.

- * Reuniões para feedbacks sobre a construção e desenvolvimento do planejamento, formação continuada, formação pela escola com ajuda da mantenedora, parceiros e colaboradores de outras secretarias e empresas parceiras.

- * Organizar palestras educacionais, relacionadas a temas como, saúde e qualidade de vida (combate à dengue, combate a exploração sexual infantil, erradicação do trabalho infantil, sexualidade na adolescência entre outros) em parceria com outras secretarias e órgãos competentes.

- * Envolver a comunidade usando linguagem simples, analisar diagnósticos, alinhar objetivos e metas conforme a realidade local, definir prioridades e

respeitar as diretrizes. Trazer a compreensão da importância do documento PPP e promover a participação da comunidade escolar nesta construção, a fim de garantir o clima escolar propício para a aprendizagem, realizando avaliações constantes do desempenho dos estudantes e engajando a equipe em seu compromisso com o Projeto Político Pedagógico da escola, garantindo a atualização anual do PPP conforme legislação vigente para assegurar o cumprimento do PPP em um processo contínuo.

- * Identificar e compreender os problemas que envolvem a instituição, seguir o planejamento estratégico, acompanhar contas diárias, reduzir despesas operacionais e construir uma reserva financeira por meio da APMF.

- * Buscar o envolvimento em todos os assuntos dentro da escola, identificar possíveis problemas e agir autonomamente, respeitar limites, assumir responsabilidades de intervenção, definir uma lista de prioridades, desenvolver em equipe a capacidade de organizar planos de ações conforme a necessidade de maior urgência.

- * Convidar Pais e moradores para o chão da escola, ofertando participação de entrevistas na escola sobre o bairro, esportes, profissões e etc, oferecendo oficinas de artesanatos com encontros mensais, cursos livres trazidos por empresas parceiras e promover o dia de PAIS na escola para acompanhar o desempenho de seus filhos e confronto com a realidade escolar diária.

- * Garantir o cumprimento das legislações vigentes: Constituição Federal,



Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei das Diretrizes e Bases da Educação e demais legislações mantendo o compromisso ético e legal com as leis vigentes no intuito de garantir os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo escolar. Assegurando o direito, acesso e permanência aos estudantes com necessidades especiais.

* Atuar em uma gestão pelo exemplo, dirigir ações e palavras que estimulem influências positivas para todos, descentralizar tarefas e encorajar responsabilidades individuais, promover um ambiente escolar baseado em colaboração e respeito valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturais e potencialidades, livres de preconceitos de qualquer natureza, para promover um ambiente colaborativo de paz nos locais de aprendizagem.

2.3.1- Fundamentação Teórica

A gestão escolar é um campo complexo que envolve o gerenciamento do capital humano, dos recursos materiais e das relações interpessoais dentro das instituições educacionais. Segundo Drucker (1999), a gestão é a prática de organizar pessoas e recursos para alcançar objetivos definidos, sendo fundamental que o gestor eduque e inspire a equipe para o alcance desses objetivos. No contexto escolar, essa organização deve conciliar aspectos pedagógicos, administrativos e sociais, reconhecendo a escola como um espaço coletivo de construção do conhecimento e da cidadania.

Victor et al. (2005) ressalta que um modelo de gestão efetivo precisa contemplar três dimensões principais: eficiência, eficácia e efetividade. A eficiência está relacionada à racionalização das ações, buscando o melhor uso dos recursos com base na relação custo-benefício; a eficácia refere-se à capacidade de alcançar os resultados propostos; e a efetividade, que ultrapassa o âmbito interno, diz respeito ao impacto positivo que a escola tem na sociedade. Esses três indicadores orientam a gestão escolar para além do simples cumprimento de tarefas, promovendo uma contribuição social ampla.

Na perspectiva de Fullan (2001), a gestão escolar deve ser entendida como uma liderança educativa, cujo papel é fomentar a aprendizagem e o



desenvolvimento contínuo tanto dos estudantes quanto dos professores. A gestão não se limita a processos administrativos, mas envolve a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento humano integral, o que requer uma liderança transformacional, sensível às necessidades da comunidade escolar e aberta à inovação.

A Escola Francisca, alinhada a essa visão, adota um modelo de gestão participativa e democrática, em que a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) é central. Para Freire (1996), a participação democrática é fundamental na educação, pois ela permite que os sujeitos da comunidade escolar sejam agentes ativos na transformação de sua realidade. A gestão democrática valoriza o diálogo, o respeito mútuo e a corresponsabilidade, promovendo um ambiente escolar inclusivo e colaborativo.

Além disso, a gestão da escola reconhece a importância da formação continuada dos profissionais, conforme destaca Schön (1983) ao afirmar que o desenvolvimento profissional reflexivo é essencial para que os educadores possam adaptar suas práticas às demandas contemporâneas. A Escola Francisca investe em cursos, palestras e parcerias com órgãos públicos, buscando fortalecer o corpo docente e aprimorar o processo pedagógico.

Outro ponto relevante é a articulação da escola com a comunidade e as redes de proteção social, como CREAS, CRAS e CAPS, reforçando o conceito de gestão integrada proposto por Tardif (2002), que defende a necessidade da escola estabelecer vínculos com outros setores da sociedade para ampliar seu impacto e garantir a equidade no acesso à educação.

Assim, a concepção de gestão da Escola Francisca está embasada em uma visão que integra eficiência administrativa, liderança educativa e participação democrática, buscando a construção de uma escola que seja um espaço de formação cidadã e de desenvolvimento integral dos estudantes.

2.3.2- Instrumentos de Gestão Democrática (Assembleia Escolar, Conselho Escolar, Associação de Pais, Mestres e Funcionários APMF, representatividade de profissionais: conselhos, fóruns, reuniões, comissões, audiências públicas e consulta pública para diretores.



A escola realiza reuniões e ou assembleias trimestrais com participação da comunidade e dos membros eleitos do conselho escolar. Seguindo as datas pré-determinadas ou adaptadas conforme a necessidade escolar.

Datas para reuniões e ou assembleias: 25 de Abril, 25 de Julho e 28 de Novembro.

Os segmentos sociais organizados e reconhecidos como Órgãos Colegiados de representação da comunidade escolar são: Conselho Escolar e a APMF, legalmente instituídos por Estatutos e Regulamentos próprios.

Os segmentos colaboram com a equipe gestora nas medidas pedagógicas de cunho disciplinar, bem como, acompanham, avaliam e encaminham à Rede de Proteção Social dos Direitos de Crianças e

Adolescentes, quando for necessário.

Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da comunidade escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo, da instituição escolar, em consonância com as políticas e diretrizes do Conselho Municipal de Educação - COMED e da Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral - SEMEDI e legislações vigentes.

O Conselho Escolar não tem por finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, étnico ou de qualquer outra natureza, a não ser aquela que diz respeito à atividade educativa da instituição de ensino, prevista no seu Projeto Político-Pedagógico. O Conselho Escolar é concebido como um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade educativa, numa perspectiva de democratização da instituição de ensino público, constituindo-se como órgão máximo de direção. O Conselho Escolar abrange a comunidade escolar e tem como principal atribuição discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico.

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes na instituição de ensino, alunos devidamente matriculados, com frequência regular, pais e/ou responsáveis pelos alunos, representantes de segmentos organizados, presentes na



comunidade e comprometidos com a educação O Conselho Escolar deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais perde sua finalidade e função Político-Pedagógica na gestão escolar.

O Conselho Escolar é constituído por representantes de todos os segmentos da comunidade de ensino, sendo a presidência, exercida pelo Diretor da Instituição, incumbindo a este, diligenciar pela efetiva realização das decisões do colegiado, e da consolidação do Projeto Político-Pedagógico. O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

diretor (a);

- I representante dos trabalhadores da educação, docente;
- II representante dos trabalhadores da educação, não docente;
- III representante dos pais de alunos e/ou responsável
- IV representante do Grêmio Estudantil ou alunos (EJA);
- V representante da APMF;

Representante dos movimentos sociais organizados da comunidade: Associação de Moradores, Sindicatos, Instituições Religiosas, Conselhos Comunitários, Conselho de Saúde, entre outros.

Cabe ao diretor da instituição de ensino promover a participação de representantes dos movimentos sociais organizados da comunidade, no Conselho Escolar, que se comprometam com a efetivação da função social e específica da instituição de ensino público.

Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

No ato da eleição, para cada membro será eleito também um suplente. As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.



O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

A atuação e representação de qualquer um dos integrantes do Conselho Escolar visam ao interesse maior dos alunos, inspirados nas finalidades e objetivos da educação pública, definidas no seu Projeto Político-Pedagógico, para assegurar o cumprimento da função social e específica da instituição de ensino que é a de educar e cuidar do desenvolvimento da criança e do adolescente de forma integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Compete ao Conselho Escolar e à APMF, a decisão quanto à

obrigatoriedade do uso do uniforme e a definição de regras referentes a sua adoção, garantindo aos estudantes, o direito à igualdade nas condições de acesso e permanência no ambiente escolar.

Aprovada a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar, deverá ser constituído um fundo financeiro e estabelecidas estratégias para o atendimento dos estudantes que declararam falta de condições para aquisição do uniforme adotado.

Compete ao Presidente do Conselho Escolar encaminhar a SEMEDI, a relação nominal de seus componentes (titulares e suplentes), o prazo de vigência do mandato, a Ata de eleição de cada segmento e a Ata de posse, logo após a sua constituição ou alteração.

O Estatuto do Conselho Escolar será encaminhado ao Conselho Municipal de Educação para análise e aprovação. Compete ao Presidente do Conselho Escolar manter a documentação atualizada na instituição de ensino e na SEMEDI.

O Conselho Escolar tem como principais atribuições:

- I dar anuência ao Regimento Escolar;
- II discutir, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico;
- III aprovar o Regulamento Interno, o Plano de Aplicação e utilização dos recursos recebidos e a constituição do Grupo da Brigada Escolar;
- IV definir os Programas de Atividades de Ampliação de Jornada ou



implementação da Educação em Tempo Integral, em turno único;

- v dar anuência à decisão da comunidade escolar quanto ao uso do uniforme, juntamente com a APMF;
- vi atuar no âmbito da instituição de ensino, conforme atribuições definidas em Estatuto próprio;
- vii colaborar, quando necessário, na mediação de situações de indisciplina dos estudantes.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF

A APMF, pessoa jurídica de direito privado, é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários da instituição de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APMF é regida por estatuto próprio, registrado em cartório e aprovado em Assembleia Geral.

A APMF tem como principais atribuições:

- i acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica, sugerindo ao Conselho Escolar da instituição de ensino as alterações que julgar necessárias;
- ii observar as disposições legais vigentes no que concerne à utilização das dependências
- iii da unidade escolar para a realização de eventos;
- iv estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, estudantes, professores, apoios administrativos e operacionais, assim como para a comunidade, mobilizando na perspectiva de organização, enquanto órgão representativo, após análise do Conselho Escolar;
- v colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos estudantes comprovadamente carentes;
- vi convocar para Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, bem como para as reuniões de diretoria, o Conselho Deliberativo e Fiscal, conforme demandas do estatuto, registrando em ata;



- vii definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação e prestação de contas, com anuência do Conselho Escolar e registro em ata;
- viii registrar em livro próprio, a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal tomarem posse, informando ao Conselho Escolar, inclusive
- ix se constatada alguma irregularidade;
- x receber doações e contribuições voluntárias aplicando essas receitas para o bem-estar da comunidade escolar, por meio da celebração de contratos, convênios ou outros, conforme necessidades em consenso com o Conselho Escolar;
- xi indicar entre os seus membros, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal ou Assembleia Geral, o(s) representante(s), para compor o Conselho Escolar;
- xii manter atualizada e organizada toda a documentação referente à APMF,
- xiii obedecendo os dispositivos legais e normas do Tribunal de Contas, da Mantenedora, do INSS, da Receita Federal e do Ministério do Trabalho;
- xiv atuar no âmbito da instituição de ensino, conforme atribuições definidas em Estatuto próprio registrado em cartório;
- xv manter atualizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, junto à Receita Federal, a RAIS, junto ao Ministério do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos do Instituto Nacional de Seguro Social, o cadastro da APMF, junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para a solicitação de Certidões Negativas, a Declaração de Imposto de Renda e outros documentos solicitados pela Receita Federal;
- xvi registrar ata em cartório, após processo de eleição ou alteração no estatuto, e outros documentos da legislação vigente.

Compete à APMF e ao Conselho Escolar, a decisão quanto à obrigatoriedade do uso do uniforme e o estabelecimento de regras referentes à sua adoção, garantindo aos estudantes o direito à igualdade de condições ao acesso e permanência no ambiente escolar.

Aprovada a obrigatoriedade do uso do uniforme escolar, deverá ser constituído um fundo financeiro e estabelecidas estratégias para o atendimento dos



estudantes que declararam falta de condições para aquisição do uniforme adotado.

O patrimônio da APMF é constituído pelos bens móveis e imóveis: os bens móveis e imóveis, assim como os valores da APMF, devem ser obrigatoriamente contabilizados, inventariados em livro próprio e cadastrados no sistema de patrimônio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP, ficando sob a responsabilidade da diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal, permanecendo uma cópia atualizada do registro com a direção da instituição de ensino;

II.a APMF deve manter em dia o cadastro de seu patrimônio;

III.a compra, venda ou doação do todo ou de parte do patrimônio da APMF deverá ser decidida em Assembleia Geral pela maioria dos votos;

IV. Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros próprios, assegurando a respectiva exatidão dos registros contábeis.

O patrimônio público não integrará o patrimônio da APMF, ou similares, em nenhuma hipótese.

A Assessoria Técnica é constituída pelo diretor e representantes da equipe pedagógica- administrativa da unidade escolar, independente do mandato da diretoria da APMF Compete à Assessoria Técnica:

- I orientar quanto às normas para criação, funcionamento e registro da APMF;
- II apreciar projetos a serem executados pela associação visando sempre à garantia da execução do Projeto Político-Pedagógico/Proposta Pedagógica e da assistência aos estudantes;
- III participar na implantação e complementação do Estatuto da APMF;
- IV depositar todos os recursos financeiros da APMF em estabelecimento bancário (conta bancária em nome da APMF) participar das Assembleias Gerais, reuniões da diretoria e do Conselho Deliberativo e Fiscal da APMF;
- V opinar sobre a aplicação dos recursos de acordo com as finalidades da APMF;
- VI VII. providenciar a lista de votantes (só para consulta/controle) e a cédula eleitoral da APMF;
- VII VIII. divulgar e organizar o acervo da legislação vigente e das



orientações da mantenedora;divulgar, para a diretoria da APMF e demais membros da comunidade escolar, por meio de edital impresso e eletrônico, as políticas públicas da mantenedora.

2.3.3 Eixo de Resolução de Conflitos, dos Recursos Humanos, Físicos, Materiais e Financeiros

No contexto escolar, a gestão eficiente envolve múltiplos eixos de atuação que se inter-relacionam, como a resolução de conflitos e a

administração dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros. Entende-se que a escola é um espaço de convivência coletiva, onde divergências de ideias, posicionamentos e percepções são inevitáveis, compondo o cotidiano institucional. Para Libâneo (2012), o conflito, quando bem conduzido, representa uma oportunidade pedagógica para o diálogo, a reflexão crítica e a construção de soluções coletivas.

Na Escola Francisca, compreende-se que os conflitos podem ser funcionais ou disfuncionais. Os conflitos funcionais são aqueles que surgem em decorrência dos objetivos e mudanças propostas pela gestão, gerando debates saudáveis, aprimorando práticas e ampliando a participação democrática. Esses conflitos, apesar de romperem momentaneamente o equilíbrio e retirarem alunos, professores ou equipes gestoras de suas zonas de conforto, tornam-se motores de transformação, pois possibilitam repensar ações e estratégias de forma crítica e construtiva.

Por outro lado, os conflitos disfuncionais apresentam diferentes níveis de complexidade. Conflitos leves são controláveis e contornáveis pela mediação imediata, sendo geralmente reversíveis; conflitos intermediários demandam maior intervenção da gestão, requerendo estratégias dialogadas, escuta ativa e encaminhamentos para solução pacífica; enquanto conflitos complexos possuem alta gravidade, podendo envolver violência física, ameaças, processos administrativos ou a necessidade de transferência de matrícula, sendo imprescindível o envolvimento de órgãos externos como Conselho Tutelar, Secretaria Municipal de Educação e Rede de Proteção.

Nesse cenário, a gestão escolar articula a mediação de conflitos com a



administração dos recursos humanos, físicos, materiais e financeiros, buscando garantir o pleno funcionamento institucional. A valorização dos recursos humanos é prioridade, com foco na formação continuada, condições adequadas de trabalho e fortalecimento de vínculos, pois são os profissionais que concretizam o projeto pedagógico. A gestão dos recursos físicos e materiais contempla o cuidado e a manutenção dos espaços escolares, garantindo ambientes seguros, acessíveis e acolhedores para estudantes, professores e comunidade.

Em relação aos recursos financeiros, a instituição conta com o apoio da

Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) para gerir tanto recursos próprios quanto aqueles oriundos do governo. Essa gestão é pautada pela transparência, legalidade e participação coletiva, com reuniões periódicas para discussão de prioridades e prestação de contas, conforme orienta Lück (2009), que destaca que a gestão democrática implica a corresponsabilidade de todos na definição, utilização e acompanhamento dos recursos escolares.

Desse modo, a gestão escolar na Escola Francisca atua de forma articulada e integrada em seus diversos eixos, buscando promover um ambiente educativo justo, seguro, participativo e de qualidade socialmente referenciada, reafirmando seu compromisso com a educação pública, inclusiva e cidadã.

2.3.4- Articulação entre Família e a Comunidade

A articulação entre família e comunidade é fundamental para o fortalecimento do processo educativo e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Conforme o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação é um direito de todos e um dever compartilhado entre família e Estado, cabendo aos pais a responsabilidade de matricular seus filhos na rede escolar na idade adequada, enquanto o Estado deve garantir vagas e oferecer condições adequadas para o ensino.

Em consonância com este preceito, a escola promove a participação ativa dos pais e responsáveis nas discussões e na implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), assegurando que eles tenham pleno conhecimento das diretrizes e metas estabelecidas para a instituição. A participação familiar é



incentivada não apenas no planejamento pedagógico, mas também no acompanhamento do rendimento e da frequência dos alunos, com direito ao recurso em instâncias superiores, como o Conselho Escolar e a Secretaria Municipal de Educação.

Para facilitar a comunicação, a escola utiliza ferramentas digitais, como grupos de WhatsApp por turma, que possibilitam o envio de comunicados gerais e o contato direto entre pais e a equipe diretiva ou administrativa, garantindo um

canal ágil e acessível, especialmente quando a comunicação presencial não é possível.

Além disso, a escola assegura a autonomia dos pais na escolha de seus representantes no Conselho Escolar e na Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), reforçando a gestão democrática e a corresponsabilidade na construção do ambiente escolar.

Para ampliar a aproximação e o vínculo com as famílias, a instituição promove eventos e atividades voltadas para a integração, como o Encontro Familiar de Apoio à Maternidade (EFAM), a Festa da Família e o Encontro de Mães Atípicas. Essas iniciativas visam fortalecer o laço entre escola e comunidade, valorizando a troca de experiências e a construção coletiva de um ambiente educativo acolhedor e participativo.

Assim, a escola entende que a colaboração entre família e comunidade não apenas enriquece a vida escolar, mas também contribui para o desenvolvimento social, emocional e acadêmico das crianças e adolescentes, consolidando uma educação que ultrapassa os muros da sala de aula.

2.3.5- Articulação entre o Diretor, Pedagogos e os Demais Profissionais

A Diretora acredita que uma gestão escolar democrática cabe a participação e o envolvimento de todos os profissionais da comunidade escolar, tanto no funcionamento e organização, como também na definição de decisões, visando o melhor funcionamento da instituição. Nesse contexto, faz-se necessário exercer uma liderança transformacional baseada em adaptabilidade, empatia, flexibilidade e pensamento crítico focado em objetivos bem definidos,



buscando o bem-estar coletivo e a eficácia do processo de ensino e aprendizagem com atividades adaptadas conforme as necessidades, resgatando a qualidade das ações pedagógicas, solicitando reformas e melhorias, aquisições e adequações necessárias, na tentativa de promover segurança e acessibilidade para o bem-estar dos estudantes e servidores.

São ações a serem desenvolvidas pela diretora junto à equipe da escola, importantes ações efetivas como:

- Seguir o calendário escolar e realizar o pré-conselho, conselho e pós conselho nas datas estabelecidas no calendário.
- Estar atento aos canais de comunicação com a mantenedora SEMEDI
- comunicando imediatamente a equipe pedagógica da escola determinações e pareceres.
- Comunicar missão e valores a serem desenvolvidos durante cada trimestre; promovendo um retorno contínuo, reconhecendo, motivando e valorizando a Equipe Pedagógica e Professores, criando um ambiente de paz e equilíbrio para todos dentro da escola;
- Investir em avanços tecnológicos pensando em uma escola mais conectada para uma melhor adequação das aulas; *
- Realizar estudos de estratégias para aproximar, integrando a equipe gestora aos professores e demais funcionários, promovendo momentos de troca de experiências entre os pares;
- Promover reuniões para feedbacks sobre a construção e desenvolvimento do planejamento, formação continuada, formação pela própria escola com os próprios professores, bem como com a ajuda da mantenedora, parceiros e colaboradores de outras secretarias e empresas parceiras.

2.3.6- Registros Oficiais de Ocorrências Pedagógica e Interpessoais no Ambiente Educacional.

A escola segue a orientação da SEMEDI quanto aos registros oficiais de ocorrências no ambiente escolar com os seguintes instrumentos.

Ata de comunicados :São anexados comunicados e orientações gerais para ciência de todo os funcionários da escola

Ata de orientação funcionário :São descritas as orientações individuais para



ciência de uma situação específica envolvendo funcionários.

Protocolo de entrega: são protocoladas entregas de materiais, livros etc. para professores e estagiários

Protocolo de solicitação de relatórios:

São protocoladas as solicitações de relatórios os professores contendo data de

entrega Ata de atendimento :São registradas todas as ocorrências relacionadas aos alunos seja aluno -aluno, aluno-professores, pais -professores.

2.3.7- Articulação entre Unidade Educacional e a Mantenedora.

A articulação entre a unidade educacional e a mantenedora, representada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI), é fundamental para assegurar o bom funcionamento da escola e a qualidade do ensino oferecido. Nossa instituição mantém uma comunicação constante e eficaz com a SEMEDI, atendendo prontamente às solicitações oficiais, que geralmente são realizadas por meio de ofícios formais.

Além disso, participamos regularmente de reuniões presenciais e virtuais promovidas pela mantenedora, onde são discutidas questões pedagógicas, administrativas e de gestão, possibilitando o alinhamento das ações da escola com as diretrizes municipais. Essas reuniões são momentos importantes para a troca de informações, esclarecimento de dúvidas e planejamento conjunto, fortalecendo a parceria entre a escola e a SEMEDI.

A escola também recebe visitas técnicas, tanto na esfera pedagógica quanto administrativa, realizadas por profissionais designados pela SEMEDI. Essas visitas têm como objetivo acompanhar o cumprimento das normas e orientações legais, avaliar o desenvolvimento dos processos educacionais e administrativos, além de oferecer suporte técnico e orientações para a melhoria contínua da instituição.

Comprometida com a legalidade e a ética, a unidade educacional assegura o cumprimento rigoroso das legislações vigentes, tais como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e demais normativas pertinentes. Essa



atuação visa garantir os direitos e deveres de todos os envolvidos no processo escolar, incluindo alunos, famílias, profissionais da educação e a própria comunidade.

Por meio dessa articulação efetiva com a SEMEDI, a escola reforça seu compromisso com a qualidade educacional, a transparência e a corresponsabilidade, construindo uma gestão democrática e alinhada às políticas públicas de educação.

2.3.8- Articulação entre os Profissionais da Educação e Criança e ou Estudantes.

A relação entre os profissionais da educação e as crianças ou estudantes em nossa instituição é fundamentada no diálogo constante, na construção de vínculos afetivos e no respeito à individualidade de cada educando, compreendendo que essas dimensões são essenciais para o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa.

A interação no processo ensino-aprendizagem caracteriza-se pela preparação cuidadosa, organização e sistematização didática dos conteúdos, buscando facilitar a construção do conhecimento pelos estudantes. Gomes (2006, p. 233) afirma que uma prática pedagógica precisa ter dinâmica própria, possibilitando o exercício do pensamento reflexivo e conduzindo a uma visão política de cidadania, além de integrar arte, cultura, valores e interação. Dessa forma, é possível promover a recuperação da autonomia dos sujeitos e seu posicionamento no mundo de forma significativa.

Na perspectiva dialógica proposta por Gadotti (1999), o educador não deve se colocar como único detentor do saber, mas reconhecer que todos os estudantes são portadores de conhecimentos válidos, construídos a partir de suas vivências e experiências de vida. Quando o professor adota essa postura, o processo de aprendizagem torna-se mais interessante, pois o aluno se sente parte do processo e motivado pelas atitudes e metodologias aplicadas em sala de aula.

É fundamental compreender que o prazer pelo aprender não surge espontaneamente. Em muitos casos, o estudo é visto como obrigação. Por isso,



cabe ao professor o desafio de despertar a curiosidade dos alunos, transformando a aprendizagem em algo prazeroso e necessário para suas vidas, utilizando estratégias que estimulem o desejo de saber, a participação ativa e o protagonismo estudantil.

Em nossa escola, os profissionais buscam estabelecer relações

pautadas na afetividade, confiança e empatia, compreendendo que esses vínculos são indispensáveis para a aprendizagem. O diálogo acontece diariamente, não apenas nas situações formais de ensino, mas também nos momentos de cuidado, recreio e alimentação, pois acreditamos que cada interação pedagógica é oportunidade de educar, acolher e orientar.

Os professores estão atentos às necessidades básicas dos estudantes, que muitas vezes chegam à escola carentes de atenção, higiene adequada, alimentação ou convivência familiar saudável. Entendemos que não é possível haver aprendizagem significativa quando faltam condições básicas de vida, por isso, buscamos oferecer escuta qualificada, acolhimento e encaminhamentos necessários junto aos órgãos competentes, sempre que necessário.

Assim, a articulação entre os profissionais e os estudantes na instituição ocorre de maneira humanizada, considerando-os sujeitos de direitos, valorizando suas vozes, histórias e conhecimentos, fortalecendo vínculos que contribuem para sua formação integral e cidadã.

2.3.9- Plano de Conscientização e Prevenção a qualquer tipo de violência a criança e ao adolescente, ao bullying e cyberbullying, de acordo com a lei 14.811/2024 que altera alguns artigos do ECA.

Em consonância com a Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, que altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para instituir medidas de proteção e prevenção à violência contra crianças e adolescentes, incluindo o bullying e o cyberbullying, nossa instituição de ensino busca implementar ações sistemáticas que garantam ambientes seguros, respeitosos e acolhedores. A referida lei reforça que a violência física, psicológica ou moral contra crianças e adolescentes deve ser combatida em todos os espaços



sociais, sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurar-lhes direitos fundamentais como a dignidade, o respeito e a liberdade, além de colocá-los a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, a escola desenvolve um Plano de Conscientização e Prevenção que contempla:

- Rodas de conversa e momentos de diálogo semanais com os estudantes para discutir temas relacionados a violência física, psicológica, sexual, negligência, racismo, xenofobia, bullying e cyberbullying, abordando suas causas, consequências e formas de enfrentamento.
- Atividades pedagógicas interdisciplinares que promovam o respeito à diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, religiosa e social, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres.
- Ações educativas direcionadas à comunidade escolar, incluindo palestras com profissionais da saúde mental, segurança pública e assistência social, visando conscientizar sobre o uso seguro das tecnologias e redes sociais para prevenção ao cyberbullying.
- Integração do tema no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, assegurando que a promoção da cultura da paz e dos direitos humanos seja parte constitutiva do currículo e da prática docente diária.
- Criação de canais de escuta e denúncia seguros e acessíveis para que os alunos possam relatar situações de violência ou qualquer forma de abuso, garantindo sigilo, acolhimento e encaminhamento adequado dos casos à Rede de Proteção.
- Formação continuada para professores e funcionários sobre a Lei nº 14.811/2024, Estatuto da Criança e do Adolescente, bullying e cyberbullying, fortalecendo a atuação preventiva e interventiva frente a possíveis situações de violência escolar.
- Envolvimento das famílias em reuniões pedagógicas e momentos formativos, para construção conjunta de estratégias de prevenção, além de



orientações sobre o uso saudável e crítico das mídias digitais pelos filhos.

Por meio destas ações, a escola reafirma seu compromisso em promover um ambiente educativo seguro, ético, inclusivo e democrático, prevenindo qualquer tipo de violência e assegurando o pleno desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social de seus estudantes.

2.4- CONCEPÇÃO DE PLANEJAMENTO

O conceito de planejamento está relacionado ao ato de prever, organizar, definir estratégias e delinear caminhos para alcançar objetivos definidos. Planejar significa pensar e decidir antecipadamente, construindo uma visão do futuro desejado e determinando os meios necessários para concretizá-lo. Segundo Veiga (2001), o planejamento é uma ação intencional, sistemática e contínua, que busca antecipar cenários, prever necessidades, organizar recursos e definir procedimentos para assegurar maior eficácia e eficiência na realização das ações.

No contexto educacional, o planejamento não se resume apenas ao preenchimento de planos de aula ou ao cumprimento de conteúdos programáticos; ele constitui um processo político-pedagógico, sendo parte integrante da prática docente crítica e reflexiva. Como afirma Vasconcellos (2000), planejar na educação é um ato político, que envolve escolhas, valores, concepções de mundo e de educação, sendo indispensável para garantir intencionalidade, coerência e organização ao processo de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, o planejamento pedagógico na escola é um instrumento que articula as necessidades reais dos estudantes, o contexto social e cultural em que estão inseridos, os objetivos educacionais propostos no Projeto Político-

Pedagógico (PPP) e as competências e habilidades definidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ele se constitui como um processo dinâmico, participativo e contínuo, que envolve reflexão, ação e avaliação, possibilitando ao professor organizar práticas para atender melhor às especificidades de cada turma.



Planejar, portanto, é um exercício de organização e antecipação, mas também de reflexão crítica sobre a prática educativa, contribuindo para o fortalecimento de uma educação comprometida com a formação integral dos sujeitos, com a promoção da autonomia, da cidadania e da transformação social.

2.4.1 – Fundamentação Teórica

Planejar, no contexto educacional, é um ato intencional que visa antecipar ações, organizar recursos e prever caminhos para alcançar objetivos pedagógicos. Conforme Oliveira (2007), o planejamento consiste em processos, técnicas e atitudes administrativas que possibilitam avaliar as implicações futuras de decisões presentes, reduzindo as incertezas e aumentando a possibilidade de atingir os objetivos e metas estabelecidos pela organização. Essa perspectiva destaca o planejamento como um instrumento racional e estratégico de gestão.

No âmbito escolar, Vasconcellos (2000) amplia essa definição ao considerar o planejamento como um processo político-pedagógico que envolve reflexão crítica e escolhas conscientes. Para o autor, planejar não é apenas prever tarefas e organizar rotinas, mas articular finalidades educativas, conteúdos e metodologias, considerando o contexto sociocultural dos estudantes. Assim, o planejamento se torna um ato de compromisso com a transformação social e com a construção coletiva do conhecimento.

Veiga (2001) complementa ao afirmar que o planejamento é uma ação sistemática, contínua e dinâmica, que busca garantir coerência entre as intenções educativas e as práticas pedagógicas. Para a autora, planejar é definir intencionalidades, mas também avaliar, reorientar caminhos e reconstruir práticas, reconhecendo que a educação é um processo em constante transformação.

Segundo Libâneo (2013), o planejamento escolar deve ser entendido como um instrumento de organização do trabalho docente que articula os objetivos gerais da educação com a realidade concreta dos estudantes, visando



promover aprendizagem significativa. Para o autor, o planejamento deve partir do diagnóstico da turma, contemplar a seleção e organização dos conteúdos, prever metodologias adequadas e considerar formas de avaliação que possibilitem acompanhar e reorientar o processo.

Portanto, planejar no contexto escolar é muito mais que sistematizar atividades. É refletir sobre a prática, conhecer a realidade dos estudantes, organizar os conteúdos em função de finalidades educativas maiores, definir estratégias metodológicas e avaliativas que garantam a aprendizagem e, principalmente, atuar de forma crítica e criativa, garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja coerente com os princípios de uma educação democrática, inclusiva e transformadora.

2.4.2- Plano de Ação para a Recomposição da Aprendizagem (Considerar os índices de aproveitamento escolar interno/externo, de abandono /evasão e relação idade/ano).

No ano de 2023 foram realizadas diversas atividades a fim de recuperar a aprendizagem defasada dos alunos, ainda remanescentes da pandemia, porém a falta de professores principalmente nos primeiro e segundo trimestres, por motivos diversos e a resistência da família em trazer o aluno para as aulas de reforço impediu a realização de grupos de no contraturno. Sendo o professor em sala de aula o único meio de resgatar esses alunos com defasagem.

No início do 3º trimestre com o retorno de professores que estavam com afastamento e licença prêmio permitiu a formação de grupos de reforço de manhã e à tarde, porém foi necessário retirar os alunos da sala em momentos estratégicos para o reforço pois ainda existia a resistência da família e trazer o aluno para as aulas de reforço no contraturno, também foi reaberta a biblioteca para empréstimos de livros aos alunos. Além das situações descritas acima, possuíamos alunos que estavam em processo de Avaliação no SEMI, aguardando alguns exames, mas que necessitam de supervisão constante, por recomendação médica. Porém a falta do laudo inviabiliza um professor de apoio formal para atender estes alunos.

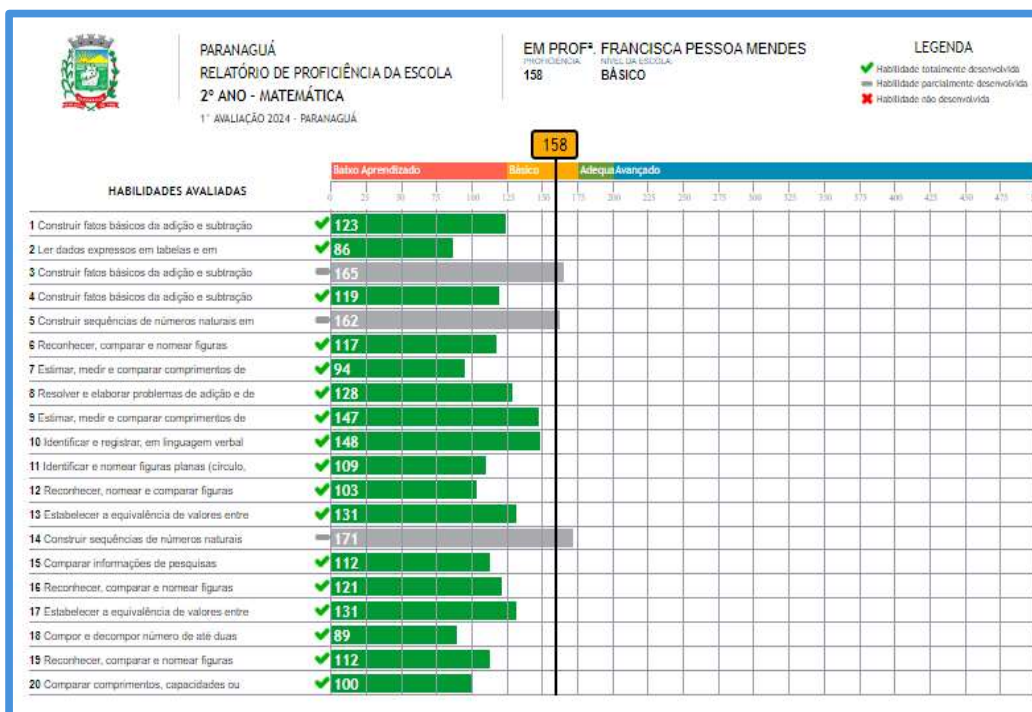
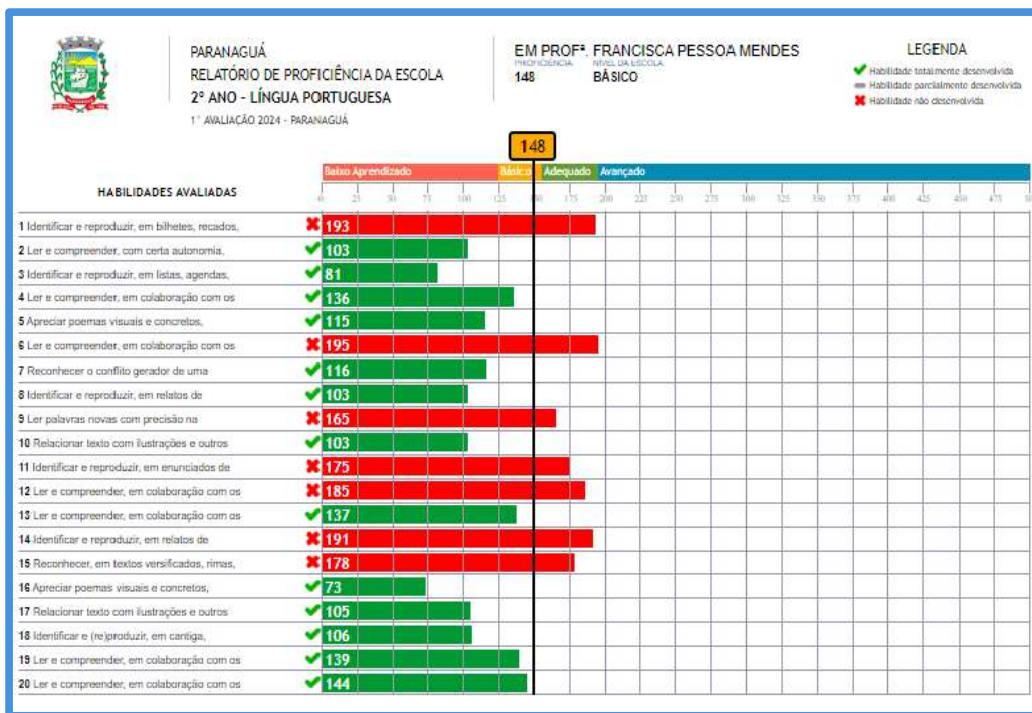
No início do ano foi realizada a avaliação diagnóstica para que o



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.

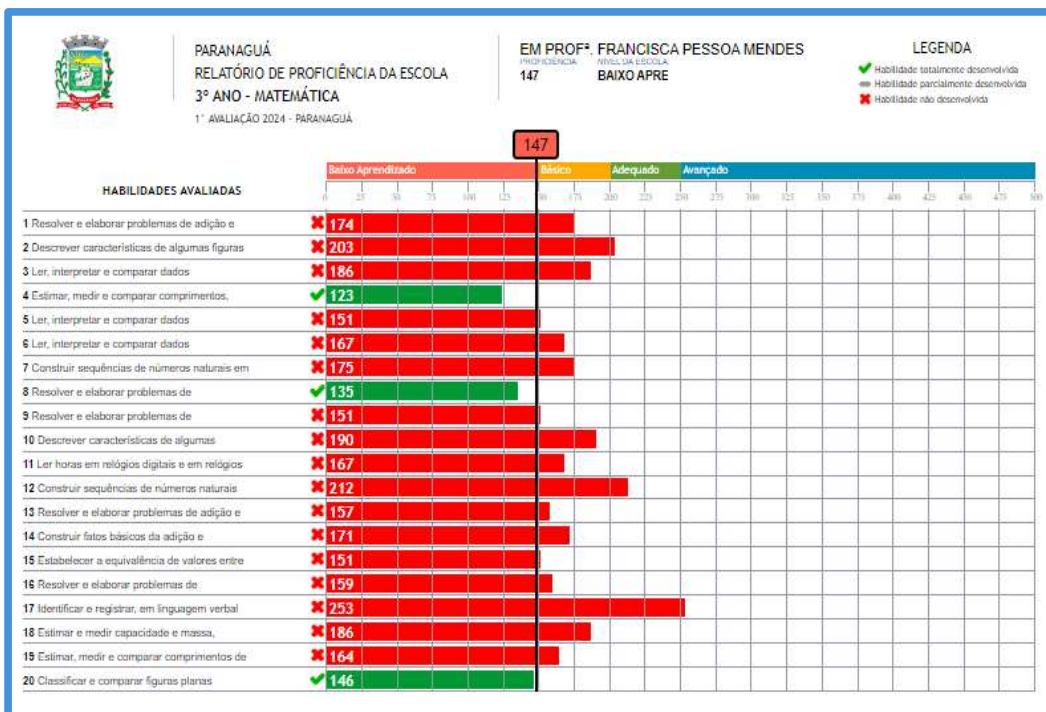
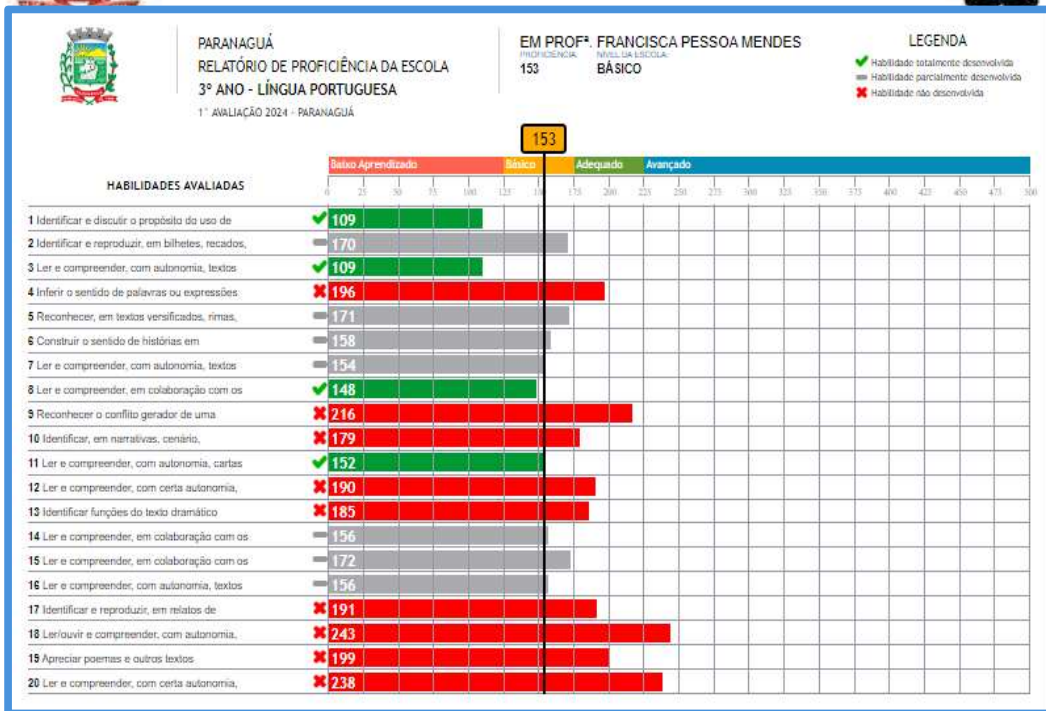


professor possa planejar a aprendizagem dos alunos podendo assim os professores focar na vulnerabilidade da turma, conforme mostram gráficos abaixo:



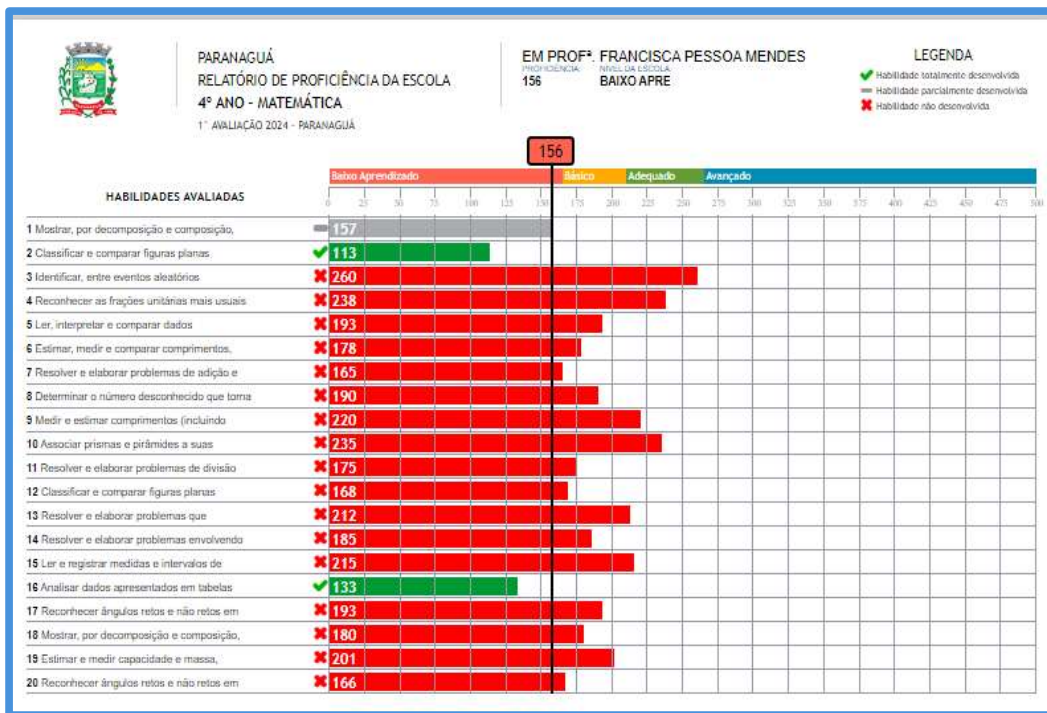
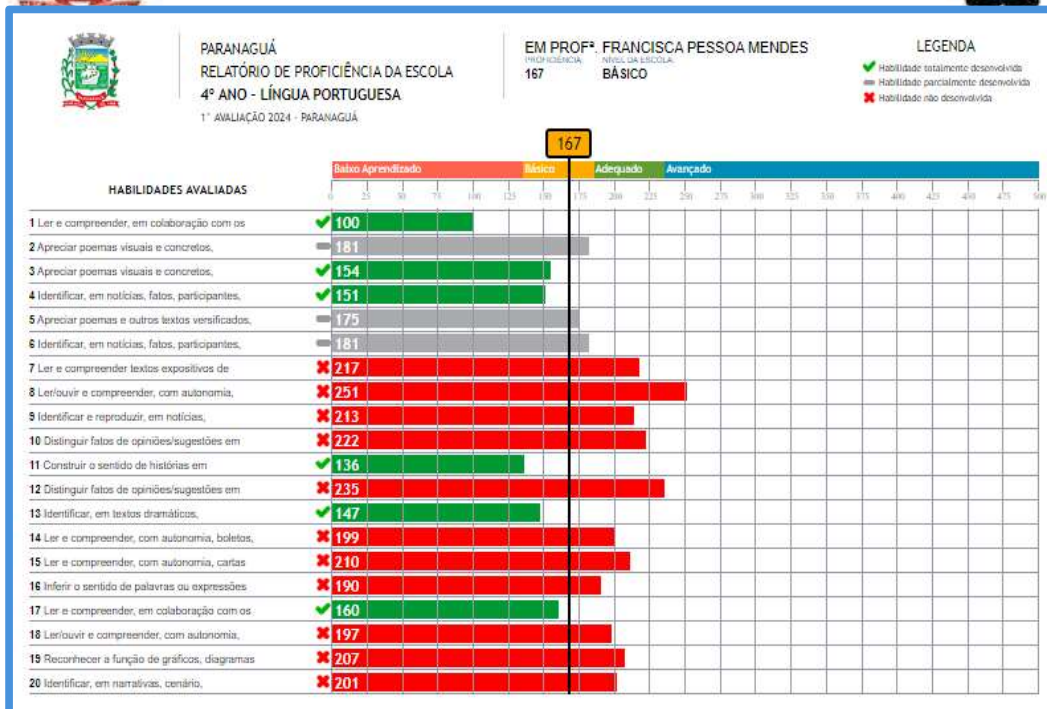


ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



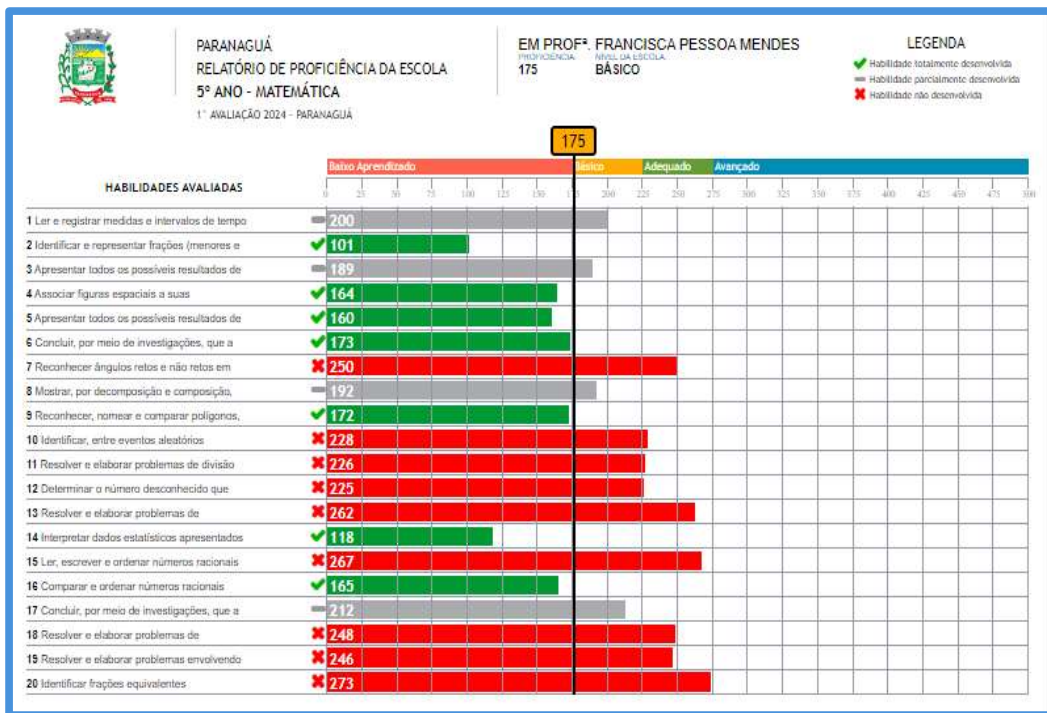
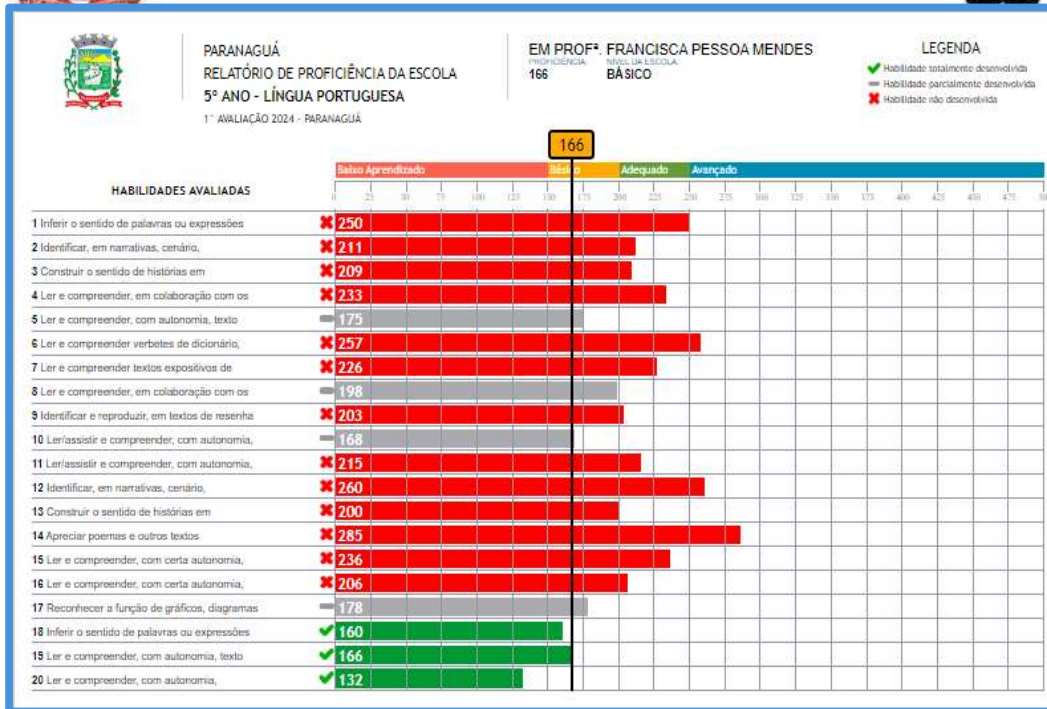


ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES" Educação Infantil e Ensino Fundamental.





ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



2.4.3- Plano de Ação do Diretor

PRIORIDADE	AÇÕES	PERÍODO	RECURSOS
------------	-------	---------	----------



PPP e do Regimento interno	Atualização e elaboração dos documentos escolares, PPP e Regimento Interno, promovendo debates, questionários e reuniões para construção coletiva.	anual	Coordenador, computador e espaço físico
Conscientizar os educadores de suas responsabilidades dentro da instituição.	Acompanhar/Direcionar os docentes nas reuniões para o seu papel, além de exibição de vídeos motivacionais e leitura de texto.	Anual	Vídeos, textos, reuniões, dinâmicas, e outros.



Aplicar avaliação periódica sobre a percepção do servidor sobre o trabalho executado, de modo a auxiliar na produtividade.	Por meio de uma avaliação o docente poderá ver o seu trabalho, e se seu desempenho é satisfatório.	Trimestral	Avaliação, reuniões, livros.
Mobilizar os segmentos para a concretização do Conselho Escolar.	Reunir os sujeitos a fazer parte do Conselho em reunião específica.	Anual	Reunião, leitura de texto.
Realizar reuniões com todos os segmentos da Comunidade Escolar.	Estabelecer contato, discutir regras, direitos e deveres.	Semestral.	Espaço físico, recursos humanos, informativos, vídeos, e outros.
Criar um calendário de reuniões.	Reunir os membros de diversos setores, como; professores, equipe pedagógica, comunidade, conselhos, e outros.	Anual	Espaço físico, recurso humanos, informativos, vídeos, e outros.



Oportunizar a capacitação de professores e funcionários.	Cooperar com a SEMEDI na elaboração de cursos, disponibilizando professores para se capacitarem.	Anual	Disponibilização de recursos humanos.
--	--	-------	---------------------------------------

2.4.4- Plano de Ação do Pedagogo Coordenador

PRIORIDADE	AÇÕES	PERÍODO	RECURSOS
Operacionalizar de modo correto e eficaz o horário de hora atividade dos docentes	Organizar planilhas para o acompanhamento diário das atividades a serem executadas.	Semanal	Coordenador, computador e espaço físico.



Conselho de Classe	Reunir-se com a equipe docente a fim de promover alternativas para recuperar a aprendizagem das crianças com defasagem de conteúdo. Análise das evoluções e estratégias de intervenção.	Trimestralmente	Computador, sala de reunião.
PPP e do Regimento interno	Atualização e elaboração dos documentos escolares, PPP e Regimento Interno, promovendo debates, questionários e reuniões para construção coletiva.	Anual	Coordenador, computador e espaço físico
Acompanhamento do Registro de Classe Online.	Verificar os lançamentos dos professores, tais como frequência, conteúdos de acordo com os planejamentos, avaliações, notas e faltas.	Semanalmente	Coordenador, Computador com acesso a internet.
Lançamento RCO na ausência do professor	Quando da ausência justificada do professor o seu RCO do dia será lançado pelo pedagogo coordenador.	Diariamente	Coordenador, Computador com acesso a internet.



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".

Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Planejamento Mensal Online	Vistar os planejamentos dos professores, verificando os conteúdos, atividades e aulas programadas.	Mensal	Computador e acesso a internet
Fechamento do Registro de Classe Online.	Vistar os Registros de Classe.	Trimestral	Coordenador, Computador com acesso a internet.
Impressão de atividades e provas	Providenciar junto ao setor de Cópias da Semedi, atividades adaptadas, atividades extras e avaliações.	Mensal	Coordenador, Computador com acesso a internet.



Conscientizar os educadores de suas responsabilidades dentro da instituição.	Acompanhar/Direcionar os docentes nas reuniões para o seu papel, além de exibição de vídeos motivacionais e leitura de texto.	Anual	Vídeos, textos, reuniões, dinâmicas, e outros.
Oportunizar a capacitação de professores e funcionários.	Cooperar com a SEMEDI na elaboração de cursos, disponibilizando professores para se capacitarem.	Anual	Disponibilização de recursos humanos.
Elaborar calendário de atividades extracurriculares.	Visitar museus, porto, ruas históricas e espaços públicos.	Trimestral	Recursos Humanos.
Elaboração de projeto sócio- ambientais.	Elaborar um projeto que vise a conscientização sobre a responsabilidade do indivíduo com o meio ambiente.	Anual	Espaço físico, recurso humanos, informativos, vídeos e outros.



2.4.5- Plano de Ação do Pedagogo Orientador

atendimento aos pais e alunos.	Orientar pais e alunos referentes às regras da escola, bem como os direitos e deveres das famílias.	Diário	computador e espaço físico
Entrevista com a família para encaminhamento do aluno para triagem e/ou CMAE.	Convocar e entrevistar as famílias dos alunos que necessitam de encaminhamento para avaliação no CMAE, bem como recolher toda documentação necessária da família, agilizando o processo de encaminhamento.	Semanal	Computador, sala de reunião.
Atendimento aos alunos com suspeita de Violação dos direitos da criança;	Encaminhar ao Conselho Tutelar relatórios caso haja suspeita à violação dos direitos da criança;	Semanal	Computador, telefone, fichas de encaminhamento e espaço físico.
Plantões dos recreios	Planejar a escala dos funcionários para atender as crianças durante os recreios.	Diário	Professores, serventes, estagiários, computador e espaço físico



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".

Educação Infantil e Ensino Fundamental.



	Planejar ações dirigidas para aplicação.		
Conselho de Classe	Reunir-se com a equipe docente a fim de promover alternativas para recuperar a aprendizagem das crianças com defasagem de conteúdo. Análise das evoluções e estratégias de intervenção.	Trimestral ente	Computador, sala de reunião.



PPP e do Regimento interno	Atualização e elaboração dos documentos escolares, PPP e Regimento Interno, promovendo debates, questionários e reuniões para construção coletiva.	anual	Coordenador, computador e espaço físico
Relatórios e encaminhamentos para o CMAE	Solicitar e auxiliar os professores a elaboração de relatórios para encaminhamento aos profissionais do CMAE.	Diário	Computador, papéis, laudos, informações do aluno.

2.4.6- Plano de Ação da Equipe de Apoio Administrativa

PRIORIDADES	AÇÕES	PERÍODO	RECURSOS
Organizar as turmas no Sistema SERE	Verificar os registros escolares dos alunos	Diário	Computador
Organizar o Planejamento das turmas	Efetuar as matrículas e transferências	Diário	Manual
Verificação dos Arquivos	Organizar os arquivos ativos e Inativos	Semanal	Manual



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"

Educação Infantil e Ensino Fundamental



Verificação das Fichas Individuais dos Alunos	Atualizar Os dados cadastrais	Sempreque necessário	Manual Computador
Atendimento Público Ao	Orientar os pais/responsáveis a respeito de vagas e dúvidas em geral.	Diário	Verbal
Tornar público as informações recebidas pela SEMEDI	Repassar ao Corpo Docente e Equipe Pedagógica Pedagógico	Sempreque necessário	Manual (Ata)



Ponto	Elaboração da Ficha de frequência dos estagiários, biometria dos servidores e encaminhar ao Órgão Competente	Mensal	Computador
Controle de Gêneros	Execução de Planilha, referente ao que foi gasto na merenda escolar	Quinzenal	Computador
Conselho de Classe	Elaboração de Ata, referente ao que foi dito e proposto no Conselho	Trimestral	Manual Computador
Boletim Escolar	Digitação de notas e execução do boletim escolar	Trimestral	Computador
Livro de Registro de Classe Online (LRCO)	Lançar o calendário de aulas no sistema. Cadastrar os professores nas turmas. Manter os cronogramas atualizados no sistema. Lançar os atestados dos alunos; Lançar as notas e frequência dos alunos oriundos de outras escolas.	Sempre que necessário.	Computador



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".

Educação Infantil e Ensino Fundamental.



Correspondência	Classificar, protocolar e arquivar os documentos oficiais e as correspondências expedidas e recebidas	Diariamente	Manual
-----------------	---	-------------	--------



Auxílio Brasil	Levantamento das faltas dos alunos que recebem bolsa família, calcular , registra, após enviar ao setor competente	Bimestral	Manual
----------------	--	-----------	--------

2.4.7- Plano de Ação da Equipe de Apoio Operacional

PRIORIDADES	AÇÕES	PERÍODO	RECURSOS
Limpeza do prédio	Execução da limpeza da sala de aulas, entorno da escola, refeitório, sala dos professores, secretaria, sala de informática, cozinha, pátio interno e externo, banheiros	Diário	Manual
Limpeza Geral do prédio	Limpeza de forró, carteiras, ventiladores, paredes, vidros	Quinzenal	Manual
Auxílio nos recreios	Auxiliar no acompanhamento dos alunos em horários de recreio, de início e de término dos períodos, ajudando a manter a ordem e a segurança dos alunos;	Diário	Manual



2.4.8- Plano de Ação do Conselho Escolar

	OBJETIVOS	META/ PRAZO	DETALHAMENT O DAS AÇÕES	RESPONSÁVE L
FORMAÇÃO CONTINUAD A	Promover reuniões, encontros e grupos de estudos para professores . Durante os anos letivos de 2024 2025 Incentivar professores e colaboradores a realizarem cursos e formações on-line e organizados por instituições públicas e privadas que se dedicam à formação de professores	Atualização e qualificação profissional . Durante os anos letivos de 2024 2025	Mobilizar a equipe pedagógica e professores para participação efetiva nas atividades de Formação Pedagógica. Estruturar em calendário escolar. prever encontros pedagógicos e reuniões . Avaliação da Aprendizagem, Organização do Trabalho Pedagógico, Tecnologia a serviço da humanização, Base Nacional Comum Curricular,	Equipe Pedagógica



			Projeto de Vida e o Novo Ensino Médio, Metodologias . Divulgar através dos recursos de comunicação entre professores, colaboradores e escola (WhatsApp e eventos e cursos de formação promovidos de forma on-line por diferentes instituições e sistemas de ensino, bem como os promovidos pelo sistema de ensino	
--	--	--	---	--

2.4.9 Plano de Trabalho Docente (Estabelecer coletivamente o prazo para entrega dos planejamentos, elaborando um cronograma anual constante no PPP).

Datas e entregas de planejamentos :

Ciclo	Envio para Coordenação:	Período de Aulas
-------	----------------------------	------------------



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



1º	05/02/2024	08/02 até 01/03
2º	05/03/2024	04/03 até 29/03
3º	05/04/2024	01/04 até 26/04
4º	30/04/2024	29/04 até 24/05
5º	29/05/2024	27/05 até 21/06
6º	26/06/2024	24/06 até 26/07



7º	30/07/2024	29/07 até 16/08
8º	21/08/2024	19/08 até 13/09
9º	18/09/2024	16/09 até 11/10
10º	16/10/2024	14/10 até 08/11
11º	13/11/2024	10/11 até 06/12
12º	11/12/2024	09/12 até 18/12

Datas de Avaliações

Avaliação	Semana de avaliação
Avaliação diagnostica	26/02 até 01/03
1º trimestre	
Prova	11/03 até 15/03
Recuperação	25/03 até 26/03
Prova	08/04 até 12/04
Recuperação	22/04 até 26/04
2º trimestre	
Prova	20/05 até 24/05
Recuperação	03/06 até 07/06
Prova	30/06 até 02/07
Recuperação	12/08 até 15/08
3º trimestre	
Prova	16/09 até 20/09
Recuperação	08/10 até 11/10



Prova

28/10 até 01/11

Recuperação

25/11 até 29/11

2.4.10- Plano de Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado visa a diversidade de estratégias pedagógicas em consonância com as particularidades de cada um, com o intuito de colaborar com a escolarização dos alunos portadores de necessidades especiais.

Destina-se a atender às especificidades dos alunos da Educação Especial e ao ensino do que é necessária a eliminação das barreiras que alunos com deficiência de natureza intelectual, física, sensorial ou de altas habilidades e com transtornos globais de desenvolvimento, para se relacionarem naturalmente com a escola e outros ambientes de convivência social.

O Atendimento Educacional Especializado complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência nas escolas comuns, em um espaço físico denominado sala de recurso multifuncional.

Cada aluno terá a duração de atendimento de acordo com a necessidade, um plano de ação que garanta a sua participação e aprendizagem nas atividades escolares e neste estarão descritos os recursos que serão utilizados para atender a especificidade de cada aluno.

Os atendimentos serão individuais ou em pequenos grupos com máximo de 03 alunos comuns em suas necessidades ou mesmo com necessidades diferentes, mas que seja possível a convivência, em contraturno.

As quarenta horas do professor deverão ser divididas em:

- Vinte e seis horas e quarenta minutos para atendimento ao: aluno (a) formal, que é o aluno com laudo e matriculado; aluno (a) informal, que é o aluno encaminhado à avaliação psicoeducacional; triagem do aluno (a) que está em processo de encaminhamento para avaliação psicoeducacional, realizar o itinerante no contraturno do aluno (a) formal em sua sala de aula, podendo



- gastar para isso de 30 a 60 minutos.
- Treze horas e vinte minutos para preparo de materiais didáticos, planejamento do atendimento com aluno, relatório e atender responsável pelo aluno (a);
- Elaborar uma vez por semestre o Plano de Atendimento Educacional Especializado;
- Elaborar e manter atualizado o Cronograma de Atendimento;
- Efetivar a articulação pedagógica com profissionais de sala de aula comum a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos.

2.4.11 -Plano de Atendimento Domiciliar.

O Atendimento Pedagógico Domiciliar é destinado, preferencialmente, para os estudantes que se encontram em tratamentos prolongados ou que necessitem de cuidados especiais de saúde. Nesta modalidade de atendimento, a prioridade está no tratamento e na recuperação, bem como na educação oferecida e preservada.

Em situações específicas cabe a equipe pedagógica essa organização que poderá ocorrer da seguinte forma:

- Em acordo entre pais e ou familiares tutores, professores e equipe pedagógica escolar, o aluno será acompanhado a distância e caso o tratamento seja de longa duração, ficará disponível um determinado material para que o estudante possa realizar as atividades diárias e até as atividades avaliativas em casa, será disponibilizado um professor que levará as atividades até o estudante, para explicar o desenvolvimento da matéria conforme os conteúdos escolares do período em questão, evitando a suspensão indevida do aprendizado. O profissional poderá fazer uma visita pedagógica semanal ou conforme necessidade do aluno e a organização da escola. Cabe aos responsáveis a cobrança e participação no processo de desenvolvimento das atividades no prazo estabelecido pelo professor e equipe pedagógica.



2.5- CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO

O currículo escolar é a base da prática pedagógica, que envolve os conteúdos que serão estudados, as atividades realizadas e as competências a serem desenvolvidas, com o objetivo da formação plena dos estudantes.

Ele serve como referência para a gestão e organização do conhecimento escolar, ao dispor sobre os conteúdos a serem estudados e o modo como serão abordados em sala de aula, além de estabelecer as metodologias e estratégias de aprendizagem adotadas pela escola.

Trata-se de um documento normativo que compreende os objetivos de aprendizagem e as habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos, além de orientar o trabalho dos professores para cumprir esse propósito.

O currículo escolar é parte integrante do Projeto Político Pedagógico da escola, documento normativo que contém todas as atividades a serem realizadas ao longo do ano letivo, compartilhado com toda a comunidade escolar.

Ele surgiu para organizar o projeto pedagógico e atender às diretrizes educacionais, com a padronização dos conhecimentos a serem adquiridos pelos alunos, de modo a garantir uma formação democrática que proporcione a humanização, a cidadania, o direito à educação e a diminuição da desigualdade cultural.

2. 5.1- Fundamentação Teórica

O conceito de currículo, historicamente, passou por diversas transformações teóricas e práticas. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), currículo é entendido como o conjunto de competências a serem desenvolvidas ao longo da Educação Básica, organizando as atividades escolares para assegurar uma formação básica comum, ao mesmo tempo em que respeita as diversidades regionais e locais.

Para Libâneo (2013), o currículo não é apenas uma lista de conteúdos ou disciplinas, mas um projeto político-pedagógico que explicita concepções de



sociedade, ser humano e conhecimento. Dessa forma, representa escolhas e relações de poder, pois define quais saberes serão legitimados no processo educativo.

Sacristán (2000) amplia essa concepção ao considerar o currículo como um plano cultural que orienta a prática educativa. Para ele, o currículo não se restringe a documentos oficiais, mas está presente na organização da escola, nas interações, nas atividades pedagógicas e nas relações de poder que se estabelecem, configurando-se como um espaço de disputa de significados.

Moreira e Silva (1994) apontam o currículo como construção social, histórica e cultural, que vai além do prescrito. Eles destacam a importância do currículo oculto, ou seja, os valores e normas implícitos transmitidos no cotidiano escolar, que impactam na formação integral dos estudantes.

Segundo Apple (2006), o currículo está relacionado ao conceito de "hegemonia cultural", sendo um instrumento que pode tanto reproduzir desigualdades quanto atuar como meio de resistência e transformação social, dependendo de como os conteúdos são trabalhados e contextualizados na prática pedagógica.

Já Gimeno Sacristán (2000) ressalta que o currículo deve ser entendido como um processo cultural que envolve seleção, organização e transmissão de conhecimentos, valores e atitudes considerados socialmente relevantes, sendo um elemento estruturante do projeto educativo.

Por fim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reforça a definição de currículo como um conjunto articulado de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, competências, habilidades, conteúdos e metodologias, tendo como finalidade o desenvolvimento integral dos estudantes e sua formação cidadã, respeitando as diversidades regionais, étnicas, culturais e sociais.

QUADRO DE MATRIZ CURRICULAR



Educação Infantil	https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf
Ensino Fundamental I	https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf
Educação Especial	https://www.paranagua.pr.gov.br/semedi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf

2.5.2- Direitos e Objetivos de Aprendizagem

A Constituição assegura que todos têm direito garantido à Educação conforme seus artigos, conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, são conceitos relacionados à educação com objetivos em habilidades, ou metas que os alunos realmente queiram alcançar.

É dever do Estado promover uma educação de qualidade a todos, é o chamado Direito Humano Essencial.

O projeto político pedagógico das escolas vislumbra ações que possibilitem o ensino aprendizagem de direitos e deveres aos estudantes como parte da construção de sua cidadania e dignidade. A educação está presente em todas as esferas da nossa vida. Educar é tornar-se humano é impossível que o indivíduo pense fora de sua história e os Direitos Humanos fazem parte da história de cada sujeito presente em uma sala de aula. Todos somos sujeitos de direitos e desejosos de construir uma coletividade mais justa e igualitária, ansiosos por uma sociedade sem preconceitos e sem visão limitada do próximo, buscando uma mudança efetiva de pensamento onde se inclui

aceitação e empatia de forma consciente e igualitária.



A Escola Francisca Pessoa Mendes oferece e organiza espaços e situações de ensino para que o estudante desenvolva sua identidade, a compreensão do mundo e a apreensão do saber universal, permitindo a inserção da criança e do jovem no mundo dos conceitos e das representações simbólicas, num processo de interação com os outros, em que crescer e aprender tornam-se uma ação contínua.

A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) documento elaborado pelo MEC(ministério da educação) tem como propósito direcionar a educação brasileira para o desenvolvimento de cidadãos integrais e de uma sociedade democrática, inclusiva e justa. E quais são os seus objetivos de aprendizagem Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possui dois principais objetivos:proporcionar uma educação de qualidade, desenvolvendo a autonomia e o protagonismo dos alunos, e padronizar o ensino-aprendizagem, reduzindo, assim, as desigualdades educacionais na Educação Básica do Brasil.

A BNCC contribui para o aprimoramento de outros pilares da educação, como a formação inicial e continuada dos professores, a produção de materiais didáticos, a reestruturação das matrizes de avaliações e a revisão dos exames nacionais, que serão analisados a partir das informações presentes na Base Nacional Comum Curricular.

.2.5.3- Concepção de Ensino e Aprendizagem

Para Fernández (1998), as reflexões sobre o estado atual do processo ensino aprendizagem nos permite identificar um movimento de ideias de diferentes correntes teóricas sobre a profundidade do binômio ensino e aprendizagem. Entre os fatores que estão provocando esse movimento podemos apontar as contribuições da Psicologia atual em relação à aprendizagem, que nos leva a repensar nossa prática educativa, buscando uma conceptualização do processo ensino aprendizagem. As contribuições da teoria construtivista de Piaget, sobre a construção do conhecimento e os

mecanismos de influência educativa têm chamado a atenção para os processos



individuais, que têm lugar em um contexto interpessoal e que procuram analisar como os alunos aprendem, estabelecendo uma estreita relação com os processos de ensino em que estão conectados.

2.5.4-Organização do tempo, do espaço e gestão em sala de aula (cotidiano da Educação Infantil, do Ensino Fundamental, do AEE e do recreio dirigido).

A proposta de implantação do Recreio Dirigido surgiu da necessidade de explorar o ambiente externo escolar no horário do recreio para a realização das atividades educacionais e lúdicas para as crianças. As atividades são variadas, de acordo com a preferência das crianças, e dos materiais disponíveis na escola. O recreio dirigido atinge resultados satisfatórios e as crianças ficam mais tranquilas e harmoniosas. Pode-se notar não só a integração das crianças umas com as outras, mas também o respeito do direito de cada uma a Brincar.

Os recreios dirigidos na escola são realizados diariamente, 10 minutos após as refeições é importante levar em consideração a capacidade das próprias crianças de se organizarem durante as atividades, mas é fundamental ajudá-las neste processo, orientando-as.

Esta Instituição de ensino entende que o recreio deve ser monitorado pelo professor por se tratar de um espaço pedagógico que necessite da intervenção deste profissional, com intuito de gerenciar os conflitos gerados e organizar as atividades pedagógicas deste período, pois o recreio é o momento de pausa nos estudos em que o aluno tem direito de se alimentar e brincar. É também um grande laboratório que favorece a aprendizagem e fortalece as diversas interações.

Todas as estratégias de ação a serem desenvolvidas nos momentos de recreação na escola, têm como objetivo sensibilizar e envolver os alunos,

considerando sua capacidade intelectual, afetiva, de modo criativo, possibilitando a troca de experiências e expressão de novas ideias.



TURMAS	REFEITÓRIO 20 minutos
Integral – 4ºA, 5ºA	08:10 às 08:30 (DESJEJUM)
Integral – 2ºA, 3ºA	8:30 às 8:50 (DESJEJUM)
Pré A Pré B 3º B	09:30 às 09:50
3º C 4º B 4º C	09:50 às 10:10
5º B 5º C Classe Especial A	10:10 às 10:30



Integral – 2ºA, 3ºA, 4ºA, 5ºA	11:30 (ALMOÇO)
Pré A Pré B	

Tarde

Horário	Turma
14:00-14:20	Integral C, Integral D
14:20- 14:40	Integral A,Integral B
14:50 -15:10	prés e 1º A
15:10 -15:30	1º B,1º C e 1ª D
15:30 -15:50	2º B, 2º C e Classe

2.6- CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação, parte integrante do Processo ensino-aprendizagem, precisa ser vista como uma comprovação do desenvolvimento do trabalho do professor e do progresso do aluno em direção às noções mais sistematizadas. Considerando que se deve avaliar para refletir sobre uma determinada realidade, a partir de dados e informações, e em ter um julgamento que possibilite uma tomada de decisão, a avaliação deverá ser feita da seguinte maneira: a diagnóstica, a formativa, e a somativa. Estas deverão ser contínuas e trimestrais, em uma concepção dialética libertadora. Entendemos que a Avaliação Diagnóstica a ser realizada no início de um trimestre, unidade, conteúdo ou tema, com a intenção de detectar os conhecimentos que os alunos já possuem, suas dificuldades e tomar uma decisão sobre o que e como fazer, ou seja, utilizar os resultados como um instrumento para sua futura ação pedagógica. Avaliação Formativa ou processual - a ser aplicada



durante todo o processo ensino aprendizagem, a partir do ensino que se ministra e das práticas pedagógicas, com a finalidade de localizar as dificuldades e as necessidades e se comprometer com a superação/recuperação de conteúdos em tempo de tomar providências que possam afastar as dificuldades percebidas e possibilitar novas decisões/ações, quando necessário, e assim ajudar os alunos a progredir no decorrer das atividades escolares, integrando-o ao processo. Avaliação Somativa - É o que acontece ao final de um trabalho desenvolvido, que pode ser de uma unidade de estudo, de um conteúdo específico, ao final de um trimestre.

É o momento em que o professor estabelece o conceito (nota) final com base em tudo o que realizou durante o processo, sem se esquecer da autoavaliação do aluno, da própria prática pedagógica e dos aspectos socioafetivos e culturais do aluno. É importante ressaltar que a avaliação deve anteceder acompanhar e suceder o trabalho pedagógico e que as três fases/funções da avaliação são interdependentes e complementares e que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a construção do conhecimento, a aprendizagem, ou seja, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor. A recuperação, mais do que uma estrutura da escola, deve significar uma postura do educador no sentido de garantir a aprendizagem por parte dos alunos, especialmente daqueles que têm maior dificuldade em determinados momentos e/ou conteúdo.

Daí a importância da "recuperação instantânea" (Celso Vasconcelos, p.73, 1995). Destaca ainda: Pode acontecer desta recuperação não ser suficiente, devendo, neste caso, providenciar - se atividades diversificadas para o aluno, fornecimento de roteiro de estudos, entrevistas para melhor diagnosticar a dificuldade, oferecimento de aulas de reforço, etc. (Celso Vasconcelos, p.74, 1995). Assim, aos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, além da intervenção do professor durante a avaliação formativa (recuperação instantânea), ao final de cada trimestre deve ser realizado um levantamento do rendimento escolar, por disciplina, de cada aluno e/ou turma e aos que não conseguirem atingir os objetivos propostos deverá ser



proporcionado outras atividades diversificadas de recuperação, diferentes das já utilizadas como: entrevistas e/ou auto-avaliação para melhor diagnosticar as dificuldades, fornecimento de roteiro de estudo e objetivos específicos, monitoria de alunos com mais facilidade em determinadas matérias, pesquisas, nova avaliação, etc. Dessa forma, procurar-se-á propiciar a “recuperação” da aprendizagem, que deverá traduzir-se, mais ou menos imediatamente, na recuperação de notas, uma vez que ainda, existe nota. (Celso Vasconcellos, 1995, p. 74). O Conselho de Classe é um órgão colegiado e uma instância avaliativa que analisa, discute e delibera sobre os processos de ensino/aprendizagem e avaliação desenvolvidos na escola e, consequentemente os resultados obtidos pelos alunos é necessário redefinir as práticas pedagógicas e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem.

Aliado ao processo educativo, a escola que também tem responsabilidades sociais além dos conhecimentos sistematizados, deve contribuir para a formação do aluno onde o mesmo conquiste um espaço no mercado de trabalho, no entanto, o trabalho como princípio educativo, pressupõe oferecer subsídios aos alunos a partir das diferentes disciplinas onde os mesmos possam analisar as relações e contradições sociais, as quais se explicam a partir das relações de trabalho. Isto implica ainda em oferecer elementos conceituais ao aluno para análise das relações de produção, de dominação, bem como as possibilidades de emancipação do sujeito a partir do trabalho.

O desafio a ser enfrentado, implica num posicionamento afirmativo sobre o ato de ensinar, isto é, trata-se de construir uma concepção pedagógica que contenha em seu cerne esse posicionamento afirmativo e que dinamize uma formação que requeira o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade, a fim de possibilitar ao futuro trabalhador a apropriação das etapas do processo de forma conceitual e operacional.

Desta forma o trabalho como princípio educativo é o ato de produzir direta ou intencionalmente em cada indivíduo singular a humanização, assim



Trata-se de pensar o trabalho em outro contexto social, no qual o trabalhador produz para si e no qual o produto do trabalho coletivo se distribui igualmente, projeto que se contrapõe a forma capitalista de produção e aponta para constituição de novas relações sociais e de um projeto de um novo homem.

2.6.1- Fundamentação Teórica

A avaliação se faz presente em todos os domínios da atividade humana. O “julgar”, o “comparar”, isto é, “o avaliar” faz parte de nosso cotidiano, seja através das reflexões informais que orientam as frequentes opções do dia-a-dia ou, formalmente, através da reflexão organizada e sistemática que define a tomada de decisões (Dalben, 2005, p. 66). Como prática formalmente organizada e sistematizada, a avaliação no contexto escolar realiza-se segundo objetivos escolares implícitos ou explícitos, que, por sua vez, refletem valores e normas sociais.

Segundo Villas-Boas (1998, p. 21), as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social. Ainda para a referida autora, a avaliação escolar não acontece em momentos isolados do trabalho pedagógico; ela o inicia, permeia todo o processo e o conclui. No entanto, em qualquer nível de ensino em que ocorra, a avaliação não existe e não opera por si mesma; está sempre a serviço de um projeto ou de um conceito teórico, ou seja, é determinada pelas concepções que fundamentam a proposta de ensino, como afirma Caldeira (2000): A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica.

Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (p. 122) Essa ideia de que avaliar o processo de ensino e de aprendizagem não é uma atividade neutra ou destituída de intencionalidade nos faz compreender que há um estatuto político e epistemológico que dá suporte a esse processo de



ensinar e de aprender que acontece na prática pedagógica na qual a avaliação se inscreve.

2.6.2- O Processo Avaliativo Coerente com as Concepções de Infância, Educação Infantil e Aprendizagem/Desenvolvimento.

O sistema de avaliação da escola se dará de forma processual e diária, respeitando o desenvolvimento da criança. A avaliação na Educação Infantil se relaciona a querer conhecer melhor cada criança, partindo da identidade da criança que está sendo avaliada, assim como da identidade do professor que trabalha com ela. Nessa perspectiva, a avaliação se articula à ética, ao zelo, ao respeito e à atenção especial para com as crianças e seu bem-estar.

Segundo Moro e Souza (2016) ao observar diariamente a criança, os professores conseguem conhecer seu desenvolvimento, historicizando suas conquistas e seus avanços em termos de aprendizagens, ampliação de conhecimentos e desenvolvimento. É importante sempre registrar tudo que foi observado, pois o registro materializa as observações feitas e legitima a tomada de decisão acerca das mudanças necessárias ou da manutenção das práticas educativas que estão sendo realizadas.

De acordo com o artigo 10, inciso I, das DCNEI, "a observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano" é fundamental nesse processo. Observação é um processo chave na experiência educativa, precisando estar aliada a outra ação-chave, que é o registro. Ao registrar suas leituras daquela realidade, você estará usando parte de seu tempo para refletir sobre como a criança revela os seus saberes.

São várias e diversas as formas de registro indicadas no inciso II, do artigo 10, das DCNEI, como relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, entre outros. Os registros são tidos como formas de documentar todo o processo, sendo, por isso, constitutivo da ação educativa.

O fundamental em quaisquer formas de registro sobre as crianças



individualmente é que estas permitam captar a singularidade de cada criança, como ela vivencia as experiências que são oferecidas, que situações ou aspectos inusitados acontecem.

É necessário que pareceres ou relatórios também sejam claros em relação a quem ele pretende "informar": os pais, a instituição, a própria criança. É necessário considerar que o texto deve se fazer entender. Os pais ou responsáveis pelas crianças, interlocutores importantes, nem sempre têm familiaridade com os termos da área da Educação que usamos. É muito importante lembrar disso para adequar a linguagem a ser utilizada nos registros escritos.

Portanto, a avaliação acompanha o processo educativo, pode ocorrer a todo momento e em todas as situações; tem um caráter processual e não classificatório. Cada criança deve ter o seu próprio portfólio e o educador antecipadamente, definir quais serão as atividades que irão compor o portfólio. Segue as indicações para elaboração: A instituição estabelecer uma política para o portfólio; coletar amostras de atividades;

Tirar fotografias; fazer entrevistas; efetuar registros sistemáticos; realizar registros de casos; preparar relatórios; usar portfólios em situações de transição.

A avaliação das crianças na Educação Infantil não deve se vincular ao currículo do primeiro ano do Ensino Fundamental. Infelizmente, isso já tem acontecido, assim como vem determinando os conteúdos a serem trabalhados com as crianças na Educação Infantil.

Algumas instituições realizam avaliações com vistas às aprendizagens futuras das crianças no Ensino Fundamental, às vezes relacionadas especialmente ao ensino-aprendizagem da linguagem escrita e da matemática. Também acontece da avaliação mascarar formas de seleção das crianças, seja nas transições internas da Educação Infantil, seja na passagem de um grupamento para outro, seja na transição para o Ensino Fundamental.



2.6.3- Análise de Avanços e Dificuldades Pedagógicas

DIFICULDADES	AVANÇOS
Flexibilização das avaliações para que atenda a turma em geral. Resistência à novas práticas educativas.	Práticas adequadas de acordo com o Currículo para atender a individualidade do aluno. Alguns Professores já aceitam rever suas praticas avaliativas
Cada instituição possui autonomia para implementar ações que promovam o resgate das defasagens de aprendizagem escolar. Entre essas ações, destacam-se as oficinas de aprofundamento pedagógico realizadas no período integral, além das formações oferecidas como suporte técnico, por meio de plataformas como Opet Education, Sefe, entre outras. Observa-se, contudo, que as provas realizadas pelo MEC e as avaliações produzidas em âmbito nacional não respeitam as especificidades regionais, sendo elaboradas de forma padronizada e desconsiderando as realidades locais. Soma-se a isso a ausência de avaliações próprias da Rede Municipal, o que dificulta uma análise mais precisa das aprendizagens dos estudantes no contexto do município. Além disso, nota-se a falta de ações sistemáticas do órgão gestor que subsidiem a melhoria dos resultados obtidos nas avaliações diagnósticas	



externas, assim como a inexistência de recursos pedagógicos específicos voltados à recuperação das aprendizagens defasadas, que seriam fundamentais para o avanço qualitativo do processo de ensino e aprendizagem.

Cada plataforma de avaliação disponibiliza seu canal específico de acesso, previamente informado a cada instituição de ensino para a consulta dos resultados. A escola, em sua autonomia, pode flexibilizar métodos pedagógicos voltados ao resgate das aprendizagens, considerando suas demandas e realidades.

Em relação aos subsídios tecnológicos, reconhece-se que o celular passou a ser um item essencial na rotina diária, sendo amplamente utilizado para fins pedagógicos. Além disso, a escola recebe recursos destinados à melhoria de sua estrutura tecnológica, que podem ser adquiridos com recursos próprios, por meio do PDDE, da APMF e de outros programas, conforme sua organização e estruturação interna.

Contudo, observa-se que as provas realizadas pelo MEC e as avaliações projetadas em nível nacional e estadual muitas vezes não consideram as especificidades regionais, pois são elaboradas sem contemplar as particularidades locais, dificultando sua adaptação ao contexto dos estudantes. Soma-se a isso a ausência de avaliações específicas em



Rede Municipal, além da falta de ações sistemáticas do órgão gestor que subsidiem a melhoria dos resultados das avaliações diagnósticas externas. Ainda, há inexistência de recursos pedagógicos específicos voltados à recuperação das aprendizagens defasadas. Apesar desses desafios, a instituição possui autonomia para implementar ações de resgate da aprendizagem escolar, realizando oficinas de aprofundamento pedagógico no contraturno, bem como participando de formações oferecidas como suporte técnico, por meio de plataformas como Opet Education, Sefe, entre outras.	
Dificuldade de uma efetiva participação dos membros de ambas as agremiações.	Membros do Conselho Escolar e APMF participando ativamente das decisões;
Dificuldades de organizar momentos para discussões e repasses de informações, pois devido ao planejamento só é possível reunir toda a equipe nos dias de pré conselho e conselho de classe previstos no calendário escolar.	Profissionais da educação informados e munidos de conhecimentos de forma a garantir seus direitos e deveres sempre em consonância com as Leis vigentes;
Comprometimento dos profissionais da educação quanto a elaboração e sua inserção/comprometimento no processo de execução; - Profissionais da educação que não participam em tempo integral da	Alguns Profissionais da educação já se mostram comprometidos a formular metas e realizar ações para



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".

Educação Infantil e Ensino Fundamental.



construção do mesmo,

cumpri-las,



Em algumas situações isoladas a falta com atestado médico de um professor impossibilita os demais professores de seguirem a organização da hora atividade.	Plano de aula coerente com o Currículo e as práticas pedagógicas.
Material didático está separado por bimestre sendo que o município adotou o calendário trimestral. Além de não condizer com os códigos e descrições dos objetivos de aprendizagem do CREP, com o material didático ofertado.	Material didático adaptado por trimestre, com facilidade de encontrar os códigos e objetivos de aprendizagem condizentes com o Crep ou Currículo Municipal.
foi possível realizar um bom acompanhamento pedagógico, dentro das necessidades do dia a dia, com algumas faltas por contas de mudança de gestão. Sendo necessário um maior suporte aos professores.	
Utilização do tempo para realização de atividades não pedagógicas como: pausa para aplicação de flúor,).	Priorizar as demandas pedagógicas, responsabilizar a política da saúde para aplicação do Flúor.



Participação efetiva de todos os profissionais envolvidos; - Propiciar o envolvimento dos pais nos momentos do pós conselho de classe.	Conselhos de Classes que realiza apontamentos para os profissionais diante das dificuldades diagnosticadas, bem como socializações de medidas adotadas que originaram pontos positivos;
Dificuldade de leitura e compreensão dos mesmos, por parte da comunidade escolar. - Dificuldades na participação dos encontros.	Autonomia dos professores para a construção do Plano de aula em consonância com o Currículo e legislação; - Participação ativa de toda a comunidade escolar na elaboração e execução do Regimento Escolar e PPP;
Falta de compreensão e consequentemente resistência por parte dos pais.	Maior participação da Família no processo educativo evitando assim as faltas injustificadas.



Demora na detecção do problema e repasse das informações, - Pais que não acompanham a vida escolar de seus filhos, - Demora em solicitar os encaminhamentos a equipe pedagógica por parte da SEMI Equipe de pedagogos desfalcada, faltando suporte e atendimento aos professores e famílias.	Maior interação entre professor, pedagogos,).
Ausência de profissionais no atendimento público, tais como: fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, neuropediatra, pediatra, fisioterapeuta, otorrinolaringologista, oftalmologista. Por mais que haja este profissional em algum posto de atendimento o agendamento é moroso, o que piora o estado de saúde da criança. Falta de disponibilização de exames públicos no município, tais como tomografia, ressonância, BERA, entre outros.	
Excesso de projetos para aplicação com as turmas; Excesso de trabalho burocrático; Excesso de convocações de reuniões de projetos sociais; Demandas não pedagógicas. Falta de organização e tempo para atender as determinações dos projetos elencados pelo órgão gestor, SEMEDI.	Autonomia na administração do tempo/carga horária com prioridade ao processo de ensino aprendizagem.
Não há falta de recursos humanos na instituição; no entanto, a ausência de professores em decorrência de afastamentos legais, como licenças médicas, licenças-prêmio e licenças-maternidade, acaba	



gerando a necessidade de realocação dos profissionais disponíveis, especialmente os professores que atuam no reforço escolar, para suprir essas ausências temporárias. Com isso, as aulas de reforço acabam sendo interrompidas ou adiadas, pois esses professores precisam assumir as turmas dos docentes afastados, comprometendo a continuidade desse atendimento tão essencial aos estudantes.

Dificuldades em diferenciar defasagem de dificuldade de aprendizagem. - Demora no processo de avaliação. - Perfil de difícil compreensão por parte do professor.

Calendário não ser aprovado de acordo com as necessidade da Escola.

Calendário enviado com curto espaço de tempo para adequações e programações dos envolvidos.



Falta de profissionais de outras áreas que auxiliem nas discussões desses temas (Rede de Proteção).	
Falta de comprometimento; Evasão Escolar e abandono intelectual.	Conselho tutelar atuante ,alunos infrequentes encaminhados e inseridos no SERPE.
Falta de espaço e material adequado para desenvolvimento de atividades relacionadas a arte e música.	
Falta de clareza quanto a importância de manter-se atualizado.	Profissionais da Educação sempre em busca de novos conhecimentos.
Observa-se que, frequentemente, os profissionais não informam a equipe gestora com antecedência sobre a necessidade de suas ausências na escola, o que dificulta o planejamento para a substituição. Além disso, há situações em que as folgas são protocoladas diretamente na Prefeitura, sem o conhecimento prévio da gestão escolar, sendo registradas fora do período de hora-atividade dos professores. Outro ponto que impacta o funcionamento das turmas é a ausência de professores substitutos disponíveis para atender as turmas quando há necessidade de afastamento do docente titular. No caso de faltas justificadas por atestados médicos, que	



são incontestáveis, a organização para suprir essas ausências fica integralmente a cargo de cada equipe gestora, gerando desafios para manter o andamento regular das atividades escolares.	
Envolvimento dos profissionais nos diferentes momentos de integração.	Profissionais envolvidos com o cotidiano escolar.
Dificuldade de uma participação integral de todos os funcionários. - Temas que contemplem os diferentes seguimentos da comunidade escolar. Equipe de pedagogos, tendo que lidar com faltas diárias de professores, com excesso de trabalho burocrático, não havendo a possibilidade de tempo para esta organização.	Concentração da hora atividade dos professores para facilitar formações em serviço

Uma das dificuldades que enfrentamos é a falta de professor para atendimento nos períodos contraturno aos alunos com defasagem de conteúdo que necessitam de apoio pedagógico. Sabemos que os resultados pedagógicos seriam mais eficientes

Dentre os avanços na rotina escolar salienta-se a padronização dos documentos escolares, alinhados às demandas da BNCC, como os planejamentos trimestrais e currículo disponibilizado aos professores para efetivação do trabalho docente.

O calendário escolar, específico da instituição, com as datas previstas pela SEMEDI, bem como a organização dos eventos e avaliações da escola Francisca.

Criação de meios de comunicação através das Tecnologias, aproximando comunidade escolar e equipe gestora, por exemplo: utilização de formulários on-line para índice de satisfação no trabalho, respostas às pesquisas da comunidade escolar, com dados importantes para a escola.



2.6.4- Instrumentos para os Registros do Processo Avaliativo na Educação Infantil: Parecer Descritivo, Portfólios e outros

A avaliação, enquanto parte integrante do processo educativo, possui função diagnóstica, formativa e contínua, constituindo-se como instrumento essencial para acompanhamento e intervenção pedagógica. Na Rede Municipal de Ensino de Paranaguá, os processos avaliativos seguem orientações legais e normativas vigentes, especialmente a Instrução Normativa nº 02/2023 – SEMEDI, que dispõe sobre os procedimentos de registro do processo avaliativo da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Conforme preconiza a referida Instrução Normativa, na Educação Infantil, a avaliação ocorre sem o objetivo de promoção, sendo realizada de forma processual, por meio de pareceres descritivos trimestrais, observando o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físicos, emocionais, sociais, culturais e cognitivos, com foco nos direitos de aprendizagem e campos de experiência propostos pela BNCC. Os registros devem evidenciar as conquistas, avanços e necessidades de cada criança, servindo como subsídio para replanejamento das práticas pedagógicas e para a comunicação com as famílias.

No Ensino Fundamental, os instrumentos avaliativos incluem avaliações orais, escritas, textos, fichas de leitura, atividades práticas e provas objetivas, considerando as diferentes formas de expressão do conhecimento. Os registros são formalizados em diários de classe, sistemas eletrônicos e pareceres descritivos, quando necessário, visando acompanhar o processo de aprendizagem de cada estudante de forma sistemática e individualizada.

Ainda, a Instrução Normativa nº 02/2023 – SEMEDI orienta que os registros avaliativos considerem a intencionalidade pedagógica, a equidade e o respeito às singularidades dos educandos, garantindo que todos tenham oportunidades de aprender e se desenvolver plenamente. Esses processos avaliativos contribuem para a efetivação do direito à educação de qualidade, sendo fundamentais na construção de um ensino inclusivo, reflexivo e transformador.



2.6.5- Avaliação Institucional

A gestão escolar assertiva busca a garantia do bom funcionamento de uma unidade escolar, almejando alcançar e avançar, segundo as metas estabelecidas pelo plano de ação que envolvem a gestão com organização, comprometimento e monitoramento das várias atividades operacionais e pedagógicas no cotidiano escolar. Destacamos que todo êxito do desenvolvimento das ações pretendidas depende da participação em concordância e comprometimento de toda comunidade escolar. A avaliação é o instrumento norteador dos próximos passos a serem dados dentro dessa comunidade. Para esse desenvolvimento as avaliações ocorrerão de forma contínua a fim de pontuar aspectos positivos a serem seguidos e valorizados e pontos negativos que deverão ser estudados e recuperados

Com a efetivação deste plano de ação, pretendemos, como um todo, realizar constantes ações participativas e conjuntas que busquem o sucesso para a comunidade escolar.

Diante da evidente necessidade de mudança, de superação das contradições básicas existentes entre o real e o ideal, da teoria e da prática, queremos promover uma organização escolar pautada nos seguintes critérios:

Uma comunidade participativa nas ações da escola, principalmente que os pais acompanhem, incentive e valorize a educação escolar e trabalhem limites com seus filhos;

- Que na escola, o conhecimento científico e o saber escolar estejam aliados a reflexão de valores éticos, solidários, afetivos e os alunos participativos e interessados na aprendizagem, com organizações próprias e que respeitem as regras do contrato, construído com o coletivo escolar;

- Professores comprometidos em desenvolver uma proposta-pedagógica adequada com o desenvolvimento do trabalho (de acordo com o P.P.P.), vinculada às reais necessidades dos alunos (conteúdo significativo, metodologia participativa e avaliação interativa) e com respeito ao cumprimento das regras construídas entre os docentes sobre a postura do professor;



A avaliação, parte integrante do Processo ensino-aprendizagem, precisa ser vista como uma comprovação do desenvolvimento do trabalho do professor e do progresso do aluno em direção às noções mais sistematizadas. Considerando que se deve avaliar, para refletir sobre uma determinada realidade, a partir de dados e informações, e em ter um julgamento que possibilite uma tomada de decisão, a avaliação deverá ser feita da seguinte maneira: a diagnóstica, a formativa, e a somativa. Estas deverão ser contínuas e trimestrais, em uma concepção dialética libertadora.

Entendemos que a Avaliação Diagnóstica a ser realizada no início de um trimestre, unidade, conteúdo ou tema, com a intenção de detectar os conhecimentos que os alunos já possuem, suas dificuldades e tomar uma decisão sobre o que e como fazer, ou seja, utilizar os resultados como um instrumento para sua futura ação pedagógica. Avaliação Formativa ou processual - a ser aplicada durante todo o processo ensino aprendizagem, a partir do ensino que se ministra e das práticas pedagógicas, com a finalidade de localizar as dificuldades e as necessidades e se comprometer com a superação/recuperação de conteúdos em tempo de tomar providências que possam afastar as dificuldades percebidas e possibilitar novas decisões/ações, quando necessário, e assim ajudar os alunos a progredir no decorrer das atividades escolares, integrando-o ao processo.

Avaliação Somativa - É o que acontece ao final de um trabalho desenvolvido, que pode ser de uma unidade de estudo, de um conteúdo específico, ao final de um trimestre. É o momento em que o professor estabelece o conceito (nota) final com base em tudo o que realizou durante o processo, sem se esquecer da auto-avaliação do aluno, da própria prática pedagógica e dos aspectos sócio-afetivos e culturais do aluno. É importante ressaltar que a avaliação deve anteceder acompanhar e suceder o trabalho pedagógico e que as três fases/funções da avaliação são interdependentes e complementares e que a principal finalidade da avaliação no processo escolar é ajudar a garantir a construção do conhecimento, a aprendizagem, ou seja, avaliar para que o aluno aprenda mais e melhor.



A recuperação, mais do que uma estrutura da escola, deve significar uma postura do educador no sentido de garantir a aprendizagem por parte dos alunos, especialmente daqueles que têm maior dificuldade em determinados momentos e/ou conteúdo. Daí a importância da "recuperação instantânea" (Celso Vasconcelos, p.73, 1995). Destaca ainda: Pode acontecer desta recuperação não ser suficiente, devendo, neste caso, providenciar - as atividades diversificadas para o aluno, fornecimento de roteiro de estudos, entrevistas para melhor diagnosticar a dificuldade, oferecimento de aulas de reforço, etc. (Celso Vasconcelos, p.74, 1995).

Assim, aos alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, além da intervenção do professor durante a avaliação formativa (recuperação instantânea), ao final de cada trimestre deve ser realizado um levantamento do rendimento escolar, por disciplina, de cada aluno e/ou turma e aos que não conseguirem atingir os objetivos propostos deverá ser proporcionado outras atividades diversificadas de recuperação, diferentes das já utilizadas como: entrevistas e/ou auto-avaliação para melhor diagnosticar as dificuldades, fornecimento de roteiro de estudo e objetivos específicos, monitoria de alunos com mais facilidade em determinadas matérias, pesquisas, nova avaliação, etc. Dessa forma, procurar-se-á propiciar a "recuperação" da aprendizagem, que deverá traduzir-se, mais ou menos imediatamente, na recuperação de notas, uma vez que ainda, existe nota. (Celso Vasconcellos, 1995, p. 74).

O Conselho de Classe é um órgão colegiado e uma instância avaliativa que analisa, discute e delibera sobre os processos de ensino/aprendizagem e avaliação desenvolvidos na escola e, conseqüentemente os resultados obtidos pelos alunos é necessário redefinir as práticas pedagógicas e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem. Aliado ao processo educativo, a escola que também tem responsabilidades sociais além dos conhecimentos sistematizados, deve contribuir para a formação do aluno onde ele conquiste um espaço no mercado de trabalho, no entanto, o trabalho como princípio educativo, pressupõe oferecer subsídios aos alunos a partir das diferentes disciplinas onde eles possam analisar as relações e contradições



sociais, as quais se explicam a partir das relações de trabalho. Isto implica ainda em oferecer elementos conceituais ao aluno para análise das relações de produção, de dominação, bem como as possibilidades de emancipação do sujeito a partir do trabalho. O desafio a ser enfrentado, implica num posicionamento afirmativo sobre o ato de ensinar, isto é, trata-se de construir uma concepção pedagógica que contenha em seu cerne esse posicionamento afirmativo e que dinamize uma formação que requeira o acesso aos conhecimentos produzidos historicamente pelo conjunto da humanidade, a fim de possibilitar ao futuro trabalhador a apropriação das etapas do processo de forma conceitual e operacional.

Desta forma o trabalho como princípio educativo é o ato de produzir direta ou intencionalmente em cada indivíduo singular a humanização, assim trata-se de pensar o trabalho em outro contexto social, no qual o trabalhador produz para si e no qual o produto do trabalho coletivo se redistribua

igualmente, projeto que se contrapõe a forma capitalista de produção e aponta para constituição de novas relações sociais e de um projeto de um novo homem.

2.6.6- Recuperação Paralela de Estudos

Já é amplamente conhecida a premissa de que todos podem aprender, sem exceção, e que cada um se desenvolve de um jeito próprio, e num ritmo particular. Os professores sabem que a classe não responde de forma homogênea à apresentação de um conteúdo de estudo e que nem todos compreendem usando as mesmas estratégias cognitivas. Ao verificar quem aprendeu o que, o professor percebe que um ou mais estão com dificuldade. É preciso repensar as estratégias e materiais para eles. Portanto, fazer a recuperação de estudos sempre. A chave do processo é avançar e retroceder ao mesmo tempo, ou seja, o fazer pedagógico deve ser intencional e paralelo, considerando as defasagens de cada aluno. Esta metodologia visa suprir as dificuldades de aprendizagem e avançar pedagogicamente com os alunos que estão preparados.



2.6.7- Avaliação Externa

As avaliações externas fazem parte do sistema educacional brasileiro e servem para orientar os professores quanto ao desenvolvimento dos alunos no processo de ensino- aprendizagem.

A escola conta com o subsídio dado INDICA da plataforma OPT, que é um programa de avaliação diagnóstica aprendizagem que ajuda escolas e redes de ensino a melhorar a qualidade de ensino, apoiando as equipes pedagógicas por meio de uma avaliação diagnóstica, com um plano de ação adequado a cada nível de aprendizagem. Enquanto a avaliação interna é aplicada pelo professor conforme o planejamento escolar, a avaliação externa – como o próprio nome sugere – é aplicada por um agente externo.

Essas provas são padronizadas para garantir o cumprimento do direito à aprendizagem e a comparação entre redes de escolas distintas.

As avaliações externas realizadas na escola são Avaliação de fluência leitora CAED, Prova Paraná, Prova Paraná Mais e Prova Brasil.

2.6.8- Organização e Efetivação dos Conselhos de Classe, Pré e Pós Conselhos

O conselho é o momento mais propício para reunir a coordenação, os professores e demais funcionários de uma instituição de ensino com o objetivo de analisar o processo de aprendizado dos alunos e as características de cada turma, acompanhar o desempenho dos docentes e medir os resultados de todas as estratégias aplicadas, bem como a organização curricular e outros aspectos ligados aos processos letivos – tudo isso sob os mais diversos pontos de vista.

Para cumprir seus objetivos de maneira eficaz, tal conselho demanda que o corpo docente dedique um olhar mais minucioso a cada aluno – só assim se torna possível descrever, argumentar e definir todas as informações sobre o processo de aprendizagem, a evolução, a história de vida e os

resultados obtidos por cada um em sala de aula.



A partir da dificuldade mais fácil criar estratégias de progressão personalizadas para cada caso e cenário dentro da escola.

O conselho de Classe e pré conselho acontecerão de acordo com as determinações da SEMEDI com data prevista no calendário escolar.

Terá uma pauta definida determinará um plano de ação para cada tópico discutido: a efetividade de cada reunião do conselho (que acontecerá trimestralmente, – conforme o calendário escolar).

2.7- CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO CONTINUADA

A Formação Continuada acontece nas reuniões pedagógicas realizadas pela escola e através do atendimento da Equipe Pedagógica na hora atividade. Serão ofertadas formações no dia da hora atividade do professor, em conformidade com a INSTRUÇÃO N° 01/2018 – SEMEDI sobre a hora atividade no Art. 1º A jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída de atividades de docência ou de suporte e atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora/atividade).

§ 1º As atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função, nos termos da Resolução CP/CNE nº 2/2015, destinam-se: Entende-se por formação continuada como um conjunto de ações didático-pedagógicas, cujo foco incide sobre a aprendizagem, subsidiada pela consciência de que o processo de comunicação entre educandos e professores é efetivado por meio de práticas e recursos.

VI - Participação em reuniões e grupos de estudo e/ou de trabalho, de coordenação pedagógica e gestão da escola;

VIII - Participar dos cursos de Formação Continuada.

A Formação Continuada acontece nas reuniões pedagógicas realizadas pela escola e através do atendimento da Equipe Pedagógica na hora atividade.

2.7.1- Fundamentação Teórica

A instituição entende a formação continuada como um processo



indispensável de aperfeiçoamento profissional, que ocorre ao longo de toda a carreira docente. Constitui-se como um instrumento essencial para manter os profissionais atualizados, possibilitando o conhecimento e a aplicação de novas práticas pedagógicas alinhadas às demandas contemporâneas da educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a formação continuada é obrigatória aos professores, pois o processo de ensino e aprendizagem é permanente e está em constante transformação, exigindo atualização constante para garantir a qualidade do trabalho educativo e a aprendizagem efetiva dos estudantes.

Nesse sentido, a mantenedora promove e disponibiliza diversas oportunidades de formação aos profissionais da rede municipal de ensino de Paranaguá, entre elas o curso ofertado pelo SEFE (Sistema de Ensino Família e Escola). Essas formações são de suma importância para o desenvolvimento técnico, didático e metodológico dos professores, contribuindo diretamente para o aprimoramento do ensino e a construção de práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e contextualizadas.

Além disso, destaca-se a utilização da hora-atividade como espaço estratégico para formação em serviço. A hora-atividade, prevista na LDB, é o período dentro da jornada de trabalho docente destinado à realização de atividades extraclasse, como planejamento, estudos, organização de materiais pedagógicos, correções e participação em reuniões. Na instituição, esse momento é também dedicado à formação continuada, por meio de orientações e estudos organizados pela equipe pedagógica, garantindo que os professores tenham subsídios teóricos e práticos para qualificar cada vez mais sua atuação, de modo a atender com excelência às necessidades educacionais dos estudantes.

Dessa forma, a formação continuada integra a política institucional como prática permanente e articulada ao desenvolvimento profissional docente, à melhoria da qualidade da educação e ao compromisso com a aprendizagem significativa e integral de todos os alunos.

2.7.2 Formação Continuada Presencial Ofertada pela Mantenedora



O reconhecimento da importância da formação continuada parte, inicialmente, dos próprios docentes, que a compreendem como oportunidade para aprimorar conhecimentos, ressignificar práticas pedagógicas e fortalecer sua identidade profissional. Os professores relatam que, quando possuem acesso sistemático a processos formativos, sentem-se mais preparados, motivados e seguros para enfrentar os desafios complexos que permeiam o cotidiano escolar.

Em consonância com essa necessidade, a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI), enquanto mantenedora, oferece regularmente formações presenciais aos profissionais da educação, com o objetivo de subsidiar práticas pedagógicas qualificadas e assegurar uma educação de qualidade socialmente referenciada, como preconiza a LDB (Lei 9394/96) e a BNCC (2017).

Essas formações continuadas presenciais são planejadas considerando as demandas identificadas nas escolas, os resultados das avaliações externas e internas, bem como as orientações nacionais, estaduais e municipais vigentes. Além disso, a SEMEDI busca estabelecer parcerias com diferentes instituições e sistemas de ensino, visando ampliar as possibilidades formativas de seus profissionais.

Dentre essas parcerias, destaca-se a Editora OPET - Sistema de Ensino Família e Escola (SEFE), que anualmente oferta formações continuadas aos professores da rede municipal de ensino. Esses cursos têm como propósito apoiar a implementação do material didático, desenvolver metodologias inovadoras, aprofundar a compreensão dos conteúdos curriculares e fomentar o uso de tecnologias educacionais.

As formações oferecidas pela mantenedora e por seus parceiros acontecem presencialmente, seja no ambiente escolar em datas pré-definidas, seja em espaços externos, como instituições de ensino superior, auditórios municipais

ou polos de formação continuada, garantindo que todos os profissionais tenham acesso aos novos saberes necessários à prática docente.



Dessa forma, a formação continuada presencial ofertada pela mantenedora constitui-se como estratégia essencial para a valorização docente, contribuindo para a construção de práticas educativas reflexivas, críticas e transformadoras, capazes de promover aprendizagens significativas para todos os estudantes da rede municipal.

2.7.3 Formação Continuada na Instituição Conforme a Instrução da Hora-Atividade

A formação continuada na instituição é concebida como parte integrante do processo de desenvolvimento profissional docente, sendo realizada prioritariamente durante a hora-atividade, conforme estabelece a Instrução nº 01/2018 – SEMEDI, disponível em [paranagua.pr.gov.br/semi/download/N01HORA ATIVIDADE.pdf](http://paranagua.pr.gov.br/semi/download/N01HORA%20ATIVIDADE.pdf).

De acordo com o Art. 1º desta Instrução, a jornada de trabalho do profissional do magistério é constituída por atividades de docência ou suporte, e pelas atividades pedagógicas inerentes ao exercício do cargo e função (hora-atividade). O §1º explicita que as atividades pedagógicas visam ao planejamento, estudo, reflexão, avaliação do trabalho pedagógico e participação em formação continuada, compreendendo que esses momentos são essenciais para a qualificação do processo educativo.

No âmbito institucional, as formações continuadas acontecem de maneira sistemática, organizadas pela equipe gestora e pedagógica, durante a hora-atividade, por meio de encontros individuais ou coletivos, reuniões pedagógicas, estudos de documentos orientadores, análise de avaliações externas e diagnósticas, e reflexões sobre práticas pedagógicas.

Essas formações têm como objetivos:

- Atualizar e aprofundar conhecimentos didático-pedagógicos;
- Promover a reflexão crítica sobre a prática docente;
- Subsidiar o planejamento de ações para sanar as dificuldades de aprendizagem diagnosticadas;



- Garantir a efetivação do currículo e o cumprimento das normativas vigentes;
- Fortalecer o compromisso com a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

A formação continuada dentro da instituição é fundamentada na compreensão de que o ato de educar está em constante construção, sendo necessário o aperfeiçoamento permanente, conforme destacam autores como Nóvoa (1992) e Imbernón (2011), que defendem a formação em serviço como espaço de reflexão, problematização e produção coletiva de saberes.

Dessa maneira, a escola organiza a hora-atividade como espaço formativo efetivo, buscando alinhar suas ações às diretrizes da SEMEDI, garantindo que os docentes tenham subsídios teóricos e metodológicos para enfrentar os desafios contemporâneos da educação e qualificar continuamente suas práticas pedagógicas.

2.7.4 Formação Continuada em Espaços Pedagógicos Externos à Instituição

A Secretaria Municipal de Educação (SEMEDI), reconhecendo a importância da formação continuada como eixo estruturante para o fortalecimento das práticas pedagógicas, promove anualmente diversas ações formativas voltadas aos docentes da rede municipal. Essas formações objetivam subsidiar teoricamente os professores, atualizando-os em relação às políticas públicas educacionais, às metodologias de ensino e aos processos avaliativos, além de possibilitar momentos de reflexão sobre a prática educativa, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade do ensino ofertado aos estudantes.

Para isso, a Secretaria estabelece parcerias com diferentes instituições de ensino e organizações, viabilizando uma programação diversificada de

cursos, palestras, oficinas, seminários e grupos de estudos. Dentre as principais iniciativas destacam-se:



- Formações promovidas diretamente pela SEMEDI, tanto de forma presencial em sua sede quanto virtual, abrangendo temas de interesse pedagógico e administrativo;
- Cursos ministrados pelo SEFE – Sistema de Ensino Família e Escola, ofertados regularmente aos docentes, com foco na aplicação dos materiais didáticos e aprimoramento das práticas metodológicas;
- Programa Avança Litoral, que disponibiliza capacitações visando ao fortalecimento das redes municipais da região litorânea;
- Grupos de Trabalho (GTs), organizados pela SEMEDI, que oportunizam estudo coletivo, troca de experiências, construção de instrumentos pedagógicos e aprofundamento de temáticas específicas;
- Palestras e encontros formativos ofertados pela equipe de Inclusão (SEMI e CMAE), abordando práticas inclusivas, adaptações curriculares, educação especial e direitos dos estudantes público-alvo da educação especial;
- Parcerias com o SESC, que contribuem com palestras, oficinas e projetos de incentivo à leitura e à arte-educação;
- Cursos, projetos de extensão e eventos acadêmicos promovidos pela UFPR e pelo IFPR, que garantem a aproximação entre a educação básica e o ensino superior, ampliando o repertório teórico-prático dos professores.

2.7.5- Formação Continuada em Plataformas Virtuais, Institucionais e Externas.

O Programa Educação Conectada, disponibilizado por meio da plataforma AVAMEC, oferece diversas oportunidades de formação continuada para os profissionais da educação. Essa plataforma contempla cursos resultantes de projetos colaborativos com diferentes instituições, incluindo o

próprio Programa Educação Conectada, com o objetivo de fortalecer a integração de tecnologias digitais ao processo de ensino e aprendizagem.



O Programa Educação Conectada, disponibilizado por meio da plataforma AVAMEC, oferece diversas oportunidades de formação continuada para os profissionais da educação. Essa plataforma contempla cursos resultantes de projetos colaborativos com diferentes instituições, incluindo o próprio Programa Educação Conectada, com o objetivo de fortalecer a integração de tecnologias digitais ao processo de ensino e aprendizagem.

Os cursos abordam temáticas relevantes para a prática docente, como inovação educacional, tecnologia educacional aplicada, metodologias ativas e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Atualmente, o AVAMEC disponibiliza mais de 70 cursos ofertados pelo Ministério da Educação (MEC), proporcionando aos educadores a possibilidade de atualização constante e desenvolvimento profissional.

Além dos cursos a distância, a plataforma oferece ações formativas que complementam cursos presenciais e também projetos de pesquisa, ampliando os saberes e práticas pedagógicas dos professores. Outro aspecto relevante é a possibilidade de os próprios educadores produzirem conteúdos que podem ser utilizados por outros profissionais da rede, fomentando o compartilhamento de conhecimentos e experiências.

Além do AVAMEC, a instituição conta com formações continuadas promovidas por plataformas institucionais e externas, em parceria com diferentes organizações educacionais, como a OPET (Sistema de Ensino Família e Escola – SEFE), INDICA e CAEd. Essas plataformas oferecem cursos, materiais pedagógicos, avaliações e assessorias formativas que contribuem diretamente para a prática docente e a qualificação do processo ensino-aprendizagem.

Em síntese, essas formações continuadas, ofertadas por plataformas externas como AVAMEC, OPET, INDICA e CAEd, bem como pelas plataformas institucionais, representam oportunidades valiosas de atualização e aprimoramento para os profissionais da educação, independentemente do

ambiente ou nível de ensino em que atuem, garantindo práticas pedagógicas inovadoras, inclusivas e de qualidade na rede municipal de Paranaguá.



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES" Educação Infantil e Ensino Fundamental



3 - MATRIZ CURRICULAR

Este elemento condutor da instituição para organização pedagógica a partir da definição dos componentes curriculares estabelecidos pela instituição, a luz dos artigos 26, 27, 28 da LDBEN.

A escola faz uso do o Currículo Municipal de Paranaguá que funciona como um guia de todo o processo educacional, para elaboração dos planejamentos

<https://semedi.paranagua.pr.gov.br/imgbank2/file/0%20CADERNO%20ENS.%20FUNDAMENTAL.pdf>

Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: CLASSE ESPECIAL D.I. (6402) (6402)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2409200

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização:

Organização: Sem Sérição

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	ARTE (704)	BNC	0			S
2	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
3	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
4	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
5	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
6	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Fechar



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: EDUC INFANTIL (2001) (2001)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2368988

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: INFANTIL 5

Organização: INFANTIL 5

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	CAMPOS DE EXPERIENCIAS (1224)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: EDUC INFANTIL (2001) (2001)
Turno: Manhã
Código Matriz: 2366022

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: INFANTIL 5

Organização: INFANTIL 5

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	Grupo Disciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS (1224)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: ATIVIDADE COMPLEMENTAR (3000) (3000)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2440195

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: Sem Seriação

Organização: Sem Seriação

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	Grupo Disciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	MAIS EDUCACAO-ACOMP.PEDAGOGICO (280)	PD	0			N
12	MAIS EDUCACAO-AGROECOLOGIA (356)	PD	0			N
11	MAIS EDUCACAO CAMPOS DO CONHEC (279)	PD	0			N
8	MAIS EDUCACAO-CULT,ARTES E PAT (282)	PD	0			N
5	MAIS EDUCACAO-DIVULG.CIENTIFIC (274)	PD	0			N
10	MAIS EDUCACAO-E ECON/ECON CRIA (355)	PD	0			N
7	MAIS EDUCACAO-ESPORTE E LAZER (281)	PD	0			N
4	MAIS EDUCACAO-FORUM EST.E DISC (273)	PD	0			N
13	MAIS EDUCACAO-INIC CIENTIFICA (357)	PD	0			N
2	MAIS EDUCACAO-INVEST.CIENTIFIC (266)	PD	0			N
14	MAIS EDUCACAO-MEM HIST COM TRA (358)	PD	0			N
1	MAIS EDUCACAO-MIDIAS (263)	PD	0			N
3	MAIS EDUCACAO PRERVESTIBULAR (270)	PD	0			N
15	MAIS EDUCACAO PROG.2º TEMPO (278)	PD	0			N
9	MAIS EDUCACAO-PROMOCAO DA SAUD (283)	PD	0			N

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: ATIVIDADE COMPLEMENTAR (3000) (3000)
Turno: Manhã
Código Matriz: 2439691

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: Sem Setação

Organização: Sem Setação

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	Grupo Disciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	MAIS EDUCACAO-ACOMP.PEDAGOGICO (280)	PD	0			N
12	MAIS EDUCACAO-AGROECOLOGIA (356)	PD	0			N
11	MAIS EDUCACAO CAMPOS DO CONHEC (279)	PD	0			N
8	MAIS EDUCACAO-CULT,ARTES E PAT (282)	PD	0			N
5	MAIS EDUCACAO-DIVULG.CIENTIFIC (274)	PD	0			N
10	MAIS EDUCACAO-E ECON/ECON CRIA (355)	PD	0			N
7	MAIS EDUCACAO-ESPORTE E LAZER (281)	PD	0			N
4	MAIS EDUCACAO-FORUM EST.E DISC (273)	PD	0			N
13	MAIS EDUCACAO-INIC CIENTIFICA (357)	PD	0			N
2	MAIS EDUCACAO-INVEST.CIENTIFIC (266)	PD	0			N
14	MAIS EDUCACAO-MEM HIST COM TRA (358)	PD	0			N
1	MAIS EDUCACAO-MIDIAS (263)	PD	0			N
3	MAIS EDUCACAO PREVESTIBULAR (270)	PD	0			N
15	MAIS EDUCACAO PROG.2º TEMPO (278)	PD	0			N
9	MAIS EDUCACAO-PROMOCAO DA SAUD (283)	PD	0			N

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: SALA DE REC-MULTIFUNC.SERIES INICIAIS (6415) (6415)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2423820

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: Sem Setação

Organização: Sem Setação

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	Grupo Disciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	AT ED ESP INTELECTUAL-AI (6228)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: SALA DE REC-MULTIFUNC.SERIES INICIAIS (6415) (6415)
Turno: Manhã
Código Matriz: 2418962

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: Sem Setação

Organização: Sem Setação

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	AT ED ESP INTELECTUAL-AI (6228)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

fechar

Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: SALA REC MULTIF-EDUC INF (6428) (6428)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2473821

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: Sem Setação

Organização: Sem Setação

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
1	AT ED ESP EDUCACAO INFANTIL (6222)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno: Manhã
Código Matriz: 2359959

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 1º Ano

Organização: 1º Ano

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno: Manhã
Código Matriz: 2359959

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 2º Ano

Organização: 2º Ano

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Manhã
Código Matriz : 2359959

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 3º Ano

Organização: 3º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	Grupo Disciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Consultar Matriz Curricular

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo : 2024-1
Curso : ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Manhã
Código Matriz : 2359959

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 4º Ano

Organização: 4º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	Grupo Disciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2024-1
Curso: ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno: Manhã
Código Matriz: 2359959

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 5º Ano

Organização: 5º Ano

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCAÇÃO FÍSICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTÓRIA (501)	BNC	0			S
7	LÍNGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMÁTICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2025-1
Curso: ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2569092

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 1º Ano

Organização: 1º Ano

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCAÇÃO FÍSICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTÓRIA (501)	BNC	0			S
7	LÍNGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMÁTICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo : 2025-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2569092

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 2º Ano

Organização: 2º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCAÇÃO FÍSICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTÓRIA (501)	BNC	0			S
7	LÍNGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMÁTICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Consultar Matriz Curricular

Município : PARANAGUA
Estabelecimento : FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo : 2025-1
Curso : ENSINO FUND.1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno : Tarde
Código Matriz : 2569092

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 3º Ano

Organização: 3º Ano

Carga Horária Semanal

Total : 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCAÇÃO FÍSICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTÓRIA (501)	BNC	0			S
7	LÍNGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMÁTICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"



Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2025-1
Curso: ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2569092

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 4º Ano

Organização: 4º Ano

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade

Consultar Matriz Curricular

Município: PARANAGUA
Estabelecimento: FRANCISCA P MENDES, EM TEMP INT PROF-EIEF
Período Letivo: 2025-1
Curso: ENSINO FUND. 1/5 ANO-SERIE (4035) (4035)
Turno: Tarde
Código Matriz: 2569092

Matriz Curricular

Organização da matriz

Organização: 5º Ano

Organização: 5º Ano

Carga Horária Semanal

Total: 0

Disciplinas da Série

Nº	Nome da Disciplina (Código SAE)	Composição Curricular	C.H Semanal	GrupoDisciplina	Padrão do Grupo	O (*)
6	ARTE (704)	BNC	0			S
1	CIENCIAS (301)	BNC	0			S
4	EDUCACAO FISICA (601)	BNC	0			S
5	ENSINO RELIGIOSO (7502)	BNC	0			S
2	GEOGRAFIA (401)	BNC	0			S
3	HISTORIA (501)	BNC	0			S
7	LINGUA PORTUGUESA (106)	BNC	0			S
8	MATEMATICA (201)	BNC	0			S

(*) Indicativo de Obrigatoriedade



4- PROPOSTA CURRICULAR

Currículo Educação Infantil

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20CADERNO%20EDUC.%20INFANTIL.pdf>

Currículo Ensino Fundamental

<https://semi.paranagua.pr.gov.br/imagbank2/file/0%20CADERNO%20ENSINO%20FUNDAMENTAL.pdf>

Currículo Educação Especial

<https://www.paranagua.pr.gov.br/semi/downloads/0%20%20CADERNO%20EDUC.%20ESPECIAL.pdf>

<https://semi.paranagua.pr.gov.br/conteudo/pedagogico/curriculo>



REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 31-83.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. 33. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011.
- BRASIL. *Decreto nº 11.793, de 23 de novembro de 2023*. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Novo Viver sem Limite. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 nov. 2023.
- BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 04 abr. 2023.
- BRASIL. *Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, 2017.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.
- BRASIL. *Ministério da Educação. Educação de Jovens e Adultos*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec>. Acesso em: jul. 2025.



- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. *Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010*. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2010.
- CAPRA, Fritjof. *Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DEWEY, John. *Democracia e Educação*. São Paulo: Nacional, 1959.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 14. ed. São Paulo: Vozes, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MARX, Karl. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 1994.
- NAÇÕES UNIDAS. UNICEF. *O que são direitos humanos*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/direitos-humanos>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 28. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- PARANAGUÁ. *Instrução Normativa nº 02/2023 – SEMEDI*. Dispõe sobre os procedimentos de registro do processo avaliativo na Educação Infantil e Ensino Fundamental. Secretaria Municipal de Educação, Paranaguá, PR, 2023. Disponível em: <https://paranagua.pr.gov.br/semi/download>. Acesso em: [colocar a data de acesso].
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. *Caderno de Apoio Pedagógico*. Paranaguá: Secretaria Municipal de Educação, 2020.



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES"
Educação Infantil e Ensino Fundamental.



- PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ. *Curriculo Municipal*. Paranaguá: Secretaria Municipal de Educação, 2020.
- SACRISTÁN, José Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2000.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Planejamento: um processo de ensino-aprendizagem*. Campinas: Papirus, 2001.
- VYGOTSKY, Lev. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.



ESCOLA MUNICIPAL EM TEMPO INTEGRAL
PROFESSORA "FRANCISCA PESSOA MENDES".
Educação Infantil e Ensino Fundamental.

